



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A AURORA DA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA NO MUNICÍPIO DE JOÃO
PESSOA-PB: PODER LOCAL, CÂMARA MUNICIPAL E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA (1945-1951)**

CARLA SCHAYANE COSTA SILVA

Orientador: Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

**JOÃO PESSOA – PB
JULHO – 2020**

**A AURORA DA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA NO MUNICÍPIO DE JOÃO
PESSOA-PB: PODER LOCAL, CÂMARA MUNICIPAL E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA (1945-1951)**

CARLA SCHAYANE COSTA SILVA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto
Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

JOÃO PESSOA – PB
JULHO – 2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586a Silva, Carla Schayane Costa.

A aurora da experiência democrática no município de João Pessoa-PB : poder local, câmara municipal e participação política (1945-1951) / Carla Schayane Costa Silva. - João Pessoa, 2020.

131 f. : il.

Orientação: Martinho Guedes dos Santos Neto.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Democracia. 2. História política. 3. Experiência democrática. 4. Participação política. 5. Câmara municipal - João Pessoa. I. Santos Neto, Martinho Guedes dos. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 321.7(043)

**A AURORA DA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA NO MUNICÍPIO DE JOÃO
PESSOA-PB: PODER LOCAL, CÂMARA MUNICIPAL E PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA (1945-1951)**

CARLA SCHAYANE COSTA SILVA

Dissertação de Mestrado avaliada em 31/07/2020 com conceito APROVADA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientador

Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas –
Universidade Federal da Paraíba
Examinador Externo

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

Prof. Dr. Raimundo Nonato Pereira Moreira
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Estadual da Bahia
Suplente Externo

Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Suplente Interno

Aos homens e mulheres que lutaram e lutam por
uma sociedade mais justa, participativa e
antiautoritária.

AGRADECIMENTOS

Ao primeiro olhar, escrever um trabalho dissertativo é um ato solitário. No entanto, é somente a partir da presença e contribuição valorosa de muitas pessoas que conseguimos êxito na tarefa. Chegada ao fim a escrita, é a hora de reconhecer e agradecer àqueles que estiveram ao meu lado nesta jornada.

Agradeço, antes de tudo, à minha família, por todo apoio, incentivo e confiança depositados em mim. Aos meus pais, Schelia e Carlos, que apesar de não terem tido as mesmas oportunidades que eu, me ensinaram desde muito cedo a importância dos estudos. Reconheço todo o esforço deles para que eu tivesse uma boa educação. À minha avó, Dera, mulher à frente do seu tempo, que sempre me incentivou a estudar e a buscar minha independência, sendo uma das maiores torcedoras para o meu êxito na vida acadêmica e profissional.

Ao meu companheiro Rivelton, pessoa ímpar, agradeço pela paciência e incentivo de sempre. Parceiro na jornada da vida, com muito afeto e cuidado, fez com que as dificuldades próprias de um curso de mestrado fossem mais amenas. Agradeço também pela leitura primorosa do texto, pelos debates e pelas inúmeras vezes em que me incentivou a perseverar.

Agradeço ao meu orientador, o professor Martinho Guedes, pela parceria na execução deste trabalho; por compartilhar os seus ricos conhecimentos e por ter sido sempre tão generoso, paciente e compreensivo durante todo o percurso. Sem a sua contribuição – os seus encaminhamentos, sugestões, apontamentos e todo o incentivo – este trabalho não teria sido concretizado.

Agradeço aos professores Paulo Giovani e Rodrigo Freire, pela disponibilidade e solicitude em receber e avaliar este trabalho, além de acompanhá-lo desde o exame de qualificação, contribuindo grandiosamente com o desenvolvimento dele. Para mim, é uma honra tê-los como avaliadores.

À coordenação e aos funcionários do PPGH-UEPB, agradeço pelo auxílio prestado aos discentes e pelo acolhimento durante todo o curso do mestrado. Aproveito para agradecer também aos professores do programa, em especial a Serioja Mariano, Ana Beatriz Ribeiro e Tiago Bernardon, que me deram a primeira oportunidade de ser aluna especial no mestrado. Essa oportunidade foi decisiva para que eu pudesse avançar nos estudos.

Agradeço aos amigos do curso de História e aos colegas da turma do PPGH 2018 pela parceria ao longo dos últimos anos e pela companhia nas aulas, cafés e conversas sobre História e sobre a vida. Especialmente, agradeço à Deis Lima, amiga de raízes também sertanejas, que foi minha parceira de curso, de orientações e de eventos e com quem pude dividir as alegrias e

os dissabores inerentes ao mestrado. Aos amigos da vida, agradeço pela companhia, pelos ouvidos dispostos e pela torcida, que sempre foi grande e sincera.

Dirijo o meu agradecimento também ao Arquivo da Câmara Municipal de João Pessoa e ao Arquivo Histórico Waldemar Duarte, extensivo aos seus servidores públicos que me acolheram e me auxiliaram no momento da pesquisa, sem os quais esta não seria exequível. Convém ressaltar que os arquivos históricos viabilizam inúmeras pesquisas e são instrumentos importantes de preservação da memória, daí a importância de se preservá-los.

À CAPES, agradeço pelo auxílio financeiro que permitiu que eu me dedicasse exclusivamente à pesquisa por dois anos. Na verdade, é somente através do incentivo público à pesquisa que estudantes como eu conseguem ter acesso aos cursos de pós-graduação.

E por fim, agradeço à UFPB, lugar de excelência na produção do conhecimento, universidade pública e gratuita de qualidade, que não só me formou enquanto profissional, como também acurou o meu senso crítico em relação à vida em sociedade. Reconhecendo a sua importância na formação de agentes transformadores, serei uma eterna defensora da universidade pública.

“A História é um processo em construção permanente. Processo marcado por temporalidades e delimitações espaciais. Processo construído por sujeitos individuais e sujeitos coletivos. Dinâmica complexa, que envolve ideologias, cultura, vida privada, ações públicas, representações, imaginários, lutas, reações, resistências, valores, instituições, entre múltiplas variáveis que constituem a complexa rede da inserção do homem na vida em comunidade através do tempo.”

(Lucilia Delgado)

RESUMO

Este trabalho está inserido na linha de pesquisa “História e Regionalidades” e busca compreender o estabelecimento da experiência democrática (1945-1964) no município de João Pessoa-PB a partir da análise do exercício do poder local e da participação política na Câmara Municipal de João Pessoa entre os anos de 1945 e 1951. Para tal, discutimos o processo da queda da ditadura do Estado Novo (1937-1945) e a retomada da vida política do país a partir da organização dos partidos políticos e do processo eleitoral. Compreendendo o processo de redemocratização, no intuito de refletir sobre o exercício da democracia local, estudamos os aspectos políticos da capital paraibana a partir da atuação dos vereadores que compuseram a primeira legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa e da participação dos trabalhadores locais no processo político de então. Do ponto de vista historiográfico, esta pesquisa se coloca no campo da Nova História Política, a partir da qual utilizamos o conceito de Cultura Política (MOTTA, 2009) buscando compreender o exercício do poder local. Em termos metodológicos, além de uma ampla revisão bibliográfica, trabalhamos com as atas da Câmara Municipal de João Pessoa, os dados quantitativos dos arquivos eletrônicos do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) e alguns jornais em circulação na época. Através dos debates historiográficos, das discussões conceituais e da análise do expressivo *corpus* documental, buscamos estabelecer um quadro do processo político do município e novas possibilidades de entendimento da política da capital paraibana durante o tempo da experiência democrática.

Palavras-chave: História Política; Experiência Democrática; Câmara Municipal de João Pessoa; Poder local; Participação política.

ABSTRACT

This dissertation is inserted in the research line "History and Regionalities" and seeks to understand the establishment of democratic experience (1945-1964) in the municipality of João Pessoa-PB from the analysis of the exercise of local power and political participation of the City Council in the Municipality of Joao Pessoa between 1947 and 1951. For this, we discussed the process of the fall of the dictatorship of the New State (1937 - 1945) and the resumption of the political life of the country from the organization of political parties and the electoral process. Understanding the process of redemocratization in order to reflect on the exercise of local democracy, we studied the political aspects of the capital of Paraíba from the actions of the councilors who composed the first legislature of the City of João Pessoa and the participation of local workers in the political process of then. From the historiographical point of view, this research is placed in the field of the New Political History, from which we use the concept of Political Culture (MOTTA, 2009) seeking to understand the exercise of local power. In methodological terms, in addition to a broad bibliographic review, we work with the minutes of the City Council of João Pessoa, the quantitative data of the electronic archives of the Regional Electoral Court of Paraíba (TRE-PB) and some newspapers in circulation at the time. Through the historiographical debates, the conceptual discussions and the analysis of the expressive *corpus* of documents, we seek to establish a framework of the political process of the municipality and new possibilities of understanding the policy of the capital of Paraíba during the time of the democratic experience.

Keywords: Political History; Democratic Experience; City Council of João Pessoa; Local Power; Political Participation.

LISTA DE SIGLAS OU ABREVIATURAS

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CMJP – Câmara Municipal de João Pessoa

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CTP – Companhia de Tecidos Paraibana

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

MUT – Movimento de Unificação dos Trabalhadores

PAN – Partido Agrário Nacional

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDC – Partido Democrata Cristão

PL – Partido Libertador

PP – Partido Progressista

PPS – Partido Popular Sindicalista

PR – Partido Republicano

PRP – Partido Republicano Progressista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UDN – União Democrática Nacional

TCU – Tribunal de Contas da União

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNE – União Nacional dos Estudantes

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Disputa eleitoral para o cargo de prefeito	59
Quadro 2 – Disputa eleitoral para o cargo de vice-prefeito	59
Quadro 3 – Vereadores eleitos no pleito municipal de outubro de 1947	59
Quadro 4 – Vereadores da 1ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa.....	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO PÓS-ESTADO NOVO	21
1.1 A transição democrática no pós-Estado Novo.....	22
1.2 João Pessoa na década de 1940: Uma cidade em modernização.....	46
1.3 Eleições e poder local: Os resultados das urnas	50
CAPÍTULO 2 – JOGOS DE PODER E DISCURSOS POLÍTICOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-PB	63
2.1 O funcionamento interno da Câmara Municipal	70
2.2 Atendimentos às demandas públicas	78
2.3 Embates Políticos/Relação entre Legislativo e Executivo	89
CAPÍTULO 3 – “O POVO TEM PROCURADO ESTA CÂMARA JUSTAMENTE PORQUE AQUI EXISTEM OS SEUS REPRESENTANTES CAPAZES DE DEFENDÊ- LOS”: PAUTAS DOS TRABALHADORES E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA NA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA	94
3.1 “A Câmara Municipal é a casa dos trabalhadores”	100
3.2 Câmara Municipal e os trabalhadores: uma reflexão	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

A política brasileira sempre esteve marcada pelo viés autoritarista, a ponto de estudiosos e especialistas entenderem que o autoritarismo faz parte da cultura política de nosso país. Desde a instauração da República (1889), o Brasil experimentou momentos distintos no que se refere à sua vida política, transitando sempre entre períodos democráticos e autoritários. O autoritarismo, entendido como um modo de exercício do poder contrário à participação política e conseqüentemente à democracia, foi utilizado por dirigentes políticos distintos como meio de manutenção da dita ordem social. Para tal, esses dirigentes políticos autoritários apelavam para a violência, o silenciamento e a repressão da população em geral.

Ao final do ano de 1937, a partir de um golpe de estado, Getúlio Vargas implementou um novo regime político no país. Era o início do chamado Estado Novo, com viés autoritário, o regime estabeleceu uma ditadura que durou quase oito anos. O Estado Novo (1937-1945) significou um golpe na incipiente democracia brasileira ao estabelecer um Estado centralista e autoritário, decretar o fechamento do Congresso, instaurar a censura e fragilizar os direitos políticos e civis dos brasileiros.

Após os quase oito anos de regime ditatorial, a partir de uma crescente mobilização dos diversos setores da sociedade em defesa da democracia, o Estado Novo viria a se fragilizar e em outubro de 1945 chegou ao fim a ditadura varguista. Com o declínio do regime ditatorial, houve no país uma efervescência política que se deu a partir do restabelecimento dos direitos políticos, da reorganização das forças políticas em torno dos partidos e da volta das eleições. Esse novo regime político democrático iniciado em 1945 durou até o ano de 1964, com o advento de uma nova ditadura implementada a partir de um golpe civil-militar.

Entendendo a importância do interregno democrático (1945-1964) na vida política brasileira e na construção do atual Estado Democrático de Direito, este trabalho busca compreender o estabelecimento da experiência democrática no município de João Pessoa-PB, a partir da análise do exercício do poder local e da participação política na Câmara Municipal de João Pessoa entre os anos de 1947 e 1951.

Com esta pesquisa, buscamos refletir sobre os meandros da experiência democrática na capital paraibana e pensar a configuração do regime democrático na cidade de João Pessoa, questionando em que medida esse novo regime rompeu com o anterior e quais as particularidades das relações políticas locais nesse novo momento da história política do país.

O referido estudo se justifica pelo fato de que há uma lacuna no que diz respeito à História Política do município no período da experiência democrática (1945-1964), sobretudo

quando se trata do legislativo local e do poder municipal. Ao longo de nossa pesquisa, não nos deparamos com estudos historiográficos que tratem especificamente do estabelecimento do regime democrático sob a ótica da capital paraibana. Pensando nisso e buscando dar uma contribuição para a história local, fizemos aqui a tentativa de entender o processo de democratização a partir de sua complexidade e ambiguidade, percebendo a organização estrutural e as peculiaridades no exercício do poder municipal.

Além do mais, nossa proposta é fruto de inquietações surgidas a partir do trabalho de monografia intitulado “Partidos e Eleições em João Pessoa (1947-1963): Elementos para uma crítica historiográfica”¹, no qual elaboramos um quadro político eleitoral do município de João Pessoa e realizamos uma discussão a partir da historiografia pertinente ao tema, observando suas contribuições relevantes e questionando alguns de seus limites analíticos. Por se tratar de um trabalho monográfico, diante do tamanho da tarefa e da complexidade da discussão historiográfica, não foi possível fazer um estudo mais acurado naquele momento. Sendo assim, pretendemos aqui dar andamento à pesquisa, desta vez incorporando novas fontes, novas perspectivas e novos questionamentos.

No que se refere ao arcabouço teórico da pesquisa, nos apropriamos da História Política a partir de sua perspectiva renovada. Se hoje este campo possui legitimidade e autonomia, passou por um verdadeiro descrédito na primeira metade do século XX. Caindo em desuso, a História Política foi acusada de ser factual, elitista e superficial – os que a criticavam, acreditavam que “havia chegado a hora de passar da história dos tronos e das dominações para a dos povos e das sociedades” (RÉMOND, 2003 [1988], p.18).

A crítica à História Política não foi à toa, pois desde a antiguidade ela esteve atrelada às grandes narrativas, aos grandes homens e os seus feitos, sobretudo no século XIX, com a escola metódica e a busca pela cientificidade. Tínhamos até então uma História influenciada pelo paradigma positivista que considerava os documentos oficiais como transmissores da verdade absoluta, estando preocupada com as elites políticas, as instituições e o aparelho estatal e negligente com os homens comuns que formam o grosso da sociedade. Foi então no século XX que a História vivenciou uma série de inovações historiográficas, sendo o conhecimento histórico amplamente renovado sob seus aspectos teóricos e metodológicos, o que ocasionou a ampliação das abordagens, objetos, fontes e perspectivas na pesquisa histórica. Dentro do movimento de renovação, destaca-se o principal expoente dessa mudança: a Escola dos

¹ SILVA, Carla Schayane Costa. Partidos e Eleições em João Pessoa (1947-1963): Elementos para uma crítica historiográfica. 2016. 57p. Monografia (Licenciatura em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

Annales, fundada na França em 1929 pelos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre. Esta escola histórica se caracterizou pelas críticas aos paradigmas historicista e positivista e representou uma ruptura na dita História tradicional, sendo um movimento substancial para o amadurecimento da disciplina histórica.

Nesse contexto de renovação da disciplina, na segunda metade do século XX, aconteceu o chamado retorno do político, que preferimos chamar de renascimento, pois o que observamos foi uma modificação em relação à História Política praticada antes. Tal retorno foi impulsionado, sobretudo, pelas críticas tecidas pelos historiadores dos *Annales*, mas também por outros dois importantes paradigmas intelectuais: o marxismo e o estruturalismo. O primeiro por considerá-lo uma mera “superestrutura” e o segundo por achar que o mesmo era um simples “epifenômeno” de um “todo articulado” (SÊGA, 2002, p.185). Foi justamente a partir dessas críticas que os historiadores do político transformaram a sua prática. Pois:

tiveram de travar um longo combate, em parte para desempoeirar a prática de seus predecessores e operar um verdadeiro *aggiornamento* [atualização] historiográfico, em parte para reconquistar, no seio da disciplina histórica, uma legitimidade que lhes foi fortemente contestada. (BOURDÉ; MARTIN, 2018, p.338. Adendo nosso).

Esse movimento de retorno do político teve como figura basilar o francês René Rémond e o livro organizado por ele: *Por uma história Política* (1988). Rémond explica que a renovação dessa História se deu por mudanças epistemológicas, tais como: a ampliação na noção de poder e o envolvimento de todos os atores no jogo político e não apenas “os grandes homens e os seus feitos”. Nesse sentido, o historiador francês foi essencial na construção da nossa dissertação, uma vez que um dos nossos objetivos foi entender como os agentes políticos analisados dialogaram com a população, entendendo, portanto, que o poder – ou a disputa pelo poder – não está apenas no Estado, nas grandes instituições ou na figura dos líderes políticos analisados, mas também pode estar nos próprios sujeitos “comuns”, que sob o olhar da História tradicional acabam sendo silenciados ou vistos apenas como objetos de manipulação.

Neste trabalho, por mais que nosso objetivo fosse estudar a política institucional a partir do processo eleitoral e do funcionamento da Câmara Municipal da cidade de João Pessoa, não deixamos de perceber a importância e a participação dos sujeitos “comuns” no processo político. A Nova História Política, que subsidia o nosso trabalho:

Ao se ocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, integra todos os atores, mesmo os mais modestos, perdendo assim

seu caráter elitista e individualista e elegendo as massas como seu objeto central. Seu interesse não está voltado para a curta duração, mas para uma pluralidade de ritmos em que se combinam o instantâneo e o extremamente lento” (RÉMOND, 1988, p. 07).

Antes mesmo de Rémond, inclusive, outros estudos foram importantes para a renovação do político no século XX. É o caso do ensaio “*A política será ainda a ossatura da história?*” de Jacques Le Goff (1983), no qual o historiador tratou dos motivos que fizeram a história política cair no esquecimento e apresentou a importância da interdisciplinaridade para trazer-lhe de volta à produção historiográfica. O ensaio foi publicado na década de 1970 e apresentou uma espécie de caminhos pelos quais pode se dar a renovação do político. Le Goff fez um alerta para que a noção de poder dos atuais estudos sobre o político seja distinta do que concebe a velha história. Para ele: “ao passo que o termo <<política>> sugeria a ideia de coisa superficial, o termo <<poder>> evoca centro e profundidade. Perdido em seu fascínio de história de superfície, a história política, transformando-se na história do poder, torna-se história de profundidade” (LE GOFF, 1983, p. 228).

Ainda na década de 70, Jacques Julliard (1974), no artigo “*A política*”, sinalizou a renovação do político ao dizer que o despreço pelo campo político estava naquele momento tomando um sentido inverso e que aos poucos os historiadores percebiam a importância e autonomia deste campo. Corroboramos, portanto, com a sua visão e entendemos que esse movimento de renovação do campo político trouxe novas possibilidades para a pesquisa histórica. Se antes tínhamos uma História estritamente vinculada aos grandes homens e os seus feitos, hoje é possível ir além, entendendo que o poder não está apenas nas instituições, nos reis e no Estado.

No que tange à historiografia brasileira, a partir da década de 70 do século passado, observamos uma mudança gradativa no modo de se fazer História Política. Essa mudança está intrinsecamente ligada com a concepção dos historiadores dessa geração a respeito do que é o político e sua noção de poder. Além disso, a relação da disciplina histórica com as demais ciências humanas possibilitou o desenvolvimento de pesquisas que tratem do político e a criação de programas e grupos de pesquisa voltados à temática.

Com base no que foi dito, pautaremos a análise dos agentes políticos vinculados à nossa temática a partir da perspectiva de abordagem dessa nova história política, na qual salientamos que é preciso entender esses sujeitos não de maneira a enaltecê-los ou exaltar seu heroísmo, mas compreendendo que eles são, antes de tudo, homens comuns. Vejamos a seguinte colocação:

O que não podemos negar é a existência desse homem, ou mulher, que se destaca politicamente na liderança de um bairro, cidade, ou estado, pois ele é real, é histórico e é detentor do controle de certas transformações sociais e culturais, mas sem nunca deixarmos de observar que esse homem, ou mulher, não está só. Ele, ou ela, atua dentro de um grupo político, que é quase sempre, na mesma medida, detentor de tal poder que perpassa do público ao privado, **e sem deixar de levar em conta que esse grupo atua dentro do meio social, interagindo direta ou indiretamente com a população local.** E este caminho perpassa por uma linha muito tênue, onde qualquer escorregadela pode nos levar de volta à velha história política. (SILVA, 2017, p. 20, grifo nosso).

O que essa Nova História Política nos mostra é que além dos sujeitos em si, é preciso entender a posição social desses homens e perceber também como eles se articulavam em relação ao restante da sociedade. De fato, uma História que considera apenas os documentos oficiais como fonte e somente os “grandes homens” como sujeitos está ultrapassada. O estudo do político, no entanto, é fundamental para entendermos a sociedade, desde que analisado sob a perspectiva dessa nova história, onde o poder é visto sob uma nova ótica, as fontes oficiais podem estar associadas a um *corpus* documental diversificado e o diálogo com as demais ciências é fundamental.

Nessa perspectiva, no campo da História Política, dialogamos com o conceito de cultura política, que, surgido na década de 1950 dentro das ciências sociais e adotado pelos historiadores a partir da década de 1980, é um conceito múltiplo, que pode ser entendido, segundo Berstein (1997), como sendo um conjunto de elementos e representações de uma determinada sociedade ou grupo. O autor enfatiza o caráter plural das culturas políticas e diz que elas estão estreitamente ligadas com a cultura global de uma sociedade. Além de Berstein, dialogamos com as concepções de Rodrigo Patto Sá Motta (2009) acerca do conceito de cultura política. Para o autor, que é referência no Brasil no que diz respeito ao estudo da temática, além de trazer novas perspectivas de interpretação dos fenômenos políticos, a cultura política propicia “a compreensão acerca da persistência de algumas atitudes e fidelidades políticas” (MOTTA, 2009, p. 9). Ainda segundo o autor, cultura política seria um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhados por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009, p. 21).

Embora não seja possível definir no nosso estudo uma cultura política própria do período analisado, visto que o espaço de tempo desse trabalho se coloca na curta duração, observamos que as ações dos agentes políticos analisados estiveram ligadas a culturas políticas

distintas. O conceito nos permite, portanto, observar as práticas dessas culturas políticas a partir da ação e atuação política dos sujeitos analisados.

Nesse sentido, Vavy Pacheco Borges (1991) nos auxilia na discussão dos laços entre a História e a Política ao debater sobre as críticas à história política tradicional e o retorno do político para as pautas do debate historiográfico. Para a autora, a partir da renovação da História Política “a noção do político se amplia e passa a incluir o comportamento dos cidadãos diante da política” (BORGES, 1991, p.16). Partindo dessa constatação, buscamos entender o comportamento dos sujeitos enquanto agentes políticos individuais e coletivos quando analisamos a atuação dos vereadores da Câmara Municipal de João Pessoa.

Para compreendermos o período estudado, utilizamos uma extensa bibliografia sobre a experiência democrática inaugurada em 1945, com destaque para o livro da coleção *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964* organizado por Jorge Ferreira e Lucilia Delgado (2011). Além dele, *O populismo e sua história* também organizado por Jorge Ferreira (2001) nos ajudou a pensar o conceito de populismo e a relação entre Estado e os trabalhadores no Brasil. Sobre a bibliografia referente ao Estado da Paraíba, foram imprescindíveis os estudos de Monique Cittadino em *Populismo e golpe de estado na Paraíba (1945-1964)* (1998) e *As condições da vida política no Estado da Paraíba* de Jean Blondel (1994).

Para subsidiar essa pesquisa, além de uma ampla revisão bibliográfica sobre a temática em tela, utilizamos o seguinte *corpus* documental: arquivos eletrônicos do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, a Legislação Eleitoral vigente no período analisado, atas da Câmara Municipal de João Pessoa (1947-1951), dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e alguns dos periódicos em circulação na época.

Grande parte da documentação analisada por nós pertence ao Arquivo Histórico da Câmara Municipal de João Pessoa. O acesso ao arquivo não só possibilitou a execução de todo esse trabalho dissertativo, como também mudou a perspectiva de nossa análise à medida em que tivemos contato com a documentação. Ao todo, foram acessados sete volumes de atas das reuniões ordinárias e extraordinárias da primeira legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. É uma documentação extensa de mais de mil atas, que, a depender da proposta de análise, pode render diversos outros trabalhos historiográficos sobre o período em questão. Daí a importância na manutenção e conservação desses arquivos para preservação da memória do legislativo local e para fomentar os trabalhos historiográficos que poderão surgir a partir da análise dessa documentação.

Como dissemos, é imprescindível para o exercício de uma história política sob a ótica renovada o contato com um *corpus* documental diversificado. Embora nosso olhar tenha sido direcionado às atas da Câmara Municipal, foi importante acessar outros documentos para ilustrar melhor a nossa análise. Para tal, tivemos acesso a crônicas, documentários e alguns jornais impressos em circulação na época. Esses últimos em menor escala dada a escassez de periódicos disponíveis do período de tempo estudado.

Com base no exposto, organizamos os resultados dessa pesquisa em três capítulos, sendo o primeiro capítulo, intitulado de **O processo de democratização e organização política no pós-Estado Novo**, através do qual buscamos compreender como se constituiu o regime democrático no âmbito nacional e local logo após a queda do Estado Novo, em 1945. Para tal, embasados numa ampla bibliografia sobre a temática, analisamos o contexto histórico que favoreceu a queda da ditadura varguista, propiciando o estabelecimento de um novo regime político no país. Com base nessa análise, pudemos refletir sobre o cenário político local desenhado a partir da volta das eleições e desenhar um quadro das forças políticas locais, observando também o engajamento e a participação política nesse momento de transição.

No segundo capítulo, intitulado de **Jogos de poder e discursos políticos na Câmara Municipal de João Pessoa-PB**, discutimos sobre a organização da Câmara Municipal de João Pessoa a partir de sua dinâmica interna, buscando entender o funcionamento das sessões e as relações de poder local. Para tal, observamos a atuação dos vereadores eleitos no pleito de outubro de 1947, que compuseram a primeira legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa no pós-Estado Novo, a partir de uma análise empírica das atas das reuniões da casa legislativa. Com base nisso, ilustramos a organização institucional desde a sua inauguração, o cotidiano interno da Casa e as principais discussões travadas em plenário, bem como a relação dos vereadores com o executivo municipal e com outras instituições locais.

No terceiro e último capítulo, intitulado de **“O povo tem procurado esta Câmara justamente porque aqui existem os seus representantes capazes de defendê-los”**: **pautas dos trabalhadores e representatividade política na Câmara Municipal de João Pessoa**, observamos como as querelas dos trabalhadores estavam em pauta nos discursos políticos dos vereadores da Câmara Municipal de João Pessoa. Com base nas atas das reuniões dos vereadores, investigamos a atuação política pautada na defesa dos direitos dos trabalhadores e a relação que estes tinham com a instituição legislativa. A discussão a respeito das questões trabalhistas nos permitiu refletir sobre os aspectos da participação política no contexto da democratização e o caráter social na atuação de alguns vereadores específicos.

Por fim, embora representar esse passado político da capital paraibana não seja uma tarefa fácil, dada as limitações próprias do exercício da escrita da história, pretendemos contribuir com a historiografia regional e com a linha de pesquisa ao qual o trabalho está vinculado: “história e Regionalidades”. Para tanto, nos propomos a compreender os elementos desse passado político e refletir sobre os desafios da construção da democracia e da cidadania local, elucidando a importância do conhecimento da história local e dos acervos documentais na preservação de nossa memória.

CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO PÓS-ESTADO NOVO

Este capítulo tem como objetivo dissertar sobre o processo de restabelecimento do regime democrático após a queda do Estado Novo, em 1945, no âmbito nacional e local. Entender tal conjuntura é imprescindível para o nosso estudo, pois, com a desarticulação da ditadura varguista, o processo eleitoral, a estrutura partidária e as práticas políticas sofreram alterações substanciais e, a partir de então, foi inaugurada uma nova configuração da história política do país.

No primeiro momento, analisamos o contexto histórico que favoreceu a queda da ditadura varguista e propiciou o assentamento de um novo regime político no país, pontuando a questão da organização partidária e observando as principais forças políticas neste contexto. Já no segundo tópico, fizemos uma breve apresentação da cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, observando seu processo de modernização nas décadas de 1940 e 1950, de modo a perceber as peculiaridades da cidade nesse momento de nossa história. No último tópico desse capítulo, analisamos os resultados eleitorais da primeira disputa municipal da cidade do pós-Estado Novo (1937-1945) e elaboramos um quadro político partidário do município. Para tanto, utilizamos como fontes os arquivos eletrônicos do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, a legislação eleitoral vigente no período, bem como alguns recortes dos principais impressos em circulação na época e relatos sobre o processo político e o cotidiano da cidade.

As primeiras eleições do período democrático pós Estado-Novo foram marcadas por uma intensa movimentação, tanto no âmbito nacional quanto no local. O povo gradativamente mostrou-se mobilizado e engajado no processo político, seja através do voto, participando de comícios ou reivindicando alguma demanda a partir de manifestações coletivas e individuais. Apesar do espaço político ainda ser restrito às elites locais, e dos obstáculos próprios de um sistema que começava a engatinhar, como veremos adiante, o aumento na participação política foi significativo.

Pouco a pouco, aparece uma certa forma de independência. Nítida nas grandes cidades, ela quase que se insinua no campo. De um modo geral, pelo simples fato de ter habituado o povo a utilizar certa técnica, a dependência política favorece permanentemente uma lenta conquista pacífica de independência (BLONDEL, 1994 [1957], p. 100).

Conforme afirmou Blondel e segundo atesta a historiografia utilizada neste trabalho, notamos que a partir de 1945 houve uma crescente organização política e uma manifestação de

independência por parte do eleitorado, sobretudo nas grandes cidades, como foi o caso de João Pessoa. As pessoas estavam mais engajadas nas questões políticas, ao passo em que esse engajamento levou a uma gradativa percepção da importância do voto nesse novo cenário; do outro lado – o político – os candidatos e os correligionários lançaram mão de novas práticas políticas, que iam desde a oratória – cada vez mais dedicada em demonstrar preocupação com a população – até a formação de alianças, formação de redes de clientela e manobras que garantissem a vitória nas urnas. Se por algum tempo a população havia se habituado à percepção da política pelos arranjos distantes do povo, depois de 1945 pôde-se perceber o ensaio de uma lenta independência, mesmo que inconsistente ou fortemente alicerçada na participação popular.

Foi, portanto, o momento de inaugurar novos hábitos, novas práticas e novos nomes políticos, alguns deles forjados na própria cidade, a exemplo dos muitos vereadores da capital que construíram sua trajetória com base em cargos e postos que ocuparam. Não foi somente o sistema eleitoral que mudou, mas também os costumes de uma população, que aos poucos foi se adaptando ao novo regime e galgando espaço nas esferas de poder. Mais tarde, nas décadas de 1950 e 1960, os frutos desse momento começaram a aparecer, com o aumento significativo da participação política através de mobilizações, sindicatos e organizações.

1.1 A transição democrática no pós-Estado Novo

O ano de 1945 foi marcado por uma ruptura na vida política do estado nacional brasileiro. Foi quando chegou ao fim a ditadura do Estado Novo (1937-1945)² e iniciou-se o que se chamou de a primeira experiência democrática brasileira³.

² Marcado por uma série de ambiguidades, o Estado Novo foi o regime político ditatorial implantado em 1937, inspirado no nazifascismo, que durou até o ano de 1945 sob a liderança de Getúlio Vargas. O regime caracterizou-se pelo rígido controle das demandas sociais através de um Estado autoritário que perseguia os seus opositores, sobretudo os comunistas, submetendo-lhes a censuras, prisões e práticas de tortura. Apesar dos trabalhadores terem conquistado benefícios sociais importantes durante a ditadura varguista, a exemplo da criação da Justiça do Trabalho e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, as suas demandas estiveram sob o crivo do governo, que buscou controlar os sindicatos e a organização da classe trabalhadora. Politicamente, o regime caracterizou-se pela suspensão das eleições com a adoção de uma Constituição centralista e autoritária que dava a Vargas plenos poderes para governar e ditar as regras de todo o jogo político. Para saber mais a respeito do regime ditatorial, ver CARONE. Edgar. *A Terceira República (1937-1945)*. Coleção corpo e alma do Brasil: 2ª ed. São Paulo: Difel, 1982.

³ Na historiografia brasileira, há uma discussão a respeito desse momento da nossa história política. Os debates questionam se o momento de 1945-1964 foi, de fato, a primeira experiência democrática brasileira. Sustentamos que sim, uma vez que no período de vigência da República Velha (1889-1930), dada a organização elitista do processo eleitoral, as fraudes e as violências que envolviam os pleitos, além do domínio oligárquico do estado brasileiro, não podemos conceber esse momento como de fato democrático. Já se analisarmos o contexto político inaugurado em 1945, veremos que os partidos políticos, as liberdades constitucionais e a ampliação do direito ao voto representam a consolidação de um regime democrático. Autores como José Murilo de Carvalho em:

Com o declínio do regime ditatorial, houve uma efervescência política no país, que se deu a partir do restabelecimento dos direitos políticos, da reorganização das forças políticas em torno dos partidos e da volta das eleições. Foi a partir desse momento que as mudanças na estrutura política e nos comportamentos dos agentes políticos se processaram durante a transição democrática. Isso porque “ao chegar ao fim um período ditatorial dominado por Getúlio Vargas, dá-se início a um dos primeiros momentos em que o voto popular começou a produzir impactos significativos, quando comparados com a Primeira República, na organização da política nacional” (SILVA, 2017, p. 31); foi um momento de ampliação da participação popular, quando a eleição estava, enfim, decidida com a participação do eleitor de forma ampla e com grande impacto. Certamente, não falamos aqui de uma ruptura brusca, mas de um processo de enfraquecimento da ditadura varguista, que culminou com a sua queda em 1945; e do estabelecimento gradativo de um regime democrático, que perdurou durante a década de 1950 e foi interrompido em 1964, com o golpe civil-militar e a implantação de um novo regime autoritário.

A partir de 1945, devido às mudanças de caráter político eleitoral, o país vivenciou um momento de “tentar fazer-se” da democracia brasileira, no qual o discurso em voga era o de abandonar o autoritarismo e apostar na defesa do Estado Democrático. A adoção do discurso em defesa da democracia pôde ser vista nos principais jornais da época e nas falas de intelectuais, pensadores e políticos brasileiros.

Ao final do ano de 1945, já se era esperada uma transição para os meios democráticos, pois o enfraquecimento da figura de Vargas – presidente da república e líder político nacional durante o Estado Novo (1937-1945) – vinha se processando há algum tempo. Os anos que antecederam o dia da deposição de Vargas foram marcados pelo esgotamento da base política do Estado Novo. Isso ocorreu em 1943, quando, insatisfeito com o regime ditatorial, organizou-se o primeiro movimento de elite em oposição a Vargas: o Manifesto dos Mineiros. Deflagrado em outubro de 1943, o manifesto contou com a assinatura de membros da elite do estado de Minas Gerais que reivindicavam o restabelecimento do regime democrático no país⁴.

Cidadania no Brasil (2015) e Jorge Ferreira em: O tempo da experiência democrática (2001) fazem essa referência quando tratam do período compreendido entre os anos de 1945 e 1964. Neste trabalho, portanto, ao tratar do tema usaremos o termo “democratização”, ao invés de “redemocratização”. Cabe ressaltar também que, apesar de esta ser a primeira experiência democrática brasileira, havia algumas limitações como a restrição de votos a alguns segmentos da sociedade, a exemplo dos analfabetos e militares de baixa patente; a perseguição ao Partido Comunista do Brasil, colocado na ilegalidade em 1947; e as constantes ameaças que as forças armadas faziam à democracia.

⁴ Adeptos do liberalismo, os manifestantes defendiam o retorno das garantias constitucionais, o direito ao voto e a liberdade de pensamento. No entanto, não se interessavam por mudanças profundas de caráter social, sustentando, portanto, um projeto de democracia que atendia aos interesses das elites. Embora o documento redigido pelos mineiros não apresentasse nenhuma proposta concreta para a derrubada do regime, o Manifesto ficou marcado

Também, no Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo, em janeiro de 1945, tornaram pública a seguinte declaração:

Os escritores brasileiros, conscientes de sua responsabilidade, na interpretação e defesa das aspirações do povo brasileiro, e considerando necessária uma definição do seu pensamento e de suas atitudes em relação às questões políticas básicas no Brasil, neste momento histórico, declaram e adotam os seguintes princípios: 1) a legalidade democrática como garantia da completa liberdade de expressão de pensamento, da liberdade de culto, da segurança contra o temor da violência e do direito a uma existência digna; 2) o sistema de governo eleito pelo povo, mediante sufrágio universal, direto e secreto; 3) só o pleno exercício da soberania popular em todas as nações, torna possível a paz e a cooperação internacionais, assim como a independência econômica dos povos livres.⁵

Conforme vemos na citação acima, os grupos de intelectuais e membros da elite brasileira começaram a se organizar politicamente e discutir sobre a restauração da democracia, dos direitos e das liberdades. Com viés liberal democrático, cada grupo defendia a democracia à sua maneira, não se percebe, pois, um projeto ou uma identificação democrática como tradição e as leituras envoltas no discurso democrático ainda estavam por ser aprofundadas ou literalmente identificadas. O que esses grupos tinham em comum era o anseio pela derrubada da ditadura varguista.

Além disso, a entrevista de José Américo de Almeida⁶, que havia representado a Paraíba no citado Congresso Brasileiro de Escritores, também significou um marco em defesa da

como um momento decisivo para a posterior queda de Getúlio Vargas. Para entender melhor o movimento do Manifesto dos Mineiros, ver: BENEVIDES, Maria Vitória. Manifesto dos Mineiros. In: ABREU, Alzira Alves De, e outros (coord.) Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV e MANIFESTO DOS MINEIROS, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC-História Oral. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/ManifestoDosMineiros>> Acessado em: 01 jun. de 2019.

⁵ Declaração de princípios do I Congresso Brasileiro de Escritores, São Paulo, Janeiro de 1945. (FVG/CPDOC). Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/CongressoEscritores>> Acessado em: 01 de jun. de 2019.

⁶ Influente político paraibano, José Américo de Almeida nasceu em um engenho no município de Areia-PB, onde viveu até os seus 15 anos, quando mudou-se para a capital para entrar no seminário e tornar-se padre. Desistiu do seminário e matriculou-se no Lyceu Paraibano, onde concluiu os estudos. Formou-se bacharel pela Faculdade de Direito do Recife no ano de 1908. Depois de formado, foi nomeado promotor de Justiça na comarca de Sousa-PB, por intermédio do seu tio, o Monsenhor Valfredo Leal, então Presidente do estado da Paraíba. Pouco tempo depois, José Américo deixou o cargo e passou a advogar no município de Guarabira-PB. Em 1912, mais uma vez por influência do seu tio, foi nomeado Procurador-Geral do Estado, permanecendo no cargo por quase onze anos. Nesse tempo, também se dedicou aos estudos sobre geografia, economia e literatura, sendo este último um dos elementos mais importantes de sua formação. Foi colaborador do Jornal *A União* e da revista *Era Nova*, momento em que se firmou entre os intelectuais paraibanos. No início da década de 1920, publicou os seus primeiros livros e também deixou a Procuradoria-Geral para assumir o cargo de Consultor Jurídico do Estado. Foi na função de consultor que José Américo cresceu enquanto homem público. Na política, foi um dos braços direitos de João Pessoa, então presidente do estado da Paraíba. Na ocasião da Revolta na cidade de Princesa, no sertão do estado, José Américo se destacou na função de Secretário de Segurança Pública, sendo o comandante das tropas paraibanas e o responsável direto pelas ações empreendidas pelo estado. Após a morte do presidente João Pessoa, o nome de

democracia. Um mês após o congresso dos escritores, José Américo concedeu uma entrevista ao jornalista Carlos Lacerda, na qual criticou o governo ditatorial. Abaixo, vemos um trecho da fala de José Américo:

Nesta hora, não me nego a falar. Ao contrário, julgo chegado o momento de todos os brasileiros opinarem. Esta é uma hora decisiva que exige a participação de todos no rumo dos acontecimentos. [...] O Brasil vai ingressar no seu momento mais difícil. E precisa, sobretudo, da união nacional para encontrar os meios necessários a uma estruturação democrática apta a lhe dar sustentância que fundamente a obra de reconstrução do após-guerra. Faz-se necessário, para tamanha empresa, além do concurso das massas, a utilização de todos os elementos de cooperação capaz, de todos os valores mobilizáveis da nacionalidade. Precisamente, isto, acentua, seria impossível se o atual chefe do Governo se fizesse candidato. (Fala de José Américo de Almeida em entrevista ao Jornal *Correio da Manhã*, 22 de fev., 1945)

Essa entrevista foi publicada no jornal *Correio da Manhã* e foi bastante repercutida. Ela simbolizou um marco no questionamento ao Estado Novo na medida em que rompeu com a censura do regime ditatorial, escancarou a face antidemocrática do regime e convocou a união de forças em defesa da democracia.⁷

Além dos movimentos e manifestações contra a ditadura, a conjuntura do pós Segunda Guerra Mundial (1940-1945) e o descrédito no nazi-fascismo foram impulsionadores dos movimentos pró-democracia. Dados os debates em defesa da democracia, liberdade e direitos humanos ao redor do mundo, tornou-se insustentável a manutenção de uma ditadura no Brasil. Foi nesse contexto que se começou a discutir a necessidade de criação de partidos políticos e a reorganização do processo eleitoral.

José Américo de Almeida ganhou um significativo destaque, extrapolando até as fronteiras da Paraíba. Foi uma figura importante no movimento de 1930. Após o movimento e com Vargas no poder, foi nomeado ministro da Viação e Obras Públicas, um dos cargos responsáveis pelo aumento do seu capital político, pois foi a partir da atuação nesse ministério que José Américo fortaleceu as bases de seu grupo político, o americanismo. Em 1934, foi eleito senador pelo estado da Paraíba, renunciando ao mandato no ano seguinte para ocupar o posto de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), por indicação de Vargas. Em 1937, foi cotado para substituir Vargas nas eleições presidenciais previstas para o ano seguinte, mas, devido ao golpe de estado dado por Vargas naquele ano, que implantou a ditadura do Estado Novo no Brasil, o político paraibano teve as suas expectativas frustradas. Após o golpe, José Américo se afastou de Vargas e manteve-se atuando no TCU durante todo o Estado Novo. Em 1944, voltou à vida política atuando ativamente contra a ditadura varguista. Para saber mais a respeito da trajetória política de José Américo, ver SILVA, Bárbara Bezerra Siqueira. **O poder político de José Américo de Almeida: a construção do americanismo (1928-1935)**. 2012. 158 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba e BARBOSA, Jivago Correia. **Política e assistencialismo na Paraíba: o Governo e José Américo de Almeida (1951-1956)**. 2012. 320 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba.

⁷ Logo após a entrevista, José Américo dedicou-se à campanha presidencial de outubro de 1945, defendendo a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes (UDN). O político paraibano foi membro da comissão diretora do partido e no ano de 1946 candidatou-se ao cargo de vice-presidente do Brasil pela UDN, perdendo a disputa para o candidato pessedista Nereu Ramos.

Observando tais fatos, ao constatar sua fragilidade política e sabendo que seria insustentável manter a estrutura autoritária do Estado Novo, Getúlio Vargas começou a preparar o processo de transição para o regime constitucional. Para ele, a grande questão seria como proceder com a transição de modo que fosse possível, apesar dos ajustes, manter sua força política, pois:

Indubitavelmente, Getúlio Vargas foi figura definidora no processo de transição para a democracia, seja pela adesão, seja pela oposição. Tanto o PSD quanto o PTB, a despeito de suas diferentes bases de apoio, tinham como fonte de inspiração o prestígio do ditador e estavam ligados a ele. Por outro lado, a imagem do presidente também fundamentou, pela crítica e pelo ódio, a formação de um partido adversário (MACEDO, 2013, p. 27).

Apesar dos sinais de esgotamento do regime ditatorial, Vargas contava com o apoio de personagens importantes no jogo político: os trabalhadores. Enquanto os grupos de elite lutavam em defesa de uma democracia liberal, os mais pobres, sobretudo os trabalhadores, defendiam a permanência de Vargas no poder⁸. Surgido como uma manifestação de apoio a Vargas perante as acusações das oposições, o movimento que mais tarde ficou conhecido como “Queremismo” marcou o processo de transição democrática, pois “expressou uma cultura política popular e a manifestação da identidade coletiva dos trabalhadores, resultados de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o “primeiro governo” de Vargas” (FERREIRA, 2011, p.15). Com a manifestação dos trabalhadores pedindo a permanência de Getúlio Vargas no poder, a transição democrática não estava mais restrita aos interesses das elites. As oposições tiveram que considerar a presença e a intervenção dos trabalhadores que, nesse momento, participavam do jogo político oficial (FERREIRA, 2011).

Ao perceber que tinha uma base de apoio popular, Getúlio Vargas procurou se articular e garantir sua sobrevivência política. Foi então que “em 28 de fevereiro [1945], assinou o Ato Adicional à Constituição de 1937 estabelecendo que a data das eleições fosse definida em três meses – tanto para presidente da República quanto para a composição de novo Congresso legislativo” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 386). Nesse contexto, foi promulgada a Lei Agamenon, Nº 7.586, em maio de 1945, que regulamentou o alistamento eleitoral e as futuras eleições. Além disso, definiu as regras do pleito, que foi marcado para dois de dezembro de

⁸ Aqueles que defendiam a permanência de Vargas no poder tinham receio de que a democratização, sem a presença dele, ameaçasse os direitos conquistados na década de 1930. Para um setor dos trabalhadores, era imprescindível que Vargas conduzisse todo o processo, pois só assim preservariam as suas conquistas sociais.

1945. A Lei que levou o nome do então ministro da justiça, Agamenon Magalhães, funcionou como o Novo Código Eleitoral do país, estabeleceu e regulamentou o processo eleitoral do período democrático.

A Lei considerava eleitores os brasileiros maiores de 18 anos e limitava o direito ao voto para os analfabetos; militares em serviço ativo, com exceção dos oficiais; mendigos ou aqueles que estivessem privados dos direitos políticos. O alistamento eleitoral e o voto eram obrigatórios para os brasileiros aptos a votar - aquele eleitor que deixasse de votar, cumpria pena, sendo obrigado a pagar uma multa de cem a mil cruzeiros⁹.

O artigo 43 da Lei Agamenon garantia o sigilo do voto através de sobrecartas oficiais, uniformes, opacas e rubricas do Presidente da mesa receptora de votos. Além disso, garantia ao eleitor o isolamento em uma cabine de votação. Para um país que teve o passado eleitoral atrelado à violência e fraude nas urnas, a regulamentação e a tentativa de legitimar o processo eleitoral foi, sem dúvida, significativo.

Com a Lei, estruturaram-se também os órgãos de serviço eleitorais, sendo eles o Tribunal Superior, na capital da República, os Tribunais Regionais, na capital de cada Estado, as Junta Eleitorais e os Juízos Eleitorais. Ou seja, havia toda uma estrutura que garantia o bom funcionamento do processo eleitoral como um todo.

O fato de o voto ser obrigatório fez com que, naturalmente, houvesse um aumento no engajamento da população. Percebemos isso através dos relatos sobre os momentos que antecediam as eleições, nos quais podemos observar a movimentação dos eleitores frente ao processo eleitoral. Lideranças políticas e institucionais investiam cada vez mais no convencimento da população. Nesse momento, as campanhas políticas passaram a ter um papel fundamental e os partidos adotaram a utilização de panfletos de propaganda e a promoção de grandes comícios, estruturados com microfones e seguidos de *shows*. Os apertos de mãos e sorrisos foram cada vez mais frequentes¹⁰.

Além de regulamentar as disposições que garantiram o sigilo do voto, a Lei Agamenon determinou as penalidades para o cidadão que burlasse as regras do jogo eleitoral. Deixar de se alistar, faltar à votação, fornecer documentos falsos, tentar votar mais de uma vez, violar o sigilo do voto, promover desordem nos locais de votação, coagir o eleitor a votar em determinado candidato, dentre outras, são exemplos de infrações passíveis de penas de multa ou detenção. Na referida Lei, a lista dessas penalidades era relativamente extensa - constavam

⁹ Dados extraídos do texto original da Lei publicada no Diário Oficial da União, em 28 de maio de 1945, disponível no portal eletrônico da Câmara dos Deputados.

¹⁰ Memorial da Democracia. Disponível em < <http://memorialdademocracia.com.br/> > Acessado em: nov. de 2019.

28 tipos de infrações penais - e as multas aplicadas por cada infração nos mostram que as instituições estavam preocupadas em dar legalidade e ordem ao processo.

A regulamentação do processo eleitoral significou um importante passo rumo ao fortalecimento do recém-inaugurado regime democrático. Para as instituições, era importante que a população se adequasse ao processo eleitoral. Além disso, as penalidades buscavam distanciar o novo regime das práticas políticas arcaicas que vigoraram na Primeira República (1889-1930). A organização do processo eleitoral simbolizou um rompimento com o passado político do país e com as tradições antes estabelecidas.

No contexto de restabelecimento da ordem democrática e da regulamentação do processo eleitoral, a luta contra o Estado Novo culminou na criação de uma frente de oposição, a União Democrática Nacional (UDN). Criada em abril de 1945, o partido reunia grupos políticos heterogêneos, unidos pelo fim do Estado Novo e em favor da luta pela democratização do país (BENEVIDES, 1981). Já o Partido Social Democrático (PSD) foi fundado com a intenção de abarcar a cúpula governamental do Estado Novo, sobretudo, os interventores estaduais (HIPOLITO, 2012). Com a criação dos dois principais partidos desse contexto, confirmaram-se os nomes para disputar as eleições presidenciais de dezembro de 1945: o Brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN e o General Eurico Gaspar Dutra, pelo PSD. Além deles, disputaram a eleição presidencial de 1945 o engenheiro Yêdo Fiuza, prefeito da cidade de Petrópolis, candidato pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) e o ruralista Mário Rolim Teles, candidato pelo Partido Agrário Nacional (PAN), que teve um resultado inexpressivo nas urnas. O Partido Trabalhista Brasileiro não lançou um candidato próprio, apoiando o então candidato do PSD, Gaspar Dutra, uma vez que ambos foram criados sob a influência de Vargas.

Lançadas as candidaturas, os meses que antecederam as eleições foram de grande agitação popular. Tanto aqueles que apoiavam Vargas, quanto os que queriam ver a sua derrocada, se organizaram politicamente através de comícios, passeatas e notas na imprensa. Além das forças políticas organizadas em torno dos dois principais partidos – UDN e PSD – o quererismo tornou-se um movimento com feições mais definidas em termos políticos e mais tarde, por orientação de Getúlio Vargas, se organizou em torno do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)¹¹.

¹¹ O movimento quererista surgiu em apoio a Getúlio Vargas e de início defendia sua candidatura à disputa eleitoral de dezembro de 1945. Passado o período de inscrição de candidaturas e com a recusa de Vargas em concorrer às eleições, os quereristas continuaram a apoiá-lo. Foram orientados a ingressar no PTB e mais tarde a apoiar o candidato do PSD, Gaspar Dutra.

Apesar do clamor popular em defesa de sua candidatura, Getúlio Vargas percebeu que seria inviável lançar seu nome à presidência, dada a perda de apoio frente às Forças Armadas, as cisões no seu próprio governo e a crescente organização política da oposição. Mesmo declarando não ter interesse em disputar as eleições presidenciais, o povo clamava seu nome. Percebendo o apoio dos populares à figura política de Vargas e temendo uma nova manobra política dele para se manter no poder, as Forças Armadas, em consonância com a UDN, arquitetaram um golpe e em 29 de outubro de 1945 o depuseram do poder¹².

A deposição de Getúlio Vargas configurou-se como uma estratégia de manipulação do jogo político. Muito mais que o medo de que Vargas manobrasse para se manter no poder, sua deposição tinha como objetivo enfraquecer seu prestígio, logo, as acusações de “ditador” e “oportunista” foram alguns dos discursos alardeados pela imprensa e por seus opositores.

Entretanto, mesmo deposto, Vargas não perdeu sua base de apoio popular e foi justamente ela que deu a vitória ao candidato do PSD, Eurico Gaspar Dutra. O apoio de Vargas a Dutra, mesmo que timidamente, garantiu a vitória do candidato do PSD na eleição e representou a permanência da força política de Vargas, uma vez que esse apoio só foi concedido após o PSD atender a algumas demandas da legenda trabalhista. Vargas saiu de cena, mas manteve ecoando seu nome e sua força política.

Após a queda de Getúlio Vargas, a questão política eleitoral e a volta do regime democrático começaram a ser de fato executadas¹³. Na verdade, antes mesmo de sua queda, os processos de concessão de anistia aos presos políticos do Estado Novo e as reivindicações em favor da liberdade de organização partidária já aconteciam. Chegada ao fim a ditadura, a estruturação do regime democrático começou a acontecer.

Temos diante de nós uma etapa a vencer. E etapa de suma importância para o Brasil – a reestruturação do regime institucional dentro das bases do sistema representativo. [...] A nação está certa, por isso mesmo, que será conduzida, com presteza, sem hesitações, à solução eleitoral. E essa solução, a única que poderá tranquilizar definitivamente. Estamos convencidos de que o novo chefe do governo federal será, entre todos os brasileiros, o mais convicto dessa necessidade. (ELEIÇÕES. *Jornal Correio Paulistano*, São Paulo, 31 de out., de 1945, fl.4).

¹² Com a deposição de Vargas, a presidência do país foi entregue transitoriamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro José Linhares, que exerceu as funções presidenciais durante três meses e dois dias: de 29 de outubro a 31 de janeiro de 1946, data em que transmitiu o cargo ao general Eurico Gaspar Dutra (FGV/CPDOC).

¹³ Cabe ressaltar que mesmo após sua deposição, Vargas continuou exercendo um papel significativo na política brasileira, tanto é, que retornou à presidência da República através do voto na década de 50. Sua força e sobrevivência política estão muito atreladas ao apoio fornecido pelos trabalhadores. Essa relação de apoio foi construída com base na conquista dos direitos sociais e trabalhistas pelos trabalhadores na década de 30, quando Vargas ocupava a presidência.

A citação acima foi retirada do jornal paulista *Correio Paulistano* e mostra que dias após a queda da ditadura, circulava na imprensa o discurso em defesa da democracia e das eleições que estavam para acontecer. Propagado amplamente pela imprensa e defendido pelas elites intelectuais e políticas contrárias a Vargas, o discurso liberal democrático deu a cor do ambiente político de então. Com o objetivo maior de retirar Vargas do poder e acabar com sua força política, os membros da UDN ratificavam a necessidade de estabelecimento do regime democrático, ao passo em que faziam duras condenações à ditadura varguista. Para eles, que tinham como certa a vitória do Brigadeiro Eduardo Gomes, enaltecer que as eleições seriam a solução para os problemas do Brasil era legitimar a futura vitória – que como sabemos, não aconteceu.

Ocorridas as eleições em dois de dezembro de 1945, o general Dutra foi o candidato vitorioso pelo PSD, com 55,39% dos votos válidos. O candidato da UDN, o brigadeiro Eduardo Gomes, obteve o total de 34,74% dos votos válidos. Yêdo Fiuza, do PCB, obteve 9,71% dos votos, número significativo se pensarmos na perseguição política vivenciada pelo partido ao longo da história. O candidato do PAN não conseguiu obter uma porcentagem significativa de votos, ficando com apenas 0,17% dos votos.

Em 1946, já no governo de Dutra (PSD), houve a elaboração da Carta Constitucional¹⁴ que trouxe mudanças significativas no que tange à democracia representativa. Vejamos:

Após 1945, o ambiente internacional era novamente favorável à democracia representativa, e isto se refletiu na Constituição de 1946, que, nesse ponto, expandiu a de 1934. O voto foi estendido a todos os cidadãos, homens e mulheres, com mais de 18 anos de idade. Era obrigatório, secreto e direto. Permanecia, no entanto, a proibição do voto do analfabeto [...]. A Constituição confirmou também a justiça eleitoral, constituída de um Tribunal Superior Eleitoral na capital federal, e tribunais regionais nas capitais dos estados.

¹⁴ “A Assembleia Constituinte de 1946 reuniu-se, em sessão preparativa, a 2 de fevereiro, sob a presidência do ministro Valdemar Falcão presidente do Tribunal Superior Eleitoral. A sessão solene de instalação realizou-se a 5 do mesmo mês, sob a presidência do senador Fernando de Melo Viana, eleito para o cargo, juntamente com os deputados Otávio Mangabeira e Berto Condê, eleitos primeiro e segundo vice-presidentes. O senador Georgino Avelino e os deputados Lauro Sodré Lopes, Lauro Montenegro e Rui Almeida foram eleitos respectivamente para os cargos de primeiro, segundo, terceiro e quarto-secretários. Os trabalhos da Assembleia prolongaram-se por sete meses e 16 dias, encerrando-se a 18 de setembro, data em que foi promulgada a quinta Constituição brasileira. [...] A comissão elaboradora do projeto compunha-se de 37 membros, dos quais 19 do Partido Social Democrático (PSD), dez da União Democrática Nacional (UDN) e dois do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Os pequenos partidos — Comunista Brasileiro (PCB), Republicano (PR), Libertador (PL), Democrata Cristão (PDC), Republicano Progressista (PRP) e Popular Sindicalista (PPS) — foram contemplados com um representante cada.” (FVG/CPDOC) Do estado da Paraíba participaram da comissão elaboradora os seguintes políticos: deputados Janduí Carneiro, Samuel Duarte e José Joffily, pelo PSD; senadores Adalberto Ribeiro e Vergniaud Vanderlei e deputados Argemiro Figueiredo, João Agripino, João Úrsulo, Plínio Lemos, Ernâni Sátiro, Fernando Nóbrega e Osmar de Aquino, pela UDN. Como vemos, o processo de elaboração da Constituição de 1946 foi heterogêneo, sendo a primeira constituição a possuir uma bancada comunista, por exemplo.

Cabia à justiça eleitoral decidir sobre todos os assuntos pertinentes à organização de partidos políticos, alistamento votação e reconhecimento dos eleitos (CARVALHO, 2015, p.149)

A constituição de 1946 fortaleceu a democracia ao garantir o exercício dos direitos políticos e a organização de agremiações e frentes partidárias, além disso, manteve as conquistas sociais da década de 30 e assegurou a liberdade de manifestação, de imprensa e de crenças. “Seu texto previa uma rotina democrática para as instituições republicanas, com eleições diretas para os postos de governo no âmbito do Executivo e do Legislativo e nas três esferas da federação” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.396). Além de acabar com a censura e afirmar a importância dos partidos políticos, a Constituição de 1946 simbolizou um avanço significativo no âmbito da participação política, uma vez que estabeleceu os critérios para as eleições e ampliou significativamente o número de eleitores aptos para participar dos pleitos. Estavam aptos a votar os brasileiros de ambos os sexos que fossem maiores de 18 anos e soubessem ler e escrever¹⁵.

Embora não possamos negar os avanços políticos expressivos do momento compreendido entre 1945 e 1964, quando tratamos do restabelecimento do regime democrático no país, percebemos através da historiografia que versa sobre a temática que há uma problemática em torno de como foi feita essa transição. Conforme apontou Campello de Souza:

A restauração democrática em 1945, causada muito mais por eventos internacionais que por dissensões econômicas internas graves que estabelecessem sério conflito de classes, não produziu uma substituição radical dos grupos políticos no poder, embora exigisse uma reformulação político institucional. Desse modo, se em 1945 foi deposto o Presidente VARGAS, na liderança do processo de redemocratização do país manteve-se a mesma elite política que comandava o regime deposto e sob sua direção promoveram-se as primeiras eleições nacionais e a formulação da Carta Constitucional de 1946 que deixou praticamente intacto, em pontos cruciais, o arcabouço institucional do Estado Novo (SOUZA, 1983, p.64).

O que acontece é que, embora tenha se chegado ao fim a ditadura varguista e o discurso em defesa da democracia estivesse em voga, os agentes políticos que estiveram sob o comando do país pertenciam às mesmas elites políticas egressas do Estado Novo. A força política de

¹⁵ Embora a proibição do voto para os analfabetos seja considerada um obstáculo para o exercício da cidadania, uma vez que mais da metade da população era analfabeta na época, Jean Blondel (1994) nos alerta para o fato de que, no caso da Paraíba, muitas vezes eleitores eram alistados e aptos para o voto mesmo sendo analfabetos. O que ocorria era que para ser considerado apto, o eleitor precisava apenas saber assinar o próprio nome na frente da mesa eleitoral. Os cabos eleitorais, então, encarregados de cooptar votos, treinavam os eleitores para que no dia do alistamento e da eleição estes copiassem os próprios nomes nas listas, estando aptos a votar, mesmo não tendo sido alfabetizados.

Getúlio Vargas permitiu que membros da burocracia do Estado Novo e antigos interventores ocupassem cargos políticos ou públicos nas esferas nacionais e locais. O cenário mudou, mas os atores eram praticamente os mesmos. A construção democrática foi, portanto, conturbada, e entre permanências e rupturas, o novo regime buscava ganhar consistência.

Cabe ressaltar, portanto, que embora as mesmas elites conduzissem o processo político, isso não significou a ausência de avanços nesse período. Apesar das limitações e dos obstáculos, a democracia não foi menos presente nesse momento. Sobretudo porque não se pode conceber a ideia de uma democracia plena ou ideal, uma vez que a democracia é dinâmica, complexa e flexível e se caracteriza segundo Bobbio (1997): “primariamente [por] um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados” (BOBBIO *Apud*, SILVA, 2017, p. 37. Adendo nosso). O que ocorreu, em vista disso, foi a construção paulatina de um quadro democrático, com a formação dos partidos, o fortalecimento do processo eleitoral e da participação política.

No caso brasileiro, os sinais da expansão do processo democrático sustentado pela Constituição de 1946 tornaram-se ainda mais evidentes, no final dos anos 1950 e 1960, através da crescente capacidade de mobilização autônoma dos trabalhadores rurais e da pressão popular por uma sociedade menos excludente (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 397).

Iniciado em 1945, o processo democrático deu início a um período frutífero no que diz respeito à participação política. A expansão do processo democrático colaborou para que as mobilizações autônomas e a participação dos trabalhadores operassem um outro tipo de inserção social no espaço político até então, dominado pelos grupos tradicionais da política nacional, majoritariamente ligados à terra. A mobilização em torno da defesa de Getúlio Vargas e dos direitos sociais foi significativa para que os trabalhadores se mostrassem atores do cenário político oficial. Esse acesso fez com que mais tarde eles se organizassem de maneira mais efetiva numa luta em prol dos seus direitos:

O ano de 1945 no Brasil, assim como no mundo, foi marcado por uma série de acontecimentos, que aceleram o ritmo da História. Contudo, apesar de muitas e significativas mudanças terem se processado no cenário político nacional naquele curto período de um ano, a marca do paradoxo foi a característica mais pungente daquela conjuntura. Paradoxo traduzido pela dicotomia de continuidade na transformação ou, mais precisamente, de transformações com dependências (DELGADO, 2011; p.131).

Concordamos com Delgado quando ela cita o paradoxo como característica marcante da conjuntura de 1945. Permeado de contradições, o estabelecimento do regime democrático inaugurado a partir do fim da ditadura varguista representou transformações significativas em relação ao regime político anterior. No entanto, não significou uma ruptura brusca nos modelos econômicos e sociais que vigoravam até então, muito menos na elite política governamental. Notamos avanços no que diz respeito à democracia, à participação política e às liberdades, mas a lógica econômica não foi questionada.

Símbolo das mudanças significativas ocorridas a partir de 1945, a organização e a criação dos partidos políticos representaram uma efetiva contribuição para a ampliação da prática da democracia política no Brasil (DELGADO, 2011). O código eleitoral¹⁶ estabeleceu a exclusividade da candidatura via partido político e colocou como condição obrigatória para o registro dos partidos seu caráter nacional. Para que uma agremiação partidária pudesse se registrar, era obrigatória sua atuação no âmbito nacional¹⁷.

O decreto definiu que, para obter o registro e assim disputar as eleições, os partidos deveriam ter base nacional, ou seja, obter o apoio de, no mínimo, 10 mil eleitores em cada um de pelo menos cinco estados. Essa medida visava inviabilizar a recriação do quadro partidário anterior ao Estado Novo, sustentado por partidos regionais (MEMORIAL DA DEMOCRACIA¹⁸).

Na época, segundo o endereço eletrônico do Memorial da Democracia, mais de 35 partidos políticos conseguiram o registro provisório para atuar politicamente, mas até o final de 1948, apenas 12 permaneceram oficialmente registrados¹⁹. Para disputar as eleições, os candidatos precisavam se registrar através dos partidos até 15 dias antes da eleição, não sendo permitido disputar em mais de uma legenda. Além disso, aqueles que ocupassem funções públicas, deveriam se afastar dos cargos por no mínimo 90 dias antes das eleições – esse processo era a chamada desincompatibilização. As condições de elegibilidade também foram estabelecidas, podendo se candidatar para os cargos de Governador do Estado ou Presidente da República aquele que fosse brasileiro nato, maior de 35 anos. Já para o cargo de deputado, o candidato precisava ser brasileiro nato e maior de 21 anos.

¹⁶ Lei 7586 de 28 de maio de 1945.

¹⁷ Os partidos precisavam estar registrados em cinco ou mais estados da federação.

¹⁸ Memorial da Democracia. Disponível em < <http://memorialdademocracia.com.br/>> Acessado em: nov. de 2019.

¹⁹ Não tivemos acesso à documentação que apresenta os registros de cada partido, mas segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral, disputaram as eleições de 1945 os seguintes partidos: a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Popular Sindicalista (PPS), o Partido Republicano Progressista (PRP), o Partido Comunista do Brasil (PCB), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Republicano (PR) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O Partido Socialista Brasileiro (PSB) foi criado poucos anos depois, em 1947.

A nova lei visava, portanto, garantir dois pilares principais ao sistema partidário: pluralismo e abrangência nacional. [...] no conjunto das organizações partidárias que se formaram a partir de 1945 e que atuaram até 1965, a competição dicotômica, conduzida por um triângulo partidário, foi bem mais determinante que a competição pluralista. (DELGADO, 2011, p. 134).

Como mostrou Lucília Delgado, os principais partidos políticos formados em 1945 estavam alinhados em duas posições antagônicas, de apoio ou oposição a Getúlio Vargas. O triângulo partidário ao qual a autora se refere era formado pelo Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN)²⁰.

Esses partidos formaram uma estrutura triangular de poder e de disputa pelo poder. Todavia, durante os treze primeiros anos de sua existência, representaram forças nítidas e opostas que atuavam no cenário da vida nacional: o getulismo, incorporado e defendido pelo PTB, mas também apoiado pelo PSD, embora com menor ênfase e com estratégia peculiar; e o antigetulismo, que fez a UDN seu principal ancoradouro e baluarte (DELGADO, 2011, p. 135).

Como já foi dito, desde 1943 alguns grupos começaram a se organizar em oposição a Vargas e à ditadura do Estado Novo. Esses grupos montaram uma coalização anti-Getúlio e estabeleceram como função primordial o combate à ditadura e a defesa da democracia. O antigetulismo culminou com a criação de uma frente de oposição, foi quando se formou a União Democrática Nacional. Criada em abril de 1945, a UDN era composta pelas oligarquias regionais que perderam espaço com a Revolução de 30; antigos aliados de Getúlio, que haviam sido marginalizados depois de 1930; grupos liberais com identificação regional; cafeicultores paulistas, industriais e as grandes camadas médias urbanas (BENEVIDES, 1981). Esses grupos “objetivavam, a curto prazo, romper com a cadeira de sustentação do Estado Novo e, a longo prazo, eliminar da vida política nacional a força pragmática e mítica do getulismo e também do trabalhismo” (DELGADO, 2011, p. 137). Limitado às elites, estabeleceu-se, portanto, como um partido de perfil conservador e moralista, defensor da política liberal democrática e contra o voto dos analfabetos, contra reivindicações trabalhistas, contra o direito dos trabalhadores do campo, estando na “eterna vigilância” contra tudo que consideravam ser subversivo ou que ameaçasse os interesses dos proprietários de terra e das elites urbanas²¹.

²⁰ Nosso estudo dá ênfase a esses três partidos, pois eles foram as principais agremiações, em termos de força política e expressividade, sobretudo no estado da Paraíba, entre os anos de 1945 e 1964.

²¹ Para entender melhor a formação e composição do partido, ver BENEVIDES, Maria. A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

O Partido Social Democrático (PSD) foi fundado dentro da perspectiva getulista de continuísmo em transformação e agregou os interventores estaduais que estiveram no poder durante o Estado Novo e os membros da burocracia do regime. “Sua habilidade e capacidade de alcançar e se manter no poder marcaram época. Como resultado dessa prática, seus principais integrantes, que foram grandes mestres da negociação, ficaram conhecidos como “raposas” da política brasileira²²” (DELGADO, 2011, p. 138). Criado dentro da burocracia administrativa do Estado Novo, o partido agregava nomes ligados à estrutura política e administrativa da ditadura varguista e era considerado um partido de centro ou centro-esquerda. Sua base de sustentação era a máquina administrativa do governo Vargas, pois: “Essa sustentação contribuiu para que o partido já nascesse com meio caminho andado para o sucesso eleitoral, uma vez que, desde antes de sua fundação, já controlava sólida infraestrutura administrativa e também clientelista nos diferentes estados da federação” (DELGADO, 2011, p. 139).

Foi um partido pensado pelas elites dominantes do período autoritário anterior, que buscaram criar instrumentos que lhes permitissem operar a transição para um regime democrático. Seus membros eram muito preocupados com a demonstração de força eleitoral através do voto: “Nós acreditávamos no voto, no regime democrático. É por isso que sempre respeitamos as decisões das urnas” (HIPOLITO, 2012, p.51), no depoimento de Oliveira Brito. Considerados políticos profissionais, tinham a conciliação, a moderação e a competência administrativa como regra básica do partido. Esse perfil moderado e de conciliação, inclusive, fez com que o partido desenvolvesse alianças que lhe permitiram ocupar o poder durante seus anos de existência²³.

O segundo partido criado sob a influência de Vargas foi o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Fundado em 1945, era composto por membros dos sindicatos urbanos filiados pelo Estado Novo e do funcionalismo que integrava o Ministério do Trabalho. Considerada a agremiação “mais getulista”, defendia bandeiras como: direitos trabalhistas, políticas públicas

²² Ver HIPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012 [1985] e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. O Brasil Republicano vol. 03. 4ª. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 128-154.

²³ No caso da Paraíba, por exemplo, o PSD formou aliança com a UDN buscando a vitória nas urnas, foi o caso da eleição de 1956, como mostrou CITTADINO (1998) “A UDN e o PSD, percebendo a indefinição política do momento e o desgaste e os custos que poderia significar o embate político no qual o eleitorado popular deveria agora ser disputado e conquistado, preferem partir para a conciliação e aceitam a pacificação proposta por José Américo [líder político da UDN].” (p.57). Então, no pleito de 1956, a UDN lançou uma lista de integrantes do partido e coube ao PSD o direito de escolher um dos integrantes da lista para a candidatura ao governo do Estado, além de indicar um vice-governador do seu partido. Nessa disputa, foram eleitos Flávio Ribeiro Coutinho (UDN) para governador e Pedro Moreno Gondim (PSD) para vice-governador. A conciliação, no caso, garantiu ao PSD a representação no poder executivo estadual.

destinadas aos trabalhadores, direitos dos trabalhadores rurais e distribuição de renda. Seu programa incluía também um projeto para o país, que ia desde a proteção ao trabalhador a propostas de estatização da economia. Sua estrutura baseava-se em um eixo nacionalista desenvolvimentista. Sobre o PTB se percebe que:

No conjunto das maiores organizações partidárias fundadas a partir de 1945, foi o partido que apresentou programa mais nítido e bem definido quanto a metas e projetos, incluindo questões de ordem política e econômica além de proposições de forte cunho social. A inclusão de questões sociais na sua plataforma programática foi, sem dúvida, um fator diferencial da agremiação trabalhista em relação aos partidos que atuaram na conjuntura de 1945 a 1964 (FERREIRA; DELGADO, 2011, p. 141).

A alternância de poder entre os três principais partidos nas esferas nacional e local foi uma das características do período democrático. Não podemos esquecer que mesmo sendo partidos com programas e intenções distintos e que faziam oposição um ao outro, em alguns momentos estiveram aliados em nome de um interesse maior: a vitória nas urnas ou a permanência no poder. A atuação dos partidos políticos no cenário de estabelecimento do regime democrático e as disputas entre eles:

animaram a prática da cidadania política, através de articulações, embates eleitorais, manifestação clara dos dissensos, estabelecimento de relações com organizações da sociedade civil, articulação de alianças mais permanentes tanto no Congresso Nacional quanto nas Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores e formação de coligações conjunturais (FERREIRA; DELGADO, 2011, p. 151).

Não podemos deixar de pontuar a atuação do Partido Comunista do Brasil nesse cenário de democratização do estado brasileiro. Nos anos que antecederam a queda da ditadura varguista, no momento em que renascia o movimento de massas, o PCB começou a se reestruturar enquanto partido:

Já no início de 1942, vários grupos comunistas procuram encaminhar sua reorganização em São Paulo (Comitê de Ação), Rio de Janeiro e Bahia (Comissão Nacional de Organização Provisória). Em agosto de 1943, numa reunião clandestina, tomou-se a iniciativa de nomear uma direção nacional, com Luís Carlos Prestes como secretário-geral ausente (preso). [...] seria quase que “uma refundação do partido de 22”, já que estabelecia uma solução de continuidade a partir da geração de quadros dirigentes anteriores (FERREIRA; DELGADO, 2011, p. 220).

A reorganização e volta do partido ao jogo político foram importantes para fortalecer o caráter democrático do regime nascente. No auge do movimento democrático, a anistia dos presos políticos foi concedida, o que tornou possível a volta dos exilados e a liberdade dos que estavam presos. Sendo assim, Luís Carlos Prestes foi posto em liberdade, tornando-se uma figura exponencial no processo de democratização. Além disso, a plena liberdade de organização partidária fez com que o PCB voltasse à legalidade.

Ao conquistar a legalidade, o PCB se transformou nacionalmente em um grande partido de massas. Com um considerável coeficiente eleitoral, o partido criou uma imprensa com diversos jornais e revistas periódicas, além de estar em contato com os trabalhadores das grandes empresas urbanas, sobretudo no Sudeste, através dos sindicatos e comitês nos bairros.

Ao sair da prisão após ser anistiado, Prestes teve sua popularidade aumentada, sendo ovacionado pelas multidões. Diante do cenário político, o comunista defendia a bandeira da união nacional, dentro da lei e da ordem, rumo à consolidação democrática. A defesa da união nacional e o consequente apoio de Prestes a Getúlio Vargas e à Assembleia Constituinte foram significativos, pois fortaleceram os partidos de cunho varguista e fez com que, mais na frente, em 1946, o partido prestasse relevante contribuição aos debates e à elaboração da Constituição de 1946.

Na Assembleia Nacional Constituinte, a bancada comunista – apesar de pequena e minoritária – desempenhou papel importante insistindo na defesa do direito de greve e autonomia sindical, na institucionalização e ampliação dos direitos de cidadania; apresentaram um projeto sanitário para o Brasil, propuseram padrões de distribuição de renda aos municípios e tiveram presença marcante na Comissão de Educação e Cultura (FERREIRA; DELGADO, 2011, p. 223)

Sabemos que a união e a participação política do PCB não duraram tanto tempo, pois os comunistas foram perseguidos no governo Dutra e o partido teve o seu registro cassado em 1947²⁴. No entanto, a significativa participação do Partido Comunista nos debates em defesa da

²⁴ No ano de 1946, o governo Dutra restringiu o direito de greve e impôs a Lei de Segurança Nacional. Em 1947, com o início da guerra fria, iniciou-se um grande período de perseguição aos comunistas nos Estados Unidos e no restante dos países aliados a eles. Com o Brasil não foi diferente. Alinhado aos EUA, o estado brasileiro rotulou os comunistas de “espiões soviéticos”, “destruidores da civilização cristã” e “fomentadores do caos e da desordem”, daí se iniciou uma violenta perseguição aos comunistas no Brasil até que no mês de maio de 1947 o partido teve o seu registro cassado e foi posto na ilegalidade. Além disso, organizações comunistas tiveram o seu funcionamento suspenso, seus arquivos foram apreendidos e no mês de outubro daquele ano o Senado aprovou a demissão de todos os funcionários públicos suspeitos de envolvimento com o comunismo. Órgãos de representações dos trabalhadores foram dissolvidos e vários sindicatos sofreram intervenção. No início do ano de 1948, os parlamentares comunistas tiveram os seus mandatos cassados e a redação dos jornais comunistas foram depredados e os seus líderes apreendidos. A cassação do registro do PCB simboliza os limites do regime democrático. Para entender melhor a respeito da atuação do partido nesse período e o seu processo de cassação,

democratização e a força do partido nesses primeiros anos do período democrático simbolizam uma mudança em relação aos demais períodos da nossa história.

A formação partidária de 1945 contribuiu, sem dúvida, para a ampliação da democracia e para um aumento significativo da participação política da sociedade civil no seio da política institucional. Foi um momento de polarização de interesses, que culminou na organização política e social promotoras de profundas transformações históricas, com dissensos e consensos para a construção de alianças que pudessem ser constituídas de uma base relativamente sólida, cujo fim seria a articulação de alianças em todas as esferas institucionais. Da mesma forma que essas alianças reverberaram nos apoios regionais e locais – como foi o caso da Paraíba.

No estado da Paraíba, essa lógica partidária nacional foi seguida, pois, a UDN e o PSD representavam as principais agremiações no Estado²⁵. Ambos possuíam lideranças egressas da Primeira República e novos nomes políticos que emergiram para a política na década de 30. Ao PSD, estavam aliadas as forças políticas vinculadas ao Estado Novo, enquanto que a UDN contava com o apoio das forças de oposição²⁶. Os demais partidos - PTB, PCB ou PSB – embora estivessem mobilizados, não apresentavam tanta força e expressão nas disputas políticas para o governo do estado. Conforme salienta Cittadino (1998), na Paraíba, embora contasse com o apoio e filiação de estudantes intelectuais, profissionais liberais, operários e trabalhadores, o PCB não detinha estrutura suficiente para conquistar as camadas populares e vencer as eleições para o executivo estadual, além disso, os anos em que viveu na ilegalidade contribuíram para agravar este quadro²⁷. Já o PTB, criado como um partido “trabalhista”, acabou sendo apropriado por políticos conservadores e se distanciou dos trabalhadores no caso da Paraíba. Enquanto isso, o PSB, embora tivesse sua ala à esquerda, representava um espaço para os candidatos que queriam se eleger mais facilmente, devido ao seu coeficiente partidário ser um dos mais baixos.

Até o final da década de 1940, a falta de expressividade de outros partidos que não fossem UDN e PSD, observada a partir dos resultados eleitorais do TRE-PB, indicam que as

sugerimos a leitura de SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** O Brasil Republicano vol. 03. 4ª. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

²⁵ Ver quadros elaborados por Monique Cittadino em: “Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)”, 1998. p. 33 a 48. Nestes, a autora expõe os nomes dos candidatos eleitos, os partidos, profissão, área de atuação e o percentual de votos de cada um.

²⁶ É importante ressaltar que, conforme salienta CITTADINO (1998), a composição econômica de ambos os partidos não era muito diferente, fazendo com que o poder político do estado permanecesse nas mãos dos grandes grupos familiares proprietários de terras, ora ligados ao PSD, ora à UDN.

²⁷ Para saber sobre a trajetória do PCB no estado da Paraíba, indicamos SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. **Os comunistas e a democracia: A “nova política” do Partido Comunista Brasileiro na Paraíba (1954-1964).** 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal da Paraíba e PORFÍRIO, Waldir. **Bandeiras Vermelhas: A presença dos comunistas na Paraíba (1900-1960).** João Pessoa: Textoarte, 2003.

classes mais populares, mesmo em um período de experiência democrática, ainda não expressavam uma posição de engajamento maciço frente aos embates políticos. Se no contexto nacional as mudanças que diziam respeito à participação política começavam a ocorrer, na Paraíba esse processo se deu de maneira mais lenta. Os dois principais partidos representavam as elites oligárquicas e burguesas que já dominavam o cenário político anos atrás. Não havia ainda um partido grande que fosse amplamente engajado com os trabalhadores ou com as pautas da esquerda, por exemplo.

Frágeis em seus aspectos ideológicos, os partidos funcionavam mais como espaço para construção e manutenção de trajetórias políticas, do que como um centro de discussões e representações ideológicas²⁸. Pois, a conjugação de relações trabalhistas ainda consideradas pré-capitalistas e de uma lógica de mando que considerava um indivíduo como chefe político, possibilitou a construção de outra perspectiva democrática, que estava associada às determinações e definições construídas pelas lideranças desses dois principais partidos, a UDN e o PSD.

As principais lideranças da UDN na Paraíba, eram José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo²⁹; já Ruy Carneiro³⁰ foi o criador e grande chefe político do PSD. Como a política

²⁸ Isso ocorria por que “Inseridas em uma economia predominantemente agropastoril, na qual as relações de trabalho ainda se caracterizavam por serem marcadamente pré-capitalistas, com a utilização de mecanismos de dominação baseados na coerção extra econômica e onde o setor industrial era extremamente incipiente, não é de se estranhar a pouca participação política daquelas classes [os trabalhadores]” (CITADDINO, 1998, p.68).

²⁹ Natural da cidade paraibana de Campina Grande e filho de uma família tradicional na política paraibana, Argemiro de Figueiredo (1901-1982) foi aluno do Lyceu Paraibano e posteriormente no ano de 1920 formou-se na Faculdade de Direito de Recife, reduto dos jovens paraibanos filhos de famílias influentes na política local. A sua vida política começou ainda em 1921 quando estudante do curso de Direito. Recém-formado advogado, atuou no seu município de origem e foi um dos fundadores das sociedades operárias. Também participou da fundação do Partido Democrático (PD) no estado da Paraíba, pelo qual elegeu-se deputado estadual em 1929. Tinha estreitas relações com o presidente João Pessoa e com José Américo. Em 1930, filiou-se à Aliança Liberal, em apoio à candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa às eleições presidenciais daquele ano. Apoiou o movimento de 1930 que levou Vargas à chefia da nação. Em 1932, foi nomeado Secretário do Interior e Justiça, por intermédio de José Américo. Nos anos seguintes, junto de alguns companheiros políticos, fundou o Partido Progressista (PP) da Paraíba, pelo qual foi eleito governador do estado da Paraíba (1935). Na campanha de sucessão presidencial prevista para 1938, apoiou a candidatura de José Américo para substituir Getúlio Vargas. Com o advento do golpe do Estado Novo (1937), permaneceu ao lado de Vargas e foi nomeado interventor do estado da Paraíba. A sua atuação enquanto interventor caracterizou-se pela concessão de benefícios e aproximação com as oligarquias locais. Figueiredo pertencia ao grupo político que enxergava o autoritarismo como uma alternativa, sendo considerado uma das administrações mais repressoras do Estado Novo, dada a fiscalização e perseguição daqueles considerados subversivos. Anos mais tarde, por conta de divergências políticas, foi afastado do cargo pelo próprio Getúlio Vargas e substituído por Ruy Carneiro. Com a queda do Estado Novo, filiou-se à UDN, dando continuidade à sua atuação política, sendo uma das principais lideranças estaduais. Para mais informações sobre a trajetória política de Argemiro de Figueiredo e sobre o período de sua interventoria, ver SILVA, Waniery Loyvia de Almeida. **Autoritarismo, repressão e propaganda: A Paraíba de Argemiro de Figueiredo (1937-1940)**. 2017. 163 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba e SANTANA, Martha M. Falcão de Moraes. **Poder e Intervenção Estatal**. Paraíba – 1930/1940. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2000.

³⁰ Ruy Carneiro nasceu no ano de 1901 na cidade de Pombal, no sertão paraibano. Era filho de médios proprietários rurais que gozavam de prestígio e influência na região. Concluiu os estudos primários ainda no sertão, logo depois veio para a capital cursar o que hoje conhecemos por ensino médio no Lyceu Paraibano. Após concluir os estudos,

local ainda estava muito atrelada ao chefe político, numa postura personalista, significava que o desenho da participação democrática estava vinculado ao conhecimento dessas lideranças, pois: “é o homem que os eleitores conhecem melhor [...] o eleitor está mais próximo da pessoa do candidato [...] os candidatos prevalecerão sobre os partidos, a partir do que o processo político se revestirá de feição mais personalista que ideológica” (BLONDEL, 1994 [1957], p.10). Na mesma medida, a fragilidade dos partidos locais também era percebida, uma vez que:

a organização e a função dos partidos políticos estão muito subordinadas às personalidades. Estudar a máquina política nada significa na Paraíba, porque ela não existe. Não existem nem partidários nem militantes procurando desenvolver anônimamente o progresso dos partidos. São associações de alguns políticos destinadas a manter o predomínio através do jogo de combinações técnicas. Até o momento, são somente essas combinações que formam verdadeiramente os partidos políticos, assim como as duas agremiações mais importantes [...] – a UDN e o PSD (BLONDEL, 1994 [1957], p. 132).

A observação de Blondel a respeito dos partidos reafirma o caráter personalista da política paraibana. Costumava-se votar por afeição à pessoa do candidato e não pelo programa político e ideologia do partido. A predominância do candidato sobre a instituição do partido político pode ser entendida a partir da forte herança do sistema coronelista, no qual a política era baseada no controle estatal a partir das relações oligárquicas e da liderança do chefe político local:

Por isso, torna-se compreensível que os partidos formados na sociedade brasileira pouco se apresentem como partidos ideológicos, e sim com relações clientelísticas entre o Estado e o povo, onde oligarquicamente são

ingressou na Faculdade de Direito do Recife, onde se formou em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1925. Na época, sua família era proprietária do Jornal *Correio da Manhã*, onde Ruy Carneiro atuava enquanto secretário e repórter. Chegou a ocupar também o cargo de diretor do jornal. Na vida política, esteve ligado à campanha da Aliança Liberal, defendendo as candidaturas de Vargas e de João Pessoa à presidência e vice-presidência da República e colocando seu jornal à disposição dos aliancistas. Tornou-se bastante conhecido por conta de sua atuação na Revolta de Princesa e após a derrota dos aliancistas e a morte de João Pessoa, esteve ligado ao movimento armado de 1930, que visava a deposição do então presidente Washington Luís. Na ocasião, esteve ao lado de José Américo e foi chefe militar das forças revolucionárias. Quando Vargas assumiu o poder, foi nomeado oficial de gabinete do então Ministro José Américo, emergindo como uma terceira força política do estado paraibano. Essa função o colocou como o mediador de pequenos conflitos e pleitos de paraibanos que buscavam o governo federal, algo significativo para a construção de sua carreira política. Anos mais tarde, em 1940, por conservar estreitas relações com Vargas, foi nomeado interventor do estado da Paraíba. Com o fim do Estado Novo, assumiu a presidência da seção paraibana do PSD, sendo eleito deputado, senador e estando sempre na defesa do varguismo. Para saber mais a respeito da carreira política de Ruy Carneiro e as características da sua interventoria, ver SILVA, Jean Patrício da. **A construção de uma nova ordem: Análise da interventoria de Ruy Carneiro no estado da Paraíba. (1940-1945).** 2013. 16 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba.

direcionados a escolherem os representantes, pois assim são constituídos historicamente (SILVA, 2017, p.40).

Essas observações podem ser percebidas largamente na política paraibana. Se considerarmos o contexto da redemocratização e, conseqüentemente, a formação dos partidos no estado, a percepção é de que as relações de representação política estão na base das relações clientelistas e sob a orientação dos chefes políticos. Osvaldo Trigueiro, falou a respeito das chefias dos partidos no caso do Nordeste:

Nos estados do Norte, sempre houve a preocupação com a chefia unipessoal (...). Nos grandes estados do Sul, a ideia de chefia unipessoal já havia desaparecido há muito tempo (...), mas a Paraíba tinha a preocupação da chefia. O partido tinha que ter um chefe, o chefe era uma pessoa. Isso resultava um pouco da tradição. Tínhamos uma tradição de chefes muito poderosos, chefias muito nítidas. Durante 20 anos não se movia uma palha sem ser por intermédio de Epitácio Pessoa, que era homem autoritário, de personalidade muito forte (CITTADINO, 1998, p.29).

A fala de Osvaldo Trigueiro, eleito governador do estado da Paraíba em 1947, reafirma o caráter unipessoal da política local. No sistema coronelista, as famílias políticas e os nomes dos chefes políticos ditavam a lógica da política local. Os chefes eram o Estado. As feições personalistas na política permaneceram presentes após a ruptura de 1945 e são representativas da herança do sistema coronelista. Graças a essa herança, as conformações personalistas da política paraibana – entre a estrutura estatal e o povo – desconsideraram o caráter ideológico dos partidos na Paraíba.

No que tange ao reordenamento das forças políticas e à problemática da reorganização do sistema partidário na Paraíba, a partir de 1945 percebemos uma substituição pouco significativa dos grupos dominantes de então (CITTADINO, 1998, p. 28). Assim como no restante do país, no estado da Paraíba, nomes que haviam ocupado lugares de destaque na estrutura do Estado Novo ou na oposição à Vargas no pós-45 aparecem disputando as eleições, ou seja, estavam imersos na nova estrutura do sistema político. Contudo, as composições dos partidos ainda comportavam as lideranças tradicionais e conservadoras da política estadual, conforme apontou a historiadora paraibana Monique Cittadino:

A partir de 1945, com o processo de “redemocratização”, criação de novos partidos e estabelecimento de eleições menos manipuláveis, o que observa na Paraíba é um processo progressivo de readaptação da política coronelística à nova realidade social. Os grupos oligárquicos tendem a acomodar-se à nova estrutura política, constituindo os núcleos locais dos partidos de atuação

nacional e, passam a ser obrigados a disputar eleitoralmente a supremacia política do estado (CITTADINO, 1998, p.17).

Na mesma perspectiva de análise, Maria do Carmo Campello de Souza (1983) discute que, embora tenha se chegado ao fim a ditadura varguista, 1945 não significou uma ruptura brusca no modelo econômico e nas forças políticas de então. Conforme já observamos, a herança coronelista ainda era muito forte. O que percebemos no caso da Paraíba, a partir de 1945, foi a substituição gradativa das práticas políticas, que na intenção de se adequar à nova realidade social, foram paulatinamente sendo transformadas. Se antes os líderes políticos apelavam para a violência eleitoral, a cooptação através de uma relação de dependência e a fraude nas urnas, nesse momento eles começaram a perceber a necessidade de conquista do eleitorado. O regime político, a forma de organização política e as regras do jogo haviam mudado, coube aos interessados em continuar na disputa se adequar a elas.

Embora possamos observar algumas permanências de práticas coronelistas inerentes a uma cultura política autoritária, não podemos negar os avanços significativos oriundos da queda da ditadura varguista. Como já dissemos, foi um período paradoxal, em que as práticas políticas transitavam entre mudanças e permanências. Segundo Jean Blondel:

O sistema constitucional permanecia, pois, quase o mesmo. Mas seu modo de aplicação tornou-se muito diferente, porque o espírito público havia mudado e porque, a partir de 1945, [...] podia dizer-se que as eleições eram verdadeiras. Não se pôde ainda eliminar toda fraude. Mas a fraude não era mais, como no tempo da República Velha, o elemento normal do voto (BLONDEL, 1994 [1957], p.22).

A análise de Blondel sobre a “mudança no espírito público” pode ser relacionada ao paulatino engajamento da sociedade civil para com as questões políticas. Nesse sentido, a década 1940 foi bastante frutífera e funcionou como um ensaio para as décadas seguintes, quando observamos o aumento na participação e organização política.

O fato da ocorrência frequente de eleições, da ampliação do direito do voto, da organização dos partidos políticos e do surgimento de novas lideranças que não estavam vinculadas às oligarquias locais, como é por exemplo dos vereadores da capital paraibana Cabral Batista e Mário da Gama e Melo³¹, demonstram esse avanço de caráter político e social.

³¹ João Cabral Batista e Mário da Gama e Melo foram eleitos vereadores da capital paraibana em outubro de 1947. Ocuparam diversos mandatos consecutivos na Câmara e suas trajetórias foram construídas a partir de suas carreiras enquanto gráfico e advogado, respectivamente. Não consta na documentação analisada nenhuma relação de ambos com nomes políticos tradicionais ou mais expressivos, nenhum dos dois pertencia a famílias tradicionais paraibanas, o que nos dá indício de uma renovação na política local.

É fato que o eleitor ainda não era de todo independente, dada a influência dos chefes locais, sobretudo nas pequenas cidades do interior do estado. No entanto, aos poucos esse eleitor tornara-se mais consciente e valioso aos olhos de quem disputava as eleições. Os chefes políticos perceberam que precisavam agora conquistar o eleitor, o que causou uma verdadeira reviravolta no jogo político de então (BLONDEL, 1994 [1957]).

A partir das mudanças no regime, percebemos uma nova relação entre os agentes políticos e o eleitorado. Para José Octávio Mello: “Estávamos em pleno primado do populismo³², daí porque as campanhas eram decididas mais nas ruas através do carisma dos candidatos, que nos bastidores, por meio da máquina dos partidos, como hoje” (MELLO, 1989, p.264). No entanto, a respeito do populismo vivenciado na política paraibana cabe a seguinte ressalva:

Na Paraíba o populismo deve ser visto com bastantes ressalvas, posto que não podemos afirmar que na década de 1940 ou 1950 tínhamos um grupo de trabalhadores ou sindicatos fortes; aqui o movimento ora descrito tem que ser compreendido consoante às transformações ocorridas no âmbito da sociedade, particularmente na migração do homem do campo para as cidades (SILVA, 2008, p.02).

O estado da Paraíba como um todo passava por um processo de modernização e urbanização na década de 1940, quando se acentuou o processo de êxodo rural. Se comparados aos estados do sudeste, por exemplo, não tínhamos um processo de industrialização já

³² Esse momento da história política brasileira (1945-1964) é bastante associado ao conceito de populismo. Na historiografia, inclusive, há alguns trabalhos que denominam o recorte de tempo entre 1945 e 1964 de República Populista. Esta seria a chamada tese do populismo, bastante discutida na década de 1950 e 1960, ela defende a ideia de que o populismo seria uma política de massas, liderada por um líder carismático que atua sobre as massas que não têm consciência de classe e nem autonomia para a tomada de decisões. Nessa perspectiva, os trabalhadores aparecem como sujeitos amorfos, sem possibilidade de reação, apenas como agentes passivos do processo político institucional. Desde a década de 1970, o populismo como categoria explicativa da política brasileira vem sendo posto em questão. A partir da década de 1980, inclusive, com o avanço dos estudos da história social, o modelo explicativo foi revisto e a ação dos trabalhadores no processo político foi sendo enaltecida, em contrapartida à visão de que estes eram apenas manipulados pelos líderes políticos. O conceito de trabalhismo, elaborado por Ângela de Castro Gomes (1988), surge no âmbito dessas discussões na tentativa de repensar o conceito de populismo. Neste trabalho, nos apropriamos da visão de FERREIRA (2001), que, embasado em GOMES (1988), analisa o percurso do conceito de populismo ao longo da história, repensa a sua construção e critica os esquemas explicativos do mesmo, sugerindo, a partir disso, novas possibilidades de entendimento. Assim como o autor, não entendemos que a política do período democrático (1945-1964) deva ser caracterizada por uma política populista no sentido de ser uma política de manipulação das massas passivas por um estado forte, composto por líderes carismáticos e manipuladores. Ao contrário, compreendemos a política local como um conjunto de relações entre os agentes políticos e o restante da sociedade, entendendo que este segundo utilizou do espaço cedido na política, mesmo que fosse um espaço limitado, para se mobilizar em busca de seus interesses. Evidentemente que os grupos políticos exerciam domínio sobre o processo político, no entanto, este domínio não estava livre de sofrer ameaças por parte das classes populares. Nossa perspectiva, portanto, valoriza a importância dos trabalhadores nas decisões políticas, observando suas escolhas e demandas.

consolidado³³. “É sobre essa população que migrara para os centros urbanos, constituindo-se aí as massas populares, que incidira a política populista, e não, sobre um proletariado urbano criado por força de um processo de industrialização” (CITTADINO, 1998, p.18). Sob essa perspectiva é que observamos o caráter personalista da política local e a falta de partidos ideologicamente consolidados. A relação dos políticos com o eleitorado era fortemente vinculada às práticas políticas do campo, uma vez que essa população acabara de migrar para os centros urbanos, além disso, a participação política em torno de sindicatos ou movimentos sociais ainda era remota. No entanto essa relação entre os políticos e o eleitorado propiciou a emergência das classes populares enquanto grupos politizados e mobilizados, como veremos ao discutir a relação da Câmara Municipal de João Pessoa com a população local.

No plano local, as práticas coronelísticas davam sinal de esgotamento e as campanhas políticas eram marcadas pelo apelo popular. As elites políticas perceberam, portanto, que precisavam conquistar seus eleitores através do convencimento e não mais da violência eleitoral, como na Primeira República, pois:

O “chefe político” continua a assegurar a proteção dos seus homens, mas esta proteção com o desenvolvimento da consciência nacional perde, mais e mais, seu caráter político para tomar aspecto administrativo. O eleitor tomou o hábito de pedir cada vez mais. Ele sabe que existe um Estado e uma Federação que o podem socorrer. O “chefe político”, procurando obter sua aprovação, reconhece assim implicitamente a soberania do povo, embora esta tendência seja mais fraca, o que não deixa de ser sinal de uma transformação (BLONDEL, 1994 [1957], p.65).

Essa análise sinaliza as mudanças nas relações políticas oriundas do processo de democratização, indicando rupturas nas relações de poder local que aconteciam gradativamente. Vejamos, por exemplo, o discurso pré-eleitoral proferido por José Américo na Campanha de 1950:

Falo, finalmente, às classes desprotegidas merecedoras de maior solicitude. [...]. Ao povo não preciso prometer. Fiz todas as campanhas nacionais voltado para a

³³ “Até os anos 1950 a industrialização paraibana era residual, concentrada em Campina Grande e, principalmente, em João Pessoa, e em municípios do seu entorno, como Santa Rita e Rio Tinto. O cientista político francês Jean Blondel (1994), em seu clássico estudo sobre a vida política da Paraíba dos anos 1950, apresentou o espaço industrial dessas duas últimas cidades como “ilhas” dentro de um estado majoritariamente rural, marcado pela influência dos chefes políticos e pelas mazelas do analfabetismo e da migração. Entretanto, a industrialização da Paraíba ganhou impulso a partir dos anos 1960, com a criação dos distritos industriais de João Pessoa e Campina Grande, com os recursos oriundos de financiamentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Mesmo assim, tratava-se de uma indústria de baixa diversificação e inovação. A Paraíba também vivenciou, a partir dos anos 1970, um processo de aceleração da urbanização, com destaque para o crescimento de João Pessoa, com o conseqüente aumento do número de aglomerados subnormais.” (SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e, (org.). **Paraíba 2000-2013**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014, p.17)

sua sorte. Não preciso trazer-lhe programas, trago o coração que ele conhece [...] virei servir a minha terra e ao meu povo. Virei para o seu serviço público e, especialmente, a serviço do povo [...] ninguém se iluda. Só o povo tem o segredo da vitória. Era número; agora é consciência. Uma consciência nova, certa dos seus direitos e aflita pelas suas necessidades³⁴ (CITTADINO, 1998, p. 54) .

No discurso proferido pelo então candidato José Américo, notamos a ênfase que ele dá ao povo e suas necessidades, mostrando-se como um exímio representante dos direitos dessa população. A estratégia adotada por José Américo mostra a percepção que ele tinha, enquanto candidato que dependia dos votos, da necessidade de conquistar seu eleitorado. Para conquistá-lo, o candidato afirmava saber das necessidades do povo e se dizia a par das dificuldades financeiras que esse povo enfrentava, numa perspectiva paternalista, que valorizava a vontade pessoal e baseava-se no carisma. Outro ponto significativo na fala do candidato é quando ele cita a consciência do povo, que, segundo ele, desperta para a defesa dos seus direitos e busca suprir as suas necessidades. José Américo parecia estar ciente dessa “consciência” que impulsionava o despertar para a organização política ou para um entendimento da importância do voto no contexto político de então. Desta forma, a adoção dessa postura perante o eleitorado se deu, justamente, pelo fato de que,

As classes populares precisavam agora ser conquistadas, cooptadas – não que nesse momento elas significassem uma real ameaça ao poder estabelecido, haja vista que o seu nível de organização política e de representatividade partidária era praticamente inexistente. O voto é que já não era mais uma certeza inquestionável: ele devia ser atraído em troca de promessas que as massas desejavam ouvir. Estas, com o voto secreto passavam a ter um espaço garantido no jogo político (CITTADINO, 1998, p. 55).

O voto pareceu bem mais custoso ao discurso político pós-1945, pelo simples fato de que a vitória nas urnas não era uma certeza. Então, por mais que afirmemos que a conjuntura eleitoral pós-fim do Estado Novo tenha construído outros valores e trazido para a cena política outros atores, o lugar do convencimento havia se constituído como o lugar de batalhas dos políticos, na relação Estado-eleitor. Essa conformação não excluiu a prática clientelista, frente aos avanços da participação democrática, na verdade ela renovou as estratégias de convencimento.

As novas práticas políticas, o apelo popular e as alianças feitas pelos políticos locais marcaram esse momento da incipiente experiência democrática na Paraíba. Entre os maiores

³⁴ Discurso proferido pelo então candidato ao governo do estado José Américo de Almeida, intitulado “Oração da Capital”, o trecho foi citado por CITTADINO em *Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)*, 1998.

avanços, destacamos o aumento da participação popular e da organização política. Além disso, entre rearranjos e relações de poder, observamos a emergência de novas lideranças políticas, sobretudo no caso da capital paraibana, como veremos adiante. Cheias de paradoxos, essas mudanças caracterizaram o período em questão e simbolizaram um novo momento na história política local.

1.2 João Pessoa na década de 1940: Uma cidade em modernização

Localizada no litoral do estado da Paraíba, no ponto mais oriental do continente americano, a cidade de João Pessoa foi fundada no ano de 1585 por colonizadores portugueses, sendo então chamada de Cidade Real de Nossa Senhora das Neves. Recebeu alguns outros nomes, entre eles, o de Cidade da Parahyba, em 1654. Permaneceu com esse nome até 1930, quando a Assembleia Legislativa Estadual a denominou João Pessoa, prestando homenagem ao político paraibano João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, assassinado no mesmo ano, enquanto ainda era presidente do estado – título dado aos governadores de estado na época³⁵. Na época que estamos estudando, o que hoje corresponde às cidades de Cabedelo, Alhandra e Conde eram distritos da capital paraibana, sendo Cabedelo emancipada no ano de 1956, Alhandra em 1959 e mais tarde, em 1963, o Conde. Nosso estudo, portanto, se refere a toda essa região.

Ao final da década de 1940, a capital paraibana era uma cidade considerada pacata e conservadora (MELLO, 1985). A tentativa do poder público de estabelecer a ordem e modernizar a cidade foi observada durante toda a análise dos anais da Câmara Municipal, mas foi somente a partir da década de 1950 que a cidade vivenciou um processo significativo de modernização. A sociedade foi progressivamente transformada pelo urbanismo. Espelhadas no processo de modernização do Rio de Janeiro, então capital federal, as demais capitais ganharam investimentos públicos no sentido de modernização e adequação à ideia de progresso.

O município estava dividido em cidade alta, média e baixa, sendo a maioria das ruas não pavimentadas. A rede de iluminação elétrica apresentava consideráveis problemas e o serviço de água canalizada atendia apenas à metade da população. No centro da cidade estavam os pontos comerciais e as repartições públicas. Os principais bairros eram Tambiá, Jaguaribe,

³⁵ Para entender melhor o processo de formação da cidade e a mudança do nome da capital, ver AGUIAR, Wellington; MELLO, José Octávio. Uma Cidade de Quatro Séculos. Evolução e Roteiro. Estado PB Ed, 1985; e AIRES, José Luciano Queiroz. A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945). 1. ed. Campina Grande: EDUFPG, 2013.

Torrelandia (hoje em dia bairro da Torre), Jardim Miramar, Tambaú, Rogers, Mandacaru, Cruz das Armas, Oitizeiro, Varadouro, Cordão Encarnado e Varjão. A parte leste do centro da cidade era composta por bairros de moradores mais abastados, com ruas largas e arborizadas. Já os últimos bairros citados anteriormente, eram ocupados pelos mais pobres, que na maioria das vezes não tinham acesso aos benefícios da modernização propagada pelos governantes. Os moradores do bairro de Cruz das armas e de Mandacaru, por exemplo, estavam sempre procurando as autoridades políticas para denunciar a falta de assistência básica.

Na década de 1940, a população de João Pessoa era de pouco mais de 94 mil habitantes, chegando aos 119 mil na década seguinte e a 150 mil nos anos de 1960³⁶. A cidade, no geral, não apresentava boa infraestrutura - nem todas as ruas eram calçadas ou saneadas e havia entre elas inúmeros terrenos baldios, não habitados. As residências eram modestas, não possuíam muito luxo, somente aquelas que pertenciam às famílias mais abastadas apresentavam características mais imponentes (MELLO, 1985). Ao observar as atas das reuniões da Câmara Municipal de João Pessoa, confirmamos a citada falta de infraestrutura na cidade. Boa parte das discussões no plenário eram voltadas para questões que envolviam obras públicas e manutenção dos espaços públicos que, na palavra dos vereadores, careciam dos cuidados das instituições públicas. Além disso, constatamos a presença de alguns representantes da população pobre da cidade reivindicando melhorias para seus bairros. Pelo que pudemos observar, a maioria das reivindicações eram advindas dos bairros mais periféricos.

Do ponto de vista econômico, segundo dados do IBGE (1960), a indústria, ainda que timidamente, e a agricultura fortaleciam as rendas municipais. As indústrias de cimento e óleos vegetais predominavam na cidade, sendo a Fábrica Matarazzo a principal delas. O comércio local se relacionava com os municípios de Campina Grande, Santa Rita, Guarabira e Recife. A pesca também se caracterizou como uma atividade de destaque no município, sobretudo na região de Cabedelo e da Penha.

Já do ponto de vista ocupacional, a maioria da população maior de 19 anos aparecia ligada as atividades domésticas não remuneradas, segundo dados do IBGE (1960). No centro urbano destacavam-se atividades de prestação de serviços, comércio de mercadorias e indústrias de transformação. Boa parte também se dedicava à agricultura e pecuária, muito embora não houvesse grandes plantações ou criações no município. Os profissionais liberais eram relativamente poucos, sendo, no ano de 1956, 112 médicos, 184 advogados, 61 dentistas,

³⁶ Dados extraídos do portal da Prefeitura do Município de João Pessoa. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/seplan/perfil-joao-pessoa/>>. Acessado em: 10 de jan. de 2019.

12 farmacêuticos, 27 engenheiros, 19 agrônomos e três veterinários³⁷. Alguns deles, sobretudo médicos e advogados, ingressaram na política, como veremos mais adiante.

Na análise feita sobre a vida política do estado da Paraíba, Jean Blondel fez a seguinte observação:

João Pessoa é uma cidade calma, toda tradição e sem crescimento rápido. [...] Se Campina não possui classes sociais, João Pessoa as possui definidas e fechadas. A elite não tem problemas práticos; é formada por membros das profissões liberais que exercem papel de primeiro plano. É culta e se interessa com diletantismo pelas questões políticas. A presença do governo e da Câmara estadual aviva este interesse. Não possui quase indústrias, salvo uma fábrica de cimento pertencente à família Matarazzo, aliás, fora da cidade; muitos dos operários residem no município de Sta. Rita. João Pessoa é uma cidade do Brasil antigo (BLONDEL, 1994 [1957], p.48).

As colocações do autor nos remetem à ideia de uma cidade que estava visivelmente organizada entre os moradores considerados de elite e, outros sem posses, suas classes sociais estavam distribuídas no espaço urbano pela caracterização de suas ocupações, com certo diletantismo. O Mercado Público, seguido das feiras livres nos bairros, assegurava o abastecimento da cidade e era uma constante preocupação dos vereadores do município, que debatiam sobre sua limpeza, organização e discutiam sobre a carestia nos preços dos itens vendidos do mercado. Além deles, havia também as mercearias, vendas e quitandas. Pão e leite eram geralmente entregues a domicílio, o que dava à cidade um ar de interior (MELLO, 1985). Os aspectos da vida privada apontam para o processo de modernização que a cidade vivenciou ao final da década de 1940 e início dos anos 1950. Vejamos o seguinte relato do historiador José Octavio de Mello:

Em 1949 [...] participei, no cinema Rex, de acontecimento que, hoje, considero socialmente importante. Tratava-se do lançamento da Coca-Cola distribuída de graça, juntamente com cadernos e lápis, para os frequentadores da matinal do domingo. A Coca-Cola chegava embalada em vistosos depósitos vermelhos, com inscrições em inglês, e hoje, percebo nitidamente o que significou. Tal equivaliu, simplesmente, à penetração dos hábitos estrangeiros que forçaram a diluição da velha sociedade patriarcal. É a partir daí que João Pessoa realmente começa a mudar: a americanização, já favorecida desde a Segunda Guerra Mundial com a entronização do cinema, ganhou então o campo econômico e simultaneamente o cultural (AGUIAR; MELLO, 1985, p.260).

³⁷ Os dados sobre a ocupação da população pessoense na década de 1940/1950 foram extraídos dos arquivos do IBGE. Para mais informações ver IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Vol. XVII, 1960, p. 281-304.

O relato acima ilustra o citado processo de modernização que a cidade estava vivenciando, influenciado pelos hábitos estrangeiros. Acreditamos que as mudanças no modo de vida da população, que sofria influência externa, estão intimamente associadas com as transformações na vida política, pois, se os espaços sociais estavam experimentando transformações no consumo e na constituição de outros hábitos culturais, os espaços de representação política também estavam movimentados, a exemplo da Câmara de Vereadores.

No aspecto educacional, segundo MELLO (1985), os jovens de classe média eram assistidos pelas professoras primárias da rede privada, que davam aulas em escolas localizadas no centro da cidade. Nos bairros e periferias, localizavam-se os grupos escolares, para atender os mais pobres. Os filhos dos comerciários matriculavam-se na Academia de Comércio e aqueles aprovados nos exames admissionais, iam para o Lyceu Paraibano ou Pio X, cursar o que hoje chamamos de ensino médio. Estudar nessas últimas instituições de ensino era sinônimo de prestígio e *status* social. Segundo relato de José Octávio: “depois daí [de cursar o ensino médio] era arranjar emprego, casar e... ficar por aqui mesmo, ou então transportar-se a Recife, para estudar na Faculdade de Direito, ou tornar-se cadete em Agulhas Negras” (AGUIAR; MELLO, 1985, p.258).

Até a década de 1940, o principal meio de transporte da capital paraibana era o bonde, que marcava a divisão social da cidade, pois estava dividido entre primeira e segunda classe. Sendo esta última destinada aos mais pobres, como praças de pré, domésticas e estudantes. A estação dos bondes ficava na chamada Cruz do Peixe, localizada no cruzamento das Avenidas Epitácio Pessoa e Juarez Távora. Nos anos 1950, com o processo de modernização, os bondes foram substituídos pelos ônibus:

Na década de 1950, houve grande investimento por parte do poder público para a melhoria das condições infraestruturais das áreas “suburbanas” da capital do Estado, visando aperfeiçoar as condições dos novos bairros e atrair a população para tais áreas. Durante o governo de José Américo de Almeida (1951-1955), foi criada uma Lei (nº 570, 10 de outubro de 1951), que autorizava o Governo Estadual a estabelecer um convênio com a Prefeitura de João Pessoa para contribuir com os melhoramentos da capital (MARTINS & MAIA, 2015, p. 188).

Aliás, o transporte público também movimentou os debates políticos na Câmara Municipal. As reclamações em torno do preço das passagens, das condições dos veículos, da falta de transporte para a população mais pobre e até da condição dos trabalhadores das empresas de transporte coletivo eram constantes. Um dos vereadores, Henrique Bernardo

Cordeiro, era presidente do Sindicato dos Motoristas e foi um dos responsáveis por levar à instituição as questões da qualidade do transporte público.

Sobre os hábitos da população local, em termos de festas populares, comemorações ou meio de interação da sociedade, havia as festas religiosas. A presença da Igreja Católica na vida das pessoas era muito forte. Praticamente todas as datas comemorativas estavam associadas aos “dias santos”. A Igreja, portanto, ditava os paradigmas e moldava a vida dos cidadãos conforme os seus costumes. Vale ressaltar que algumas denominações cristãs como Presbiterianos e Batistas começavam a ter certa visibilidade, bem como alguns cultos de matriz afro-brasileira, apesar de sofrer discriminações. Apenas uma data comemorativa não possuía caráter religioso, a Semana da Pátria/Sete de Setembro. Neste dia, as pessoas iam à Lagoa para assistir ao desfile dos militares. Havia também, como meio de diversão, os cinemas, as praias e até mesmo os circos, que se instalavam no centro e faziam a alegria dos jovens (MELLO, 1985).

As citadas mudanças na vida privada da população, experimentadas com o processo de modernização, também foram vistas nos aspectos econômico e político, com o processo de industrialização da década de 1950 e com o restabelecimento da democracia. Conforme mudavam-se os hábitos e a estrutura da cidade, mudavam-se também as práticas políticas e, conseqüentemente, o acesso da população ao jogo eleitoral. Nesse sentido, observaremos agora o desenrolar dos fatos, o cenário político local e a primeira eleição municipal no pós Estado Novo, na qual foram eleitos prefeito, vice-prefeito e os vereadores que compuseram a primeira legislatura municipal.

1.3 Eleições e poder local: Os resultados das urnas

Verificou-se na última década o aparecimento, no Brasil, de uma verdadeira vida política. A sua base está formada, pois a eleição não é mais uma aparência. A fraude já não desempenha, como antigamente, um papel decisivo; é um elemento secundário, mais fácil de circunscrever. São evidentes os progressos e ninguém procuraria negar que já não se vota hoje da mesma forma que há vinte anos. O número de eleitores aumentou consideravelmente e a votação deixou de ser um ato limitado a uma parcela ínfima da população (BLONDEL, 1994 [1957], p. 153).

O trecho acima foi extraído do livro *As condições da vida política no estado da Paraíba*, que foi escrito pelo cientista político francês Jean Blondel, e apresenta os resultados de sua pesquisa sobre os elementos da política local. Ao observar a dinâmica política do estado, Blondel salientou a nítida evolução nos costumes políticos locais. Estudamos o processo eleitoral de 1947 – o primeiro pleito municipal pós-Estado Novo – buscando perceber os elementos que comprovem tal evolução.

Acreditamos que os processos políticos eleitorais se constituem como uma vasta fonte para o pesquisador, uma vez que trazem em si peculiaridades diversas que dão cabo a uma discussão e reflexão sobre a cultura política de determinados locais. Em cada local, a política e as eleições são conduzidas de maneira diferente e o modo como elas são conduzidas podem dizer muito de cada contexto histórico. A partir da análise dos elementos políticos, revelamos dados a respeito de como estavam postas as forças políticas locais, quais partidos se mantinham no poder, entre outros. Nesta perspectiva, concordamos com René Rémond sobre a importância do estudo dos processos eleitorais, isso porque: “a série contínua dos resultados eleitorais no último século e meio constitui o mais fabuloso banco de dados com que o historiador pode sonhar” (REMOND, 2003 [1988], p.45). Corroboramos com a sua visão, por acreditar que as eleições revelam dados preciosos a respeito das relações de poder e da participação política de determinadas sociedades.

Nesse sentido, buscamos analisar os dados dos processos políticos eleitorais e das relações de poder local, com o objetivo de compreender melhor a dinâmica política do município de João Pessoa no contexto do processo de democratização, haja vista que:

Cada município é administrado como um pequeno Estado e todos os seus corpos eleitos obedecem ao sistema da separação dos poderes. De um lado, o executivo está confiado a um “prefeito”, eleito pelo povo, por quatro ou cinco anos, segundo as regiões, e que não é imediatamente reelegível; [...] Por outro lado, uma Câmara Municipal é encarregada do Legislativo: ela vota o orçamento e as leis municipais. [...] ela se reúne diariamente e funciona como um pequeno parlamento (BLONDEL, 1994 [1957], p.24).

Por ser a capital do estado, a dinâmica da política local funcionava diferente das demais cidades de interior. A movimentação política das décadas de 1940 e 1950 foi intensa, em virtude do corrente processo de democratização. Ocorreram eleições em praticamente todos os anos, nas quais se votou para Presidente da República, Governador, Deputado Federal/Estadual, Senadores, Prefeitos e Vereadores. Em todo o Estado, as campanhas municipais foram

marcadas por práticas de apelo à população, nas quais os candidatos investiram forte nos comícios e no contato com o povo. Segundo os relatos de José Octávio de Mello:

do ponto de vista de suas ocupações, João Pessoa, representava o que se denominou à época “cidade de funcionários públicos”. Isso significa que seu maior peso residia na classe média que vivia de seguros orçamentos limitados, daí porque, quase sempre, votava contra o Governo. A capital ganhou, a partir daí, essa feição de cidade de oposição (MELLO, 1985, p. 257).

Ao observar as colocações de José Octávio, notamos, através dos dados do TRE-PB, que em relação ao governo do estado a capital paraibana elegeu um candidato de oposição para ocupar o cargo de prefeito na eleição de outubro de 1947. Oswaldo Pessoa (1948-1951) foi eleito prefeito de João Pessoa pelo PSD, enquanto o governador do estado, Oswaldo Trigueiro (1947-1951), havia sido eleito pela UDN na eleição de janeiro de 1947. Não podemos afirmar o que exatamente deu o caráter oposicionista à cidade de João Pessoa, mas, podemos conjecturar que os resultados favoráveis ao PSD nas urnas representaram a manutenção da máquina burocrática do extinto Estado Novo, haja vista que a capital paraibana, ao funcionar como sede do governo, concentrava um número significativo de funcionários públicos. Ao passo em que estavam ligados à burocracia ainda com fortes ligações com a estrutura estadonovista, talvez esses funcionários tenham sido importantes para desenhar o cenário político da cidade.

As disputas entre UDN e PSD eram acirradas no estado. No jornal *A Tribuna*, vemos um trecho que faz o seguinte alerta aos membros da UDN: “*Udenistas de todo o Estado...Atenção! Previne-nos contra a campanha de boatos dos pessedistas pois a nossa vitória é certa! Guardai vossos títulos eleitorais para que os pessedistas não os tomem, pois com ele é que ireis libertar a Paraíba*” (Jornal *A Tribuna*, 28 de dezembro de 1946, p. 3).

As notícias nos jornais ilustraram o cenário político local. Observamos que as disputas e as acusações eram frequentes durante as campanhas, alguns alegavam, inclusive, tentativa de fraudes e até violência contra eleitores de partidos opostos. Conforme mostrou a notícia de 27 de novembro de 1946, divulgada no jornal *A Tribuna*:

Estão prendendo os títulos dos eleitores. Consta que elementos da direção do PSD vêm exigindo das pessoas humildes [...] a entrega do título de eleitor. [...] Caso se positivasse a notícia que registramos, em denúncia devidamente documentada [comunicaremos] o caso ao Tribunal Regional Eleitoral (Jornal *A Tribuna*, 27 de novembro de 1946, p. 11. Adendo nosso).

Não sabemos em que medida estas acusações foram verídicas, no entanto, o fato delas serem constantes e de citarem o TRE para resolução de conflitos, aponta para um cenário de disputa política local e apresentam a tentativa de deslegitimação do adversário político. O que observamos também é que, embora o contexto fosse de um novo regime, algumas práticas oriundas da Primeira República, ligadas à violência e fraude eleitoral, permaneciam recorrentes. A notícia de que estavam prendendo os títulos dos eleitores para impedi-los de votar é um exemplo. Apesar da tentativa dos órgãos oficiais em legitimar e fiscalizar todo o processo, alguns comportamentos escapavam do considerado adequado, o que não deslegitima o processo de democratização como um todo. Sabemos que a História é um processo em construção permanente, sendo natural, portanto, a permanência de algumas práticas políticas que remetem ao passado. Como nada muda da noite para o dia, o sistema recém-inaugurado, entre permanências e rupturas, buscava ganhar consistência. Na capital paraibana não seria diferente:

a cidade possuía muitos centros [...]. Politicamente, porém, os centros eram três – o Clube dos Diários, o Ponto do Cem Réis e a Lagoa. Se o primeiro funcionava como sede de conversações e até importantes decisões, o segundo, onde se reunia o povo, representava espécie de termômetro para a opinião pública. Para efeito de comícios e manifestações de massa, o lugar preferido era a Lagoa, onde se realizavam grandes concentrações [...]. Politizada, a cidade respirava política por todos os poros, daí porque as disputas dos pavilhões da Festa das Neves e as lapinhas dos bairros também se decidiam ora para o PSD ora para a UDN (MELLO, 1985, p.265).

Ainda sobre o Ponto de Cem Réis:

Cada transeunte do Ponto de Cem Réis conta uma estória, confirma uma informação, elege um governante, muda o secretariado do Estado, indica números desconhecidos, faz negócios de todo tipo, espanta tristeza, transmite alegria, comunica os últimos fatos nacionais e internacionais, transformando o ambiente num verdadeiro “Jornal boato”, onde sentimos a liberdade total de uma população sofrida, alegre ou descontraída (MAIA, 1992, p.27).

As citações acima apresentam o cenário político da capital paraibana no momento de instauração do novo regime. A partir de suas constatações, podemos notar a efervescência política que tomava conta da cidade no período eleitoral. A população também não estava aquém da vida política da cidade, o que representa, para nós, um maior engajamento no jogo político. Além disso, os citados comícios e manifestações de massa indicam o interesse da população por questões políticas e a preocupação dos candidatos com a opinião pública. A relação de proximidade com o eleitorado, através de comícios, por exemplo, marcou as

campanhas da época, dada a percepção que os candidatos tinham da necessidade de conquistar os eleitores.

Outra característica própria da política local são os tipos de lideranças políticas forjadas na época. Os chefes políticos de então não estavam ligados propriamente à propriedade de terra, como na década de 1930, mas sim ligados ao acúmulo de influência social e política, seja através de um cargo ou de uma profissão urbana. Ao observar os quadros políticos eleitorais e o perfil dos candidatos na eleição municipal de 1947, por exemplo, vemos diversos médicos e advogados disputando as eleições.

A expressão “chefe político” encerra, pois, realidades bastante diferentes. Nasceu no clã fechado; mas se transforma com o desenvolvimento dos poderes do Estado. Transforma-se também com a evolução da própria vida política, que mostra que o eleitor vale um pouco mais cada dia (BLONDEL, 1994 [1957], p.72).

Assim como o regime político, a figura do chefe político havia mudado. De certo que a propriedade de terras ainda estava atrelada ao poder político, mas observamos algumas figuras políticas escapando dessa lógica. Mais à frente, quando observarmos o perfil dos vereadores eleitos no pleito de 1947, ilustraremos melhor essa mudança.

Em janeiro de 1947, haveria eleições para o Governo do Estado da Paraíba. A UDN, partido que exercia hegemonia política no Estado à época, estava dividida entre duas lideranças: José Américo e Argemiro de Figueiredo. Ambos tinham força política e congregavam espaços de influência no interior do partido; a não definição de um consenso levou o partido a uma cisão, que culminou na criação de duas alas distintas: a americista e a argemirista³⁸. O impasse udenista levou as lideranças do partido a optar por uma solução de concordância, pois, caso houvesse a decisão de apoiar a indicação de um dos lados – americistas ou argemiristas – corria-se o risco de perder apoio e dividir o partido, daí a decisão de indicar e apoiar o nome de Osvaldo Trigueiro³⁹, aceito por ambas as alas do partido para disputar a eleição de 1947. Diante dessa

³⁸ A ala argemirista era a que possuía mais força dentro do partido (CITTADINO, 1998).

³⁹ Natural de Alagoa Grande (PB), Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Mello era filho do fazendeiro e chefe político local, o “coronel” Francisco Luís de Albuquerque Mello. Formou-se em ciências jurídicas na Faculdade de Direito do Recife no ano de 1924. Atuou como promotor de justiça e inspetor de ensino no estado de Minas Gerais até regressar à Paraíba em 1930, quando participou da campanha de sucessão presidencial, se posicionando contra a Aliança Liberal - movimento político de oposição ao governo do presidente Washington Luís (1926-1930). Em 1935 foi nomeado para exercer o cargo de prefeito de João Pessoa por intermédio do seu colega de faculdade Argemiro de Figueiredo, que havia sido eleito governador do estado da Paraíba. Permaneceu no cargo até o ano de 1937, quando pediu exoneração no momento em que foi instaurado o Estado Novo. Após deixar o cargo, foi para o Rio de Janeiro atuar na área do direito. Regressou a Paraíba novamente em 1945, no final do Estado Novo, participando do processo de redemocratização, apoiando a candidatura do brigadeiro Eduardo

conjuntura, o PSD lançou como candidato um primo de Ruy Carneiro, Alcides Carneiro⁴⁰ que era também genro de José Américo⁴¹. Mesmo contando com o apoio da máquina estatal, que estava nas mãos de seu partido através do interventor Odon Bezerra⁴², o PSD não venceu a eleição. Confirmando a força política da UDN no estado, Osvaldo Trigueiro foi então eleito com 80.373 votos, contra 69.683 de Alcides Carneiro. A vitória do candidato da UDN indica a força que a propriedade de terras ainda exercia na política local, uma vez que os líderes do partido em todo o estado eram ligados ao latifúndio. A eleição estadual de 1947 significou um momento decisivo para a política local, pois representou a primeira avaliação da opinião pública a nível estadual desde a instauração do Estado Novo.

Nesse contexto, as eleições municipais refletiram as disputas para a conquista da liderança política do estado. Tendo em vista as eleições estaduais que ocorreriam em 1950, garantir a vitória nas prefeituras significaria maior chance de obter sucesso na disputa estadual. Além disso, para a UDN, que estava dividida em duas alas, testar a força de cada chefe político e a influência dele nos municípios específicos foi importante. Sendo assim, os grupos políticos

Gomes e compondo o quadro de fundação da UDN. Foi eleito Governador da Paraíba por esse partido em 19 de janeiro de 1947, exercendo o cargo até 1950, quando renunciou.

⁴⁰ Alcides Vieira Carneiro era natural de Princesa Isabel (PB) e filho do “coronel” Vicente Vieira Carneiro. Formou-se em direito no ano de 1926 na Faculdade de Direito do Recife, onde era conhecido como grande orador. Iniciou sua vida pública em 1929, no Rio de Janeiro, quando ingressou na Aliança Liberal e participava como orador do movimento nas caravanas por todo o país. Após a Revolução de 1930, exerceu algumas funções na área do direito e foi interventor do município de Itápolis, no estado de São Paulo. Com a queda do Estado Novo em 1945, se candidatou pelo PSD a deputado federal pela Paraíba, não obtendo vitória, ficando apenas na suplência e poucos anos mais tarde, em 1947, se candidatou novamente pelo PSD, dessa vez para o cargo de governador do estado da Paraíba, sendo derrotado por Osvaldo Trigueiro (UDN).

⁴¹ Essa ligação do candidato do PSD com os demais nomes de ambos os partidos deixou claro como era importante a questão familiar para a preservação do domínio político do estado LEWIN (1993) discute o poder oligárquico nas décadas de 20 e 30 a partir das bases familiares, observando as formas de preservação do poder local de acordo com as estratégias utilizadas pelas grandes famílias. O estudo apresenta a importância dessas relações na preservação do poder econômico e político do estado. No pós 45, essas relações continuam sendo importantes, elas se transformam, mas ainda são significativas. Não à toa, ao observarmos os quadros eleitorais da época, encontramos sobrenomes tradicionais na política local.

⁴² Odon Bezerra Cavalcanti (1901-1949) foi um político paraibano natural de Bananeiras (PB). Formou-se em Direito, ocupou alguns cargos públicos nas esferas federal e estadual. Em 1922 ingressou na carreira militar, integrando o 21º Batalhão de Caçadores, em Recife-PE. Anos mais tarde, transferiu-se para o Rio de Janeiro, ingressando na Escola Militar do Realengo, sendo expulso por suspeita de envolvimento com os tenentistas que faziam oposição ao presidente Artur Bernardes (1922-1926). Retornou a sua cidade natal, onde foi eleito prefeito (1928-1929). Em 1929, ingressou na Aliança Liberal, apoiando a candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa. Participou ativamente do Movimento de 1930 na função de capitão. Com a vitória do movimento, foi nomeado Secretário de Segurança do estado. Mais tarde, atuou como secretário de Interior, Justiça e Instrução Pública e depois como tenente-coronel honorário da Polícia Militar. Foi eleito deputado pelo da Assembleia Nacional Constituinte pelo Partido Progressista da Paraíba (1933) e deputado federal para legislatura ordinária de 1935, cargo que ocupou até o advento do Estado Novo (1937), quando saiu da vida política para exercer a profissão de advogado. Em 1945, com a desarticulação da ditadura varguista, ajudou a organizar o Partido Social Democrático (PSD), pelo qual foi nomeado interventor federal na Paraíba. FGV/CPDOC. Disponível em < <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cavalcanti-odon-bezerra> > Acesso em 18 de novembro de 2019.

lançaram mão de estratégias visando a conquista dos municípios, fortalecendo o contato com o eleitorado, investindo nas campanhas e nos discursos, pois:

Dado o fato de que é preciso dirigir-se ao público através de cartazes ou falalhes nos comícios, não se pode mais lançar mão unicamente de argumentos de caráter pessoal. Utilizam-se argumentos de preferência ideológicos, ou, pelo menos, de natureza administrativa. A linguagem torna-se mais abstrata, e da mesma forma o pensamento. Ao mesmo tempo, a vida política não é feita através de um intermediário obrigatório e que não procura modificar a ordem estabelecida. Ela quer dar ao povo a ilusão de que ele pode transformar alguma coisa (BLONDEL, 1994 [1957], p. 118).

A notícia de um comício do candidato Osvaldo Trigueiro, realizado no bairro de Cruz das Armas, na campanha para a eleição estadual de janeiro de 1947, veiculada no *Jornal A Tribuna*, ilustra a citação acima e nos apresenta a dinâmica das disputas políticas locais, bem como a relação dos candidatos com o eleitorado.

Não era apenas uma massa de curiosos. Era uma multidão que acredita nos destinos da democracia, pronta para assegurar a vitória do partido majoritário, garantindo, pelas urnas, a eleição do homem que representa, nesta hora crucial, todas as esperanças que temos num mundo de mais luz e de mais justiça. Cruz das Armas que soube cumprir o seu dever de cidadania no pleito de 2 de dezembro, com mais razão, se prepara agora para sufragar a candidatura de um homem do povo, de um democrata sincero, conhecedor profundo dos nossos problemas e capaz, sob os pontos de vista, de levar a Paraíba nos seus grandes destinos. Operários e comerciantes, industriais, todo o povo enfim desiludido com as propostas dos GRANDES ORADORES E DOS GRANDES POETAS, DOS IMAGINOSOS E DOS FANTASISTAS DOS LITERATOS DORMINHOCOS, que só se lembram da Paraíba em véspera de eleição, souberam reconhecer o valor ao seu candidato e compreender que após o pleito de 19 de janeiro irá levar ao Palácio da Redenção, não um poeta, mas um administrador. Não um literato imaginoso e cheio de fantasia, mas um homem honesto, culto, trabalhador, respeitador da ordem e garantidor das nossas liberdades” (*Jornal A Tribuna*, 29 de novembro de 1946, p.06).

A notícia acima nos apresenta diversos elementos das campanhas políticas da época. Notamos, antes de tudo, a ênfase na defesa da democracia – na conjuntura da democratização de 1945, a UDN assumiu um papel importante na defesa da democracia liberal, para eles, defender a democracia significava se distanciar de Getúlio Vargas e do regime ditatorial. Constrói-se uma narrativa que apela para o reconhecimento da soberania popular em escolher o seu representante, a ênfase nos “moradores que souberam cumprir o seu dever” enquanto cidadãos, quando são convocados a “sufragar a candidatura de um homem do povo”, reflete a tentativa de legitimar o candidato pela aceitação popular.

A matéria publicada no jornal *A Tribuna* buscou construir ainda uma narrativa cuja percepção deveria levar o eleitor do bairro de Cruz das Armas a definir o então candidato Osvaldo Trigueiro como “um homem do povo, um democrata sincero”, que estava atenuado com as necessidades da classe trabalhadora, ao passo em que não se igualava aos “imaginosos” que só apareciam em “véspera de eleição”. Na mesma notícia, ainda temos a fala de Osvaldo Trigueiro: “*Esta é a hora do povo. Eu me submeterei confiante ao VERE-DICTUM do povo. O meu intento é servir a democracia. E servir a democracia é servir aos interesses da Paraíba livre*” (A TRIBUNA, 29 de novembro de 1946). O tom construído emerge como eco na construção de uma lógica de respeito à decisão plural e livre do povo. A legitimação do candidato faz-se pela busca de uma aprovação dentro do espectro democrático.

Meses após a eleição para o governo do estado, com a sagração de Osvaldo Trigueiro como governador eleito e da UDN como partido hegemônico na esfera de poder estadual, mas, ainda no mesmo clima de agitação política, aconteceram as primeiras eleições municipais no pós-1945. Realizadas em 12 de outubro de 1947, elas marcaram a volta do município ao jogo político, bem como o reestabelecimento do legislativo municipal. Neste pleito, disputaram candidatos para os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador.

[...] a cidade forjaria lideranças locais, geralmente sem espaços para voos mais altos. Estão nesse caso Osvaldo Pessoa, Bôtto de Menezes, Luiz de Oliveira Lima, Damásio Franca, José Betamio, João Santa Cruz, Miranda Freire e Apolônio Sales de Miranda, vários dos quais ocuparam a Prefeitura Municipal (MELLO, 1985, p.265).

Nos anos que compreendem a experiência democrática (1945-1964), notamos o aparecimento de figuras políticas locais que não tinham relações familiares com as lideranças estaduais dos partidos majoritários e consolidaram suas carreiras políticas na capital paraibana, sem se lançar para as disputas estaduais ou nacionais. Esse foi o caso da maioria dos vereadores eleitos no pleito de outubro de 1947, contudo, a base partidária não abandonou os alinhamentos em torno dos dois maiores partidos – a UDN e o PSD. Nesta perspectiva, promover um quadro representativo e todas as instâncias do poder do Estado fazia mais sentido do que compartimentar e fomentar o aparecimento de infinitas lideranças, mesmo que alguns dos eleitos para vereadores tenham conseguido alçar, posteriormente, o cargo de deputados estaduais, como foi o caso de Luiz de Oliveira Lima, pela UDN, e Osvaldo Pessoa, pelo PSD. Disso percebe-se que:

A estratégia [dos partidos] revelou-se corretíssima, decorrendo daí pleito equilibrado como poucos. Ao populismo pessedista que descia de bairros como Cruz das Armas – bastião do ruismo – para invadir o centro da cidade, graças às articulações com a sociedade do cel. Oswaldo Pessoa, empresário e (ex)presidente do Esporte Clube Cabo Branco, a UDN respondia com a agilidade classemédista de seu candidato, cuja força, no centro da cidade, deslocava-se para arrabaldes como Roggers, Torre, Oitizeiro e Varjão (MELLO, 2001, p.287. Adendo nosso).

Observa-se, portanto, que a atuação dos candidatos e seus partidos buscava alinhar-se a zonas/bairros de influências, cada um ligado a um bairro ou região específica da cidade, de modo a concentrar suas campanhas nessas regiões. Conforme observamos nas fontes, os vereadores também tinham relações próximas com bairros específicos do município, o que garantia a vitória nas urnas e, mais tarde, significava o acesso da população desses bairros ao espaço político oficial. Funcionava como uma troca: os candidatos dependiam dos votos dos moradores dos bairros e os moradores, quando estes eram eleitos, garantiam um representante que defendesse suas reivindicações coletivas e trouxesse melhorias para o seu bairro.

A construção dessa proximidade dos vereadores e seus espaços de atuação eram definidos por áreas de atuação de cada político, o que implica na relação entre o trabalho realizado e os votos obtidos pelos vereadores eleitos (KUSCHNIR, 2000, p.70). No caso da cidade de João Pessoa, a definição das áreas de atuação dos vereadores passou pela identificação desses com a comunidade/bairros, mas também pelo alinhamento das conformações da UDN e do PSD, pois as áreas de atuação dos vereadores também refletiam na atuação desses partidos na capital paraibana.

Portanto, no contexto das disputas para a Câmara de Vereadores de João Pessoa e partindo da relação dos candidatos com os bairros ou regiões específicas da cidade, a estratégia consistia em alavancar uma maior influência partidária e correligionária, desta feita, a estratégia política da oposição para obter a vitória nas urnas, o que significava forçar a ampliação da área de atuação do PSD e não necessariamente do candidato.

Uma dessas estratégias foi a impugnação das urnas de distrito de Cabedelo – reduto político de Oliveira Lima⁴³. A manobra política, arquitetada pelo vereador pessedista Janson Guedes, segundo José Octávio de Mello, resultou na vitória de Oswaldo Pessoa (PSD) por uma estreita margem de votos – 272, precisamente.

Essa anulação de seções eleitorais revelou-se algo tão insólito que, desconhecendo-a, os partidários de Oliveira Lima chegaram a comemorar a

⁴³ Luiz Oliveira Lima foi o candidato da UDN para concorrer às eleições municipais de João Pessoa em 1947.

vitória com banda de música e foguetório, à porta de sua casa, na Rua Duque de Caxias. É que achava-se em andamento recurso interposto na alçada federal pelo próprio Luiz (MELLO, 2001, p.288).

Apesar dos recursos, Oliveira Lima (UDN) não conseguiu reverter a situação e Oswaldo Pessoa (PSD) saiu como vitorioso do pleito. Passada a campanha, portanto, foram eleitos os primeiros candidatos para ocupar o executivo e legislativo municipais desde o fim do Estado Novo. Os quadros abaixo, elaborados de acordo com os dados do TRE-PB, apresentam os dados dessa eleição.

Quadro 1 – Disputa eleitoral para o cargo de prefeito

Candidato	Partido Político	Número de votos válidos	Situação
Oswaldo Pessoa Cavalcanti de Albuquerque	PSD	6.678	Eleito
Luiz Gonzaga de Oliveira Lima	UDN	6.406	Não eleito
Antônio Boto de Menezes	PR	1.191	Não eleito
Giácomo Zácara	PRP	381	Não eleito
Votos brancos		0	
Votos nulos		0	
Total apurado		14.656	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados contidos no *site* do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba⁴⁴.

Quadro 2 – Disputa eleitoral para o cargo de vice-prefeito

Candidato	Partido Político	Número de votos válidos	Situação
Jocelino Francisco Molla	PSD	6.580	Eleito
Vasco Carvalho de Toledo	UDN	6.167	Não eleito
Antonio Mendes Ribeiro	PR	699	Não eleito
Angelico de Miranda Loureiro	PRP	228	Não eleito
Votos brancos		0	
Votos nulos		0	
Total apurado		13.674	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados contidos no *site* do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Quadro 3 – Vereadores eleitos no pleito municipal de outubro de 1947

Nome	Partido Político	Número de votos válidos
João Cabral Batista	UDN	958
Napoleão Rodrigues Laureano	UDN	941
Mario da Gama e Melo	PSD	668
Janson Guedes Cavalcante	PSD	656
José Lopes da Silva Sobrinho	PSD	656
Ranulfo de Oliveira Lima	UDN	591
Damasio Barbosa da Franca	UDN	565
Orlando Marinho Moura	UDN	558

⁴⁴ Ao elaborar esse quadro notamos a falta de representação da figura feminina, seja na esfera Executiva, seja na Legislativa. Este não é o objetivo do nosso estudo, mas não poderíamos deixar de apontar que durante todos os pleitos do período democrático, não há sequer uma mulher eleita.

Miguel Severino Bastos Lisboa	UDN	555
José Betâmio Ferreira	UDN	539
José Clementino de Oliveira Júnior	PSB	535
Henrique Bernardo Cordeiro	UDN	411

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados contidos no *site* do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

Como vemos no primeiro quadro, Oswaldo Pessoa⁴⁵ (PSD) foi eleito com 6.678 votos, o equivalente a 45,56% dos votos válidos. Se observarmos que a população pessoense passava dos 90 mil habitantes na época, vemos que foi baixa a participação nesse primeiro pleito municipal. A vitória de Oswaldo Pessoa foi sobre os candidatos Luiz Gonzaga de Oliveira Lima (UDN), Antônio Boto de Menezes (PR) e Giácomo Zaccara (PRP). Oliveira Lima, o candidato da UDN, que nas eleições posteriores se tornaria prefeito da capital pelo PTB, obteve na disputa um percentual de 43,71 % dos votos válidos.

Nos arquivos do TRE-PB que correspondem à disputa eleitoral para prefeitura de João Pessoa em 1947, não constam votos brancos ou nulos, no entanto, na apuração constam pouco mais de 14 mil votos no total, número muito discrepante do contingente populacional da época, que passava dos 90 mil habitantes⁴⁶.

A primeira legislatura da Câmara Municipal foi formada em sua maioria por vereadores da UDN, enquanto o prefeito eleito, como vimos, pertencia ao PSD, sendo assim, muitas vezes as sessões eram acaloradas por conta de questões políticas, como veremos no segundo capítulo, quando analisarmos as sessões da Câmara Municipal de João Pessoa.

⁴⁵ Eleito pelo PSD, Oswaldo Pessoa, havia sido interventor na Prefeitura Municipal no ano de 1945. Era irmão do ex-presidente do estado da Paraíba, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e sobrinho do ex-presidente Eptácio Pessoa. Nasceu em 1893, na capital do Estado, onde estudou até os 12 anos, quando foi levado pelo irmão João Pessoa ao Rio de Janeiro. Mais tarde, foi nomeado segundo escrivão da Delegacia Fiscal na Paraíba. Na década de 20, fundou, em João Pessoa, uma agência de carros da Chevrolet e logo em seguida a primeira empresa de ônibus. Tinha propriedades de terra no município de Sapé, onde foi nomeado prefeito em 1940 e, segundo MAIA (1992), ficou reconhecido por fazer grandes obras no município, ocupando a prefeitura até 1945. Graças a esse reconhecimento, foi trazido ainda em 1945 por Ruy Carneiro para ser interventor na prefeitura da Capital. No mesmo ano, com a queda de Getúlio Vargas, deixou a prefeitura. Foi um dos principais nomes do Clube dos Diários – sede do Esporte Clube Cabo Branco – e um empresário com boas relações comerciais na cidade. Além do sobrenome forte na política local e do prestígio que gozava enquanto empresário, Oswaldo Pessoa também havia sido Presidente do Conselho Administrativo do Estado da Paraíba, nomeado pelo governo do presidente Dutra. Também havia sido eleito deputado estadual para a Constituinte em 1946. Em relação às obras feitas na capital do Estado, enquanto prefeito eleito pode ser destacado, segundo MAIA (1992), a construção do Cemitério São José e do Cemitério Santa Catarina, nos bairros de Cruz das Armas e Mandacaru, respectivamente. Também construiu a escadaria da Penha e realizou melhoramentos na Praça Álvaro Machado e na Praça Pedro Américo. Ao deixar a Prefeitura de João Pessoa, foi nomeado Presidente do Conselho Administrativo e ajudou a fundar o Rotary Clube de João Pessoa.

⁴⁶ Cabe a ressalva de que nem todos os habitantes estavam aptos a votar, e que também a eleição de 1947 se configura como o primeiro eleitoral em âmbito municipal, daí a diferença entre o contingente populacional e o número de votantes.

No pós-eleições, era o jornal quem divulgava a apuração das votações. Notamos que as notícias veiculadas apresentavam certa preocupação em afirmar que os pleitos ocorriam dentro da mais perfeita ordem, alegando que “*na Paraíba do Norte, houve plena segurança antes e durante o pleito de domingo passado. Ninguém pode afirmar o contrário*” (A União, 14 de outubro de 1947, p.01). Considerando o recorte da nossa pesquisa, o jornal *A União* divulgou uma série de notícias sobre o processo eleitoral como um todo. Antes do dia das eleições, o jornal divulgou uma nota com as instruções para pleitos municipais que iriam ocorrer. Nestas instruções estavam identificadas as mesas, os juízes eleitorais, os eleitores aptos a votar, entre outras orientações técnicas do processo. Observamos também uma série de orientações e avisos aos eleitores, bem como a divulgação dos nomes dos candidatos concorrentes aos pleitos. Enquanto as forças de oposição faziam acusações, os eleitos apareciam discursando que tudo ocorrera dentro da normalidade e que as eleições de 1947 seriam o maior exemplo de democracia que já se teve notícia (Jornal *A União*, 14 de outubro de 1947, fl. 01). Os jornais, inclusive, algumas vezes tomavam partido nas disputas eleitorais, tornando-se fortes aliados dos candidatos durante as campanhas e incrementando o jogo político dos partidos.

Ao longo deste tópico, buscamos analisar o quadro político-eleitoral do estado da Paraíba e da capital pessoense, logo após a queda da ditadura do Estado-Novo. O resultado da disputa eleitoral de 1947 nos deu um panorama geral da primeira eleição municipal do período democrático. Não foi nossa intenção abordar o processo por completo, mas sim buscar refletir sobre o cenário político local, desenhado a partir da volta das eleições. Para tanto, foi imprescindível perceber a conjuntura política processada no país como um todo, uma vez que a política local esteve influenciada e seguiu a lógica nacional. Após analisar esse quadro, buscaremos refletir adiante sobre a dinâmica da política local, percebendo a Câmara Municipal como um espaço de relações de poder.

Analisando o quadro político do município, vemos que a falta de representação de outros partidos, que não fossem UDN e PSD indicam que as classes populares, mesmo num período de experiência democrática, ainda não estavam organizadas frente aos embates políticos, uma vez que os partidos citados representavam as elites oligárquicas e burguesas que já dominavam o cenário político anos atrás. Mesmo que os políticos locais pertencessem a uma elite política e/ou econômica local, fazendo do espaço político oficial um ambiente elitizado, o processo de organização e politização das classes populares a partir de meados da década de 1950 significou uma pressão sobre estas elites, que tiveram que aprender a dialogar com as massas para conquistar os tão almejados cargos políticos.

No segundo capítulo, buscaremos entender a atuação dos agentes políticos locais, sua relação com o restante da sociedade e a sinalização do seu discurso com as questões democráticas. Sendo assim, levaremos em consideração questões como a participação popular, as relações de poder e um conjunto de fatores que nos leve a entender a vida política do município.

CAPÍTULO 2 – JOGOS DE PODER E DISCURSOS POLÍTICOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-PB

A Constituição de 1946, promulgada após a queda do Estado Novo e dentro de um contexto de redemocratização do estado brasileiro, estabeleceu as normas e o funcionamento do regime democrático no país. O poder legislativo, que havia sido suprimido na ditadura varguista, foi, portanto, reestabelecido em todo o país. Nesse sentido, os trabalhos na câmara federal, nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais foram sendo paulatinamente retomados. A constituição assegurou a autonomia dos municípios ao garantir a eleição de prefeitos e vereadores, além de garantir a administração própria das cidades, a decretação e arrecadação de tributos e a organização dos serviços públicos locais⁴⁷. Nesse contexto de maior autonomia municipal, as câmaras municipais simbolizaram um espaço de exercício do poder local.

Neste capítulo, nossa proposta é analisar a Câmara Municipal de João Pessoa a partir de sua dinâmica interna, buscando entender o funcionamento das sessões e discutir as relações de poder local, com base na atuação dos vereadores eleitos. Para tanto, buscamos perceber a posição social desses homens, a sua relação com o restante da sociedade civil, os principais elementos dos seus discursos e os interesses que estes se propunham a defender.

Ao longo da nossa pesquisa, não encontramos a existência de nenhum estudo que trate da Câmara Municipal de João Pessoa ou da atuação dos vereadores que compuseram a primeira legislatura da Casa. Nesse sentido, fizemos neste capítulo a tentativa de descortinar parte da história do legislativo municipal e apresentar aos leitores a dinâmica da política local e as reflexões sobre atuação e participação política no contexto da democratização.

Para subsidiar este capítulo contamos, sobretudo, com as atas das sessões da Câmara Municipal de João Pessoa, desde a sua abertura, em 1947⁴⁸, até Dezembro de 1951, quando se encerra a primeira legislatura pós Estado Novo. Sobre as atas, vejamos a colocação de Esquinsani:

As atas elaboradas para / em / a partir de reuniões, podem ser qualificadas enquanto registros formais de um encontro promovido por um órgão, associação, entidade ou grupo de sujeitos, tanto com seus pares quanto

⁴⁷ BRASIL. Constituição (1946) Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> Acesso em: fevereiro de 2019.

⁴⁸ Como veremos adiante, a existência da Câmara Municipal em João Pessoa data do período colonial. A abertura a qual nos referimos em 1947 é a da instalação da Câmara Municipal no prédio que na época era a sede da Sociedade de Medicina da Paraíba, local onde funcionou durante mais de trinta anos, quando finalmente mudou-se para atual sede, a chamada Casa Napoleão Laureano, na Rua das Trincheiras, nº 43.

subordinados, visando deliberar sobre assuntos de interesse comum ou repassar informações. (2007, p.104).

A partir dessa definição, buscamos interpretar as atas analisadas neste estudo não apenas como um simples documento de registros, mas também a partir do contexto de sua produção. Conforme apontou Carina Martiny, que analisou as possibilidades de utilização das Atas da Câmara Municipal como fontes documentais para a pesquisa histórica:

Três importantes aspectos precisam ser discutidos quando tomamos tais Atas como fontes de pesquisa histórica: seu caráter de fonte oficial; a necessidade de utilizar uma metodologia de análise baseada no cruzamento de informações com outras fontes; e, a necessidade de uma análise que apreenda não somente o conteúdo explícito destas fontes, mas também o que nelas está implícito. (MARTINY, 2008, p.02).

Assim como a autora, entendemos que, a depender do manejo e interpretação do historiador, as atas da Câmara Municipal se constituem em uma fonte significativa para entendermos a dinâmica da sociedade local, observando seus aspectos sociais e econômicos, bem como as relações de poder estabelecidas no interior da instituição político-administrativa. O que faz as atas serem consideradas uma fonte significativa não é meramente o seu conteúdo, mas sim, o entrecruzamento do que foi registrado em ata com outras fontes que se relacionem com o contexto em que elas foram escritas. Os registros da Câmara foram fundamentais para o desenvolvimento da nossa pesquisa, no entanto, eles não foram os únicos. Na tentativa de obter uma visão mais ampla do nosso objeto de estudo, optamos pelo cruzamento das fontes, analisando também notícias dos principais impressos da época, registros do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba e os depoimentos orais gravados no documentário em homenagem aos 70 anos da Câmara Municipal de João Pessoa.

É comum que muitos pesquisadores encontrem dificuldades em trabalhar com os registros das câmaras municipais, seja pela falta de acesso ou pelo estado de conservação dessas fontes. No nosso estudo, tivemos acesso a um número considerável de atas em bom estado de conservação e organização. O arquivo da Câmara Municipal de João Pessoa guarda as atas de reuniões realizadas durante todo o período democrático (1945-1964), o que nos permite observar as permanências e rupturas desse momento importante para a história política do país.

Entendemos a Câmara como um espaço de poder, legitimado a partir da fala, da ação e da influência dos vereadores que a compunham. Segundo Pettigrew (1973) e Pfeffer (1981), citados por Van Dijk (2012, p. 63) “diálogos realizados com e dentro de instituições e organizações representam formas de interação institucional e, portanto, também exercem,

apresentam, sinalizam ou legitimam uma variada gama de relações de poder”. Nesse sentido, as atas significam uma importante fonte para conhecermos as relações de poder local. Além de possibilitarem a identificação dos membros da política local e suas posturas políticas, os registros da Câmara Municipal nos ajudam a “pensar [também] a atuação daqueles setores que apesar de não terem produzido essa fonte documental, não deixaram de nela aparecer, seja através do conflito que criaram com a elite dirigente, seja através do papel que a eles é reservado por esta mesma elite” (MARTINY, 2008, p.06. Adendo nosso). Portanto, embora as atas representem oficialmente a instituição e os agentes políticos que nela atuaram, a população pessoense não deixou de aparecer nessa documentação, seja diretamente, quando se dirigia à Câmara para fazer alguma solicitação, ou indiretamente, a partir da fala dos vereadores que adotaram o discurso em defesa da população local.

A existência da Câmara Municipal em João Pessoa, conforme atesta documentação da instituição, remete ao período colonial, especificamente a segunda metade do século XVI, concomitante ao processo de fundação e implementação da cidade. No Brasil Império, na primeira metade do século XIX, as câmaras municipais funcionavam de acordo com a Lei de 1º de outubro de 1828. Segundo Mirai Segal, quando trata da existência e funcionamento das câmaras municipais no estado da Paraíba, “até 1834 os vereadores possuíam o direito de deliberar sobre questões ligadas ao policiamento dos municípios e de elaborar posturas que versavam sobre assuntos variados [que diziam respeito às demandas sociais da época].” (SEGAL, 2017, p.132. Adendo nosso).

Documentos e relatos evidenciam a existência do legislativo municipal na capital paraibana desde tempos remotos. A ausência de estudos aprofundados sobre a instituição não nos permite fazer, nesse momento, uma análise mais acurada sobre a sua fundação e funcionamento ao longo de outros períodos da história. Esse também não é o objetivo deste trabalho. Quando nos referimos à Câmara Municipal de João Pessoa, estamos falando do espaço inaugurado em 1947, no contexto de estabelecimento do regime democrático.

Segundo a Constituição do Estado da Paraíba, promulgada em junho de 1947, as câmaras municipais deviam exercer funções legislativas, reunindo-se ordinariamente duas vezes por ano na sede de cada cidade. De acordo com o documento, o Prefeito do município ou dois terços dos vereadores também poderiam convocar reuniões ordinárias, sempre que o interesse público exigisse. No caso da capital paraibana, as reuniões aconteciam diariamente, com frequência significativa. A Constituição paraibana estabelecia também as condições de elegibilidade para o cargo de vereador. Para tal, era necessário ter mais de vinte e um anos e estar em gozo dos direitos políticos. O número de vereadores era fixado de acordo com a

população de cada município, não podendo ser inferior a sete. Na primeira legislatura, a Câmara Municipal de João Pessoa possuía treze vereadores. O documento também estabelecia a inviolabilidade das opiniões, palavras e votos dos vereadores no exercício do mandato, algo significativo de um regime democrático. O prazo do mandato era de quatro anos e eles podiam se reeleger por mandatos consecutivos, foi o caso de alguns vereadores da capital pessoense. Além de estabelecer as regras para funcionamento do legislativo local, a Constituição de 1947 atestava que cabia a qualquer membro da Câmara a iniciativa de lei ou resolução, salvo as orçamentárias e as de aumento dos vencimentos e criação de cargos públicos, para tal, era preciso a anuência do poder executivo.

Nas eleições de outubro de 1947, a população pessoense teve a oportunidade de ir às urnas escolher os representantes do legislativo local. Foi o momento de reencontro com a democracia e da reorganização das instituições locais nos moldes do novo regime. Realizadas as eleições e escolhidos os vereadores da cidade através do voto popular, em 14 de novembro de 1947, iniciaram-se os trabalhos na Câmara Municipal de João Pessoa. No dia anterior, o jornal *A União* emitiu uma nota, comunicando a população da cidade a instalação dos trabalhos da Câmara:

Realizar-se-á amanhã (dia 14), às 15 horas, no edifício onde funcionou a Junta de Conciliação e Julgamento, sob a presidência do dr. Manoel Simplicio Paiva, Juiz de Direito da 1ª vara, a primeira reunião da Câmara Municipal desta cidade, na qual os vereadores prestarão compromisso, seguindo-se a eleição da Mesa. (Instalar-se-ão amanhã os trabalhos da Câmara Municipal de João Pessoa. Jornal *A União*, 13 de novembro de 1947, p.01).

No dia da abertura dos trabalhos da instituição, o jornal lançou novamente uma nota:

No pavimento térreo do edifício da Sociedade de Medicina, à rua das Trincheiras, realiza-se hoje, às 15 horas, a instalação dos trabalhos da Câmara Municipal de João Pessoa. O ato será solene, devendo comparecer ao mesmo autoridades e pessoas das várias classes sociais desta cidade. (Instala-se hoje a Câmara Municipal de João Pessoa. Jornal *A União*, 14 de novembro de 1947, p.01).

As notas emitidas pelo jornal *A União* apresentaram a preocupação em tornar público o processo de estabelecimento da casa legislativa e reafirmar, perante a população, a importância da Câmara Municipal para a vida política local. Na última citação, o jornal afirma que deverão comparecer à solenidade, além das autoridades, pessoas das distintas classes sociais, dando a

entender que a população estaria a par das decisões políticas locais. A participação política, aliás, foi uma das mudanças significativas do período político pós-Estado Novo.

No dia da abertura dos trabalhos na Câmara, registrou-se em ata a seguinte fala:

[Com a palavra o] Sr. Presidente, **cheio de fé nos destinos do Brasil**, num discurso, no qual evidenciou, em brilhantes palavras que era motivo de **júbilo para todos os termos atingido a última fase da reintegração do País nos seus quadros legais**. (Ata da Câmara Municipal, 14 de novembro de 1947. Grifos nossos).

A fala acima foi proferida pelo recém-empossado Vereador e Presidente da Casa, Miguel Severino Bastos Lisboa, e traz a saudação pelo restabelecimento do regime democrático na capital paraibana. Presidida pelo Juiz Eleitoral Manoel Simplício, a instalação da Câmara Municipal de João Pessoa oficializou a posse dos vereadores eleitos no pleito de outubro de 1947⁴⁹. Esses vereadores eleitos compuseram a primeira legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. A composição partidária dessa legislatura seguiu a lógica estadual, com a predominância da UDN, que elegeu oito vereadores, seguida do PSD, partido que conseguiu eleger três vereadores. Entre os doze eleitos, apenas um vereador não pertencia à UDN ou ao PSD – era o caso do vereador filiado ao Partido Socialista Brasileiro⁵⁰. Embora o prefeito eleito na capital fosse do PSD, a vitória dos vereadores da UDN foi considerável para fortalecer o partido, pois eles compunham dois terços da Câmara Municipal nessa primeira legislatura.

Através da análise de alguns dados biográficos referentes aos vereadores eleitos em outubro de 1947, mostrados no quadro abaixo, notamos a origem econômico-social desses vereadores.

Quadro 4 – Vereadores da 1ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa

Vereador	Partido Político	Profissão/Atividade
Miguel Severino Bastos Lisboa	UDN	Presidente da Associação dos Empregados no Comércio
José Betâmio Ferreira	UDN	Médico/Funcionário do departamento de saúde
João Cabral Batista	UDN	Gráfico/Sindicalista
Napoleão Rodrigues Laureano	UDN	Médico
Mario da Gama e Melo	PSD	Advogado
José Clementino de Oliveira Júnior	PSB	Profissional Liberal
Ranulfo de Oliveira Lima	UDN	X ⁵¹

⁴⁹ Ver quadros da página 58.

⁵⁰ José Clementino de Oliveira Júnior foi eleito com 535 votos. Não foi possível averiguar se na época o PSB local havia feito coligação com os demais partidos.

⁵¹ A letra “X” indica que não foi encontrada na documentação a profissão ou atividade desse vereador.

Damásio Barbosa da Franca	UDN	Tabelião/Líder de Movimento Estudantil
Orlando Marinho Moura	UDN	X
Henrique Bernardo Cordeiro	UDN	Presidente do sindicato dos motoristas
José Lopes da Silva Sobrinho	PSD	X
Janson Guedes Cavalcante	PSD	X

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de dados contidos na documentação analisada.

Conforme observamos no quadro acima, a primeira legislatura tinha uma composição diversificada em relação à atuação profissional. Enquanto alguns dos eleitos eram profissionais liberais, outros estavam ligados ao movimento dos trabalhadores, na condição de presidentes dos sindicatos de suas respectivas categorias. Segundo relatos do jornalista Wills Leal⁵², alguns dos vereadores construíram sua carreira política a partir da profissão que exerciam, como é o caso do vereador e advogado Mario da Gama e Melo, que oferecia serviços jurídicos gratuitos à população, o que influenciou nos bons resultados obtidos nas urnas.

Segundo a ata da sessão de abertura, o início dos trabalhos da Câmara Municipal na capital pessoense teve a população como testemunha. Não tivemos acesso a informações sobre a identidade das pessoas ali presentes, no entanto, vemos a citada presença da população nesta solenidade como algo representativo do engajamento da população no processo político, algo que aumentou com o passar dos anos. Pelo esforço das instituições e dos próprios políticos, a cerimônia foi divulgada para o público em geral como um meio de legitimar a volta da capital aos quadros legais e de propagar na memória coletiva a importância da instituição.

Na manhã do dia 15 de novembro de 1947, a primeira página do Jornal *A União* noticiou a abertura dos trabalhos na Câmara Municipal com a seguinte manchete: “Câmara Municipal de João Pessoa. A instalação ontem dos seus trabalhos – Eleição da Mesa - Moções ao Presidente da República e ao Governador do Estado – Assumirá, hoje, a Prefeitura, o pres. da Câmara Municipal” (Jornal *A União*, 15 de novembro de 1947, p. 01). Na mesma notícia, também foi veiculado à íntegra o discurso do recém-empossado presidente da Casa, o vereador Miguel Bastos Lisboa:

Exmo. sr.dr. Juiz de Direito da 1ª Vara desta Capital. Exmo sr. Representante do sr. Governador do Estado. Srs. Vereadores, minhas senhoras, meus senhores: Ao assumir neste período constitucional a direção dos trabalhos legislativos deste município, depois do memorável pleito de 12 de outubro, presidido em nosso Estado pelo Exmo. Sr. Governador Oswaldo Trigueiro, com o maior exemplo de democracia que já tivemos notícia, faço-o com a

⁵² Wills Leal na época era jornalista do Jornal *O Norte* e encarregado de cobrir os trabalhos na Câmara Municipal enquanto representante da imprensa. Anos depois, entrou para o quadro efetivo da instituição ocupando o cargo de assessor de imprensa. No documentário comemorativo aos 70 anos da Câmara Municipal, o jornalista foi entrevistado e relatou o cotidiano na instituição.

emoção natural destes momentos. De início, porém, desejo fique consagrado o meu profundo agradecimento aos meus pares pela prova de confiança que acabam de dar-me elegendo-me Presidente desta casa, agradecimentos estes que torno extensivo a União Democrática Nacional (Sec. deste Estado) e ainda ao povo paraibano por me haverem proporcionado o ensejo desta honra, mandando-me mais uma vez como um dos seus representantes a esta Câmara. Neste posto, em que ora me invisto, não tenho promessas a fazer – aspiro, sim, como sempre, trabalhar, ser útil a este povo intrépido e bom que é o povo paraibano, certo de que, servindo-o, estou servindo a Paraíba, estou servindo ao Brasil. Não deixo de reconhecer as grandes responsabilidades que se me põem sobre os ombros, mas, com a ajuda eficiente e construtiva de todos os componentes desta Câmara, sem distinção de cor política, espero poder cumprir tão árdua missão. É corrente não ser satisfatória a situação econômico-financeira do município; acredito, entretanto, que, com os novos recursos facultados na Constituição Federal e na do Estado, com um regime de compressão de despesas, enfim, com uma previsão orçamentária perfeita, seja possível podermos ter, dentro em pouco, equilibradas as suas finanças, tanto mais quanto a frente de sua administração vamos ter a figura já experimentada e moça do prefeito eleito Luiz de Oliveira Lima⁵³, cujas qualidades morais e intelectuais são proclamadas com justiça por todo o povo livre e consciente da Paraíba. (Jornal *A União*, 15 de novembro de 1947, p. 01).

O discurso de posse do Vereador Miguel Bastos Lisboa apresenta uma série de elementos que nos permitem analisar a dinâmica da política local. Em princípio, vemos que o vereador enalteceu a eleição municipal, legitimando o seu caráter democrático. No momento, era importante afirmar o caráter legal do processo eleitoral e renegar o passado autoritário do qual o país acabara de sair. Miguel Bastos reconheceu a figura do povo como responsável pela sua eleição e selou um compromisso para com a população: o de servir ao povo paraibano. Esse tom de discurso, se constituiria como comum no período analisado, dada a importância do eleitor no novo cenário político. O vereador tratou ainda da situação financeira do município, alegando estar ciente da falta de recursos que o município enfrentara. Não tivemos acesso aos dados econômicos do município, no entanto, a preocupação com as finanças é algo que aparece com frequência nos registros das atas.

Após oficializarem a posse dos doze vereadores eleitos, houve a eleição da mesa diretora, através do voto secreto. Foram eleitos Miguel Severino Bastos Lisboa⁵⁴ (UDN) para

⁵³ Luiz de Oliveira Lima, citado como prefeito eleito na fala do vereador Miguel Bastos, na verdade não foi eleito no pleito Outubro de 1947. Como já pontuamos, algumas urnas pertencentes à região de Cabedelo – reduto eleitoral de Oliveira Lima (UDN) – foram impugnadas pelo TRE, fato que deu a vitória ao candidato do PSD Oswaldo Pessoa. A impugnação das urnas de Cabedelo gerou uma confusão entre os candidatos ao pleito, pois a vitória de Oliveira Lima já era tida como certa. A UDN recorreu à decisão do TRE. O fato do vereador Miguel Bastos citar seu colega de partido como prefeito eleito, portanto, não foi à toa. Os membros da UDN acreditavam que a situação poderia ser revertida e que Oliveira Lima fosse assumir a Prefeitura.

⁵⁴ Um dia depois da posse, em face do término do mandato do então prefeito de João Pessoa Severino Alves da Silveira, Miguel Bastos afastou-se da Câmara para assumir a Prefeitura como prefeito interino, ficando Napoleão Laureano na presidência da instituição de 15 de novembro a 06 de dezembro de 1947. Miguel Bastos permaneceu

presidência da Câmara, Napoleão Rodrigues Laureano (UDN) como vice-presidente, Ranulfo de Oliveira Lima (UDN) para primeiro secretário⁵⁵ e Henrique Bernardo Cordeiro (UDN) para segundo secretário. A mesa diretora foi composta inteiramente por vereadores da UDN, o que representa a força do partido no legislativo municipal.

Após elegerem a mesa diretora, os vereadores pediram licença para proferir alguns discursos, foi quando o vereador Janson Guedes (PSD) pediu uma moção de apoio às forças armadas e ao então Presidente da República, Gaspar Dutra (PSD).

Com a palavra o Sr. Janson Guedes que propõe à Casa uma moção de apoio ao Sr. Presidente da República e às Forças Armadas. (Ata da Câmara Municipal, 1947).

[...] O Sr. Orlando Moura apresentou uma moção de confiança ao Sr. Presidente da República e as Forças Armadas, na sua tarefa patriótica de manter a pureza do regime e das instituições democráticas. (Ata da Câmara Municipal, 1947)

A proposta de Janson Guedes foi apoiada apenas pelo seu colega de partido, o vereador Mario da Gama e Melo, sendo rejeitada pelos demais vereadores. Logo em seguida, como vemos na citação acima, o vereador Orlando Moura (UDN) propôs uma moção de confiança ao Presidente da República e às Forças Armadas, tendo sua proposta aprovada pelo plenário, apesar do voto contrário do vereador João Cabral Batista (UDN), que alegou “não encontrar motivos para moção dessa natureza” (Ata da CMJP, 1947).

Já na primeira reunião, vemos que a proposta do vereador do PSD – minoria na Câmara – foi recusada pelos demais colegas, sendo apoiada unicamente pelo seu colega de partido. Somente quando o vereador da UDN fez uma proposta similar é que os outros vereadores, com exceção de Cabral Batista, aprovaram a moção. A discussão a respeito da moção de aplausos e de confiança à Presidência da República e às Forças Armadas apresentaram, logo de início, os conflitos de caráter partidário que permearam as pautas das sessões na Câmara durante todo o período analisado.

2.1 O funcionamento interno da Câmara Municipal

no cargo de Prefeito interino até o final de janeiro de 1948, quando o prefeito eleito Oswaldo Pessoa assumiu a Prefeitura.

⁵⁵ Na eleição da mesa diretora, houve um empate entre Ranulfo Oliveira e José Clementino de Oliveira Junior, mas, por ser mais velho, o primeiro ganhou o cargo.

A Câmara Municipal de João Pessoa funcionou na sede da Sociedade Paraibana de Medicina até o ano de 1980, quando foi inaugurada sua nova e atual sede, em frente ao referido prédio. O Jornal *A União* publicou um relatório do então Prefeito Severino Alves da Silveira, que passada a eleição municipal de 1947, estava deixando o cargo. No relatório, o Prefeito falou da instalação da Câmara Municipal:

Providenciamos a instalação da Câmara Municipal, que, é falta de um prédio pertencente ao patrimônio desta comuna, está funcionando no andar térreo do imóvel sob o nº 45, a rua das Trincheiras, de propriedade da Sociedade de Medicina e alugada por Cr\$ 800,00 mensais. Convém ressaltar que o referido prédio era antes alugado a Junta de Conciliação e Julgamento, pela quantia mensal de Cr\$ 1000,00. Para instalação e funcionamento desse Órgão Legislativo, em local condigno, foram tomadas todas as providências, quer quanto a mobiliário, quer quanto a pessoal. Em face da situação econômica dessa Edilidade não nos foi possível adquirir toda a instalação nova. Nestas condições parte dos móveis foi cedida desta Prefeitura e outros conseguimos com algumas repartições. Pelo Decreto-lei nº 22 de 31 de Outubro do corrente ano, criamos, “ad referendo” do Poder Legislativo o quadro efetivo da Secretaria da Câmara Municipal, pondo ainda à disposição da mesma, servidores desta municipalidade para as preliminares providências de organização dos seus trabalhos. Mandamos proceder a pintura e caiação do prédio, envernizamento de móveis, instalação elétrica, divisões em tabisque dispondo sobre as várias secções, aquisição de todo material de expediente bureaux para a Secretaria. (Jornal *A União*, 03 de dez. de 1947, p.03).

A fala do ex-Prefeito do município apresentou as condições financeiras e materiais em que a Câmara fora instalada. A instituição não tinha prédio próprio, funcionando em local alugado junto à Sociedade de Medicina da Paraíba. Não havia também material físico e servidores designados previamente, os móveis foram cedidos pela Prefeitura e por outras repartições públicas. Já os servidores, foram remanejados e também cedidos pela Prefeitura. O relatório do Prefeito Severino Alves expôs ainda sobre as dificuldades financeiras enfrentadas pelo município, ainda assim, o ex-Prefeito fez questão de afirmar que havia providenciado melhoramentos no prédio onde funcionaria a instituição. Com o citado relatório podemos perceber que, no contexto de reestabelecimento do legislativo local, a Câmara Municipal ainda estava se organizando. Pela falta de recursos básicos, de estrutura física e de pessoal, percebemos a fragilidade do legislativo local enquanto instituição. No entanto, os agentes da política local buscaram ao longo de sua atuação fortalecer a instituição e afirmar sua importância para a cidade de João Pessoa.

Segundo os relatos⁵⁶, o prédio que sediou a Câmara por mais de trinta anos era modesto, com um pequeno plenário para a realização das sessões, onde cabiam pouco mais de vinte pessoas. Além da mesa diretora, havia também uma bancada para a imprensa. Logo após o salão principal, havia o birô da tesouraria e o setor de datilografia, onde eram transcritas as atas das sessões, que ocorriam diariamente. No início, a casa era composta por poucos funcionários, não passavam de dez. Sua estrutura física não permitia que muitas pessoas trabalhassem ou se aglomerassem no local.

Embora evidenciemos nas atas a solicitação de demandas por parte de representantes da população através de ofícios e memorandos, não se tinha, nesse momento, o hábito de acompanhar as sessões presencialmente. No entanto, mesmo que não fosse corriqueira a presença das pessoas neste espaço institucional, diariamente se editava um boletim que era enviado para os jornais e as rádios. Os boletins faziam uma síntese do que havia sido discutido em cada sessão e alcançavam um número maior de pessoas, fazendo com que estas se mantivessem informadas das principais decisões tomadas no plenário. Abaixo vemos alguns exemplos desses boletins:

A Câmara Municipal de João Pessoa do Estado da Paraíba aprovou e eu promulgo a seguinte resolução que entrará em vigor na data da sua promulgação: Art. 1º - Ficam estipulados em Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) os subsídios mensais do Prefeito, sendo Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) de representação. Art. 2º - Fica arbitrada em Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) a representação mensal do vereador, durante todo o mandato da atual legislatura, e lhe será paga no primeiro dia útil do mês seguinte ao vencido. (Jornal *A União*, 04 de dez., 1947, p.02).

.....
A Câmara Municipal de João Pessoa, aprovou e a mesa promulga a seguinte resolução: Art. 1º - Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 1.500,00 para ocorrer despesas com a aquisição de material de expediente, livros e outros artigos necessários à Secretaria desta Câmara. (Jornal *A União*, 16 de dez., 1947, p. 02).

.....
A Câmara Municipal de João Pessoa do Estado da Paraíba, aprovou e eu promulgo a seguinte resolução, que entrará em vigor na data de sua publicação: Art. 1º - Fica aprovado o Decreto de Lei nº 21 de 29 de Outubro de 1947, expedido ad-referendum deste Orgão Legislativo que abriu o crédito suplementar de Cr\$ 160.000,00 distribuído em diversas consignações orçamentárias. (Jornal *A União*, 24 de dez., 1947, p. 03).

.....
A Câmara Municipal de João Pessoa do Estado da Paraíba aprovou e eu promulgo [...] ficam prorrogados até o próximo dia 30 de Março do ano próximo vindouro, os trabalhos da Câmara Municipal de João Pessoa, afim de

⁵⁶ Ver Câmara: 70 Anos de História. Direção: Lúcio César Fernandes. Produção: TV Câmara. João Pessoa, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kpUnKFTNzrk>> Acessado em: 15 de março de 2019.

elaborar as leis necessárias ao Município. (Jornal *A União*, 16 de dez., 1947, p. 02).

A maioria dos boletins divulgados nos jornais dizia respeito a questões orçamentárias e financeiras da Câmara. As citações acima mostram que os vereadores tornaram público os valores estipulados para os seus salários e o do prefeito. Além disso, prestavam conta dos gastos aprovados para compra de material de expediente e dos créditos suplementares. Também vemos nos jornais que algumas vezes as atas das reuniões eram divulgadas na íntegra, o que tornava público todas as decisões tomadas e os diálogos travados dentro da instituição. A preocupação em divulgar o que era discutido na Câmara simbolizava o comportamento político da época: o aumento no acesso às decisões e discussões políticas por parte dos eleitores e a necessidade de prestação de contas por parte dos vereadores que, nesse momento da história, se preocupavam com a imagem que transmitiam aos seus eleitores, já que o voto cada vez mais precisava ser conquistado.

Nos primeiros dias de funcionamento da Câmara, foram discutidas questões técnicas, como a nomeação dos membros da comissão responsável pela elaboração do Regimento Interno. O Regimento Interno é o instrumento legal que determina o funcionamento e as regras da instituição, tais quais: o funcionamento das sessões, as falas, os projetos e as votações. De acordo com as atas, percebemos uma preocupação dos vereadores para com a organização e o funcionamento da instituição. O então presidente da Câmara, Miguel Bastos, “expôs a casa a necessidade do Regimento Interno” (Ata da CMJP, 1947), e depois de algumas discussões, os vereadores decidiram adotar provisoriamente o Regimento Interno da antiga Câmara⁵⁷. Nesse momento de reabertura do legislativo local, os vereadores se mostravam preocupados em dar andamento aos trabalhos e formalizar as ações determinadas pelas leis.

Durante as pesquisas nos arquivos da instituição não tivemos acesso ao referido Regimento Interno, no entanto, esse documento foi publicado em dias alternados no Jornal *A União*:

RESOLUÇÃO Nº1

Adota temporariamente o Regimento Interno da antiga Câmara Municipal de João Pessoa.

Art. 1º - A Câmara Municipal de João Pessoa, enquanto não for elaborado o seu Regimento Interno, adota para os seus trabalhos o Regimento Interno da Antiga Câmara Municipal de João Pessoa em tudo o que não colidir com as

⁵⁷ Na documentação não fica claro sobre qual antiga Câmara os vereadores se referiam. Acreditamos que se trata da instituição legislativa anterior ao Estado Novo. No entanto, como não há trabalhos historiográficos a respeito do legislativo municipal, não tivemos acesso a tal informação.

Constituições Federal e Estadual e as leis vigentes federais, estaduais, municipais, inclusive as expedidas à forma do artigo nono, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado.

Art. 2º - Revogam se as disposições em contrário. (Jornal A União, 02 de dez., 1947, p. 01).

A decisão de adotar o antigo regimento da Câmara Municipal foi publicada pelo jornal *A União*. O que acontecia na Câmara era divulgado na imprensa local, tanto nos jornais, como no rádio. Abaixo vemos os primeiros capítulos do referido documento:

CAPÍTULO I

Das sessões preparatórias do Primeiro Ano de Legislatura:

Art. 1º - Afim de iniciar as sessões preparatórias, os vereadores que, nos termos da lei vigente, estiverem proclamados e diplomados, se reuniram três dias antes da data da sessão solene de instalação, às 14 horas, na sala de sessões do edifício da Câmara Municipal de João Pessoa.

§ 1º - Assumirá a presidência dos trabalhos preparatórios aquele que, dentre os vereadores presentes, tiver obtido o maior sufrágio, segundo o critério classificador adotado na proclamação procedida pelo órgão competente.

§ 2º - O presidente convidará para 1º e 2º secretários dois dos diplomados presentes, ficando assim organizada a Mesa provisória.

Art. 2º - Por diploma entender-se-á o documento ou título como tal definido na lei eleitoral.

Art. 3º - Cumprido o disposto no art. 1º, os vereadores, a convite do presidente, deporão nas mãos deste os respectivos diplomas, cuja legitimidade se apurará desde logo e cuja relação nominal será feita imediatamente por um dos secretários.

§ único - Será organizada igualmente, outra lista que conterà o nome dos suplentes diplomados, a qual, juntamente com a precedente, que deverá ficar pronta dentro do prazo de 24 horas, será lida em sessão para conhecimento dos interessados e imediatamente publicada no órgão oficial. (Jornal *A União*, 02 de dez., 1947, p. 01).

O Regimento Interno regulamentou o funcionamento da Câmara Municipal em seus primeiros momentos de existência. De acordo com a documentação, não fica evidente até quando esse documento fora utilizado como balizador dos trabalhos legislativos, já que no discurso dos vereadores, ele seria provisório. Os primeiros artigos citados acima diziam respeito à estrutura e organização da instituição no primeiro ano da legislatura pós Estado Novo. Observamos que o cargo de presidente era destinado àquele que recebesse a maior votação eleitoral, algo significativo sobre a importância do voto e dos eleitores nesse contexto. No início dos trabalhos, foi formada, portanto, uma Mesa provisória para organizar e dar andamento às sessões. Mais tarde, essa Mesa foi substituída por uma definitiva.

Uma segunda parte do documento, publicada no dia seguinte à primeira, nos traz os encaminhamentos para as eleições internas, como a da Mesa Diretora definitiva, composta por presidente e dois secretários:

Art.4º - Na sessão seguinte, desde que se verifique a presença de, pelo menos, dois terços de vereadores, o presidente fará proceder a eleição da Mesa definitiva composta do presidente, 1º e 2º secretários, cujo mandato no art. 33º deste Regimento.

Art.5º - Esta eleição será feita por escrutínio secreto em duas células, sendo uma para presidente e outra para 1º e 2º secretários. Serão considerados eleitos os que obtiverem maioria absoluta dos votos presentes.

§ 1º - Na falta dessa maioria, far-se-á segundo escrutínio entre os dois nomes mais votados.

§ 2º - Se no primeiro escrutínio mais de dois nomes obtiverem votação igual, só os dois mais idosos poderão ser sufragados no segundo escrutínio. Se ainda, ocorrer empate, proclamar-se-á eleito o mais idoso.

Art. 6º - Se até a véspera da sessão solene de abertura se tiver verificado a presença de, pelo menos, dois terços de vereadores proclamados e diplomados, proceder-se-á, com qualquer número, a eleição da Mesa.

Art. 5º - Na última sessão preparatória, os vereadores prestarão compromisso. O presidente de pé, no que será acompanhado por quanto estiverem na sala, proferirá a seguinte afirmação: “Prometo guardar a Constituição e as Leis do Estado e da República, e cumprir com zelo e dedicação os deveres do meu mandato”. Em seguida, cada um dos vereadores prestará o mesmo compromisso, afirmando, “assim o prometo”.

Art. 8º - Prestado o compromisso, o Presidente declarará instalada e empossada a Câmara Municipal, e oficiará imediatamente ao prefeito do município comunicando a instalação da Câmara, como a eleição da Mesa, convidando-o a comparecer à solenidade de abertura de suas sessões ordinárias, que serão manualmente instaladas nos dias 15 de Junho e 15 de dezembro respectivamente.

§ único – O presidente fará comunicações de instalação e do dia da inauguração solene às altas autoridades do Estado. (Jornal *A União*, 03 de dez., 1947, p.02).

Pelo regimento, podemos observar que a formação dessa Mesa era feita a partir de uma votação interna entre os vereadores. Os mais votados ocupavam o cargo de presidente, primeiro e segundo secretários. A adoção de um Regimento Interno, mesmo que provisoriamente, tentou dar à Câmara Municipal de João Pessoa um ar de normalidade constitucional e democrática. Estabelecer um ritual com juramento e reafirmar um compromisso com as leis representava o esforço de transparecer essa normalidade constitucional. A publicação do regimento nos jornais pode ser entendida como uma tentativa de legitimar socialmente esse espaço de representação política. A última parte do Regimento Interno foi publicada no dia 04 de dezembro de 1947:

Art. 9º - Em qualquer das sessões preparatórias a Câmara pode conhecer de vagas por falecimento ou renúncia, apresentada esta por escrito e com firma

reconhecida, cabendo ao presidente convocar o respectivo suplente, na conformidade da lei eleitoral e empossá-lo.

Art. 10º - Havendo necessidade, a Câmara Municipal poderá, nas sessões preparatórias, constituir qualquer comissão especial.

Art. 11º - O diplomado que comparecer para tomar posse, em qualquer tempo legal, depois do dia a que se refere o art. 7º, será conduzido ao recinto por uma comissão de vereadores e prestará, em voz alta, a convite do presidente, perante o plenário, o compromisso aludido.

CAPÍTULO II

Das sessões preparatórias na sequência da Legislatura

Art. 12º - Nos anos de sequência da legislatura, os vereadores se reunirão em sessão preparatória, três dias antes da data da sessão solene de abertura, às 14 horas, na sala das sessões do edifício da Câmara Municipal, salvo força maior comprovada, assumindo a presidência o presidente que tiver serviço no ano anterior, e, na sua falta, qualquer dos membros da mesa, na ordem instituída pelo art. 4º.

§ 1º - Na falta de qualquer dos indicados acima, os vereadores elegerão, dentre si, um presidente provisório, que escolherá dois secretários e agirá nos termos dos arts. 5º, 6º e 7º.

§ 2º - Eleita a Mesa, far-se-ão as comunicações mencionadas no art. 8º e § único.

§ 3º - A essas sessões preparatórias será, também aplicável o disposto no art. 11º.

CAPÍTULO III

Das convocações extraordinárias

Art. 13º - A Câmara poderá ser convocada extraordinariamente pelo presidente ou pelo prefeito para assunto urgente especificado e fundamentado. (Jornal *A União*, 04 de dez., 1947, p. 02).

Esses últimos artigos diziam respeito às sessões preparatórias que deveriam ocorrer no início de cada legislatura. Além disso, estabeleciam a convocação extraordinária, caso surgisse um assunto urgente para tratar. O referido Regimento Interno, publicado pelo Jornal *A União* tinha propriedade organizativa e tratava dos elementos que antecediam as legislaturas, ao passo em que, estabeleciam as regras de posse e formação de Mesas.

O documento não trata da organização e dinâmica interna da instituição. Através dele, não pudemos aferir sobre o andamento das sessões legislativas, as comissões formadas pelos vereadores ou as atribuições do presidente e secretário. Além disso, o documento também não deixa claro o tempo estabelecido para cada sessão, a frequência das reuniões ou quem podia participar delas. Embora o Regimento Interno publicado pelo Jornal *A União*, nos permita ter uma noção da organização inicial da instituição, há uma lacuna no que diz respeito à estrutura organizacional da Câmara Municipal, dada a ausência de mais documentos sobre a dinâmica interna da Casa Legislativa. Entretanto, a adoção desse Regimento propiciou a justificativa social de retomada da Câmara Municipal de João Pessoa.

Adotado o Regimento Interno, na terceira sessão ordinária, realizada em 03 de dezembro de 1947, o presidente anunciou a eleição das comissões permanentes da Câmara. Formadas as

chapas e realizada a votação secreta, estabeleceu-se a seguinte formação: Mario da Gama e Melo (PSD), Orlando Moura (UDN) e Ranulfo de Oliveira Lima (UDN) para a Comissão de Legislação; Moacir Soares, Ranulfo de Oliveira Lima (UDN) e Janson Guedes (PSD) formaram a Comissão da Fazenda; A Comissão de Assistência Social e Orçamento foi composta por José Clementino Júnior (PSB), Orlando Moura (UDN) e Damasio Franca (UDN); José Betâmio Ferreira (UDN), Cabral Batista (UDN) e Mario da Gama e Melo (PSD) formaram a Comissão de Redação; já a Comissão da Indústria foi formada por Cabral Batista, Graciano Medeiros e Moacir Soares (UDN); Henrique Bernardo Cordeiro (UDN), Graciano Medeiros e Moacir Soares formaram a Comissão de Comércio e por fim, Ranulfo de Oliveira Lima (UDN), Damasio Franca (UDN) e Janson Guedes (PSD) compuseram a Comissão de Viação e Obras Públicas.

No dia-a-dia dos trabalhos na Câmara, era comum que os vereadores solicitassem a prorrogação das sessões com o objetivo de proferir algum discurso ou fazer observações sobre as matérias propostas:

O vereador Damásio Franca requereu a prorrogação da hora do expediente em mais dez minutos, sendo atendido. Com a palavra o vereador criticou severamente atitude do Secretario de Segurança de Pernambuco, taxando-a de antidemocrática e atentatória a ordem constitucional. (Ata da CMJP, 1947, fl. 36).

.....
 [...] Nesta altura o vereador Oliveira Lima fazendo sentir o adiantado da hora solicitou o levantamento da sessão e convocação minutos depois de outra especial e secreta onde seriam tratados assuntos de imediato interesse dos senhores vereadores. (Ata da CMJP, 1948, fl. 101).

Geralmente eles solicitavam prorrogação quando estavam tratando de questões que julgavam importantes, a exemplo dos casos citados. Cabia ao presidente conceder ou não tal prorrogação. As moções de aplausos ou de congratulações apareciam com frequência nas pautas registradas em atas. Essas moções simbolizavam o estreitamento de laços da Câmara Municipal com outros órgãos ou instituições.

A defesa do regime democrático também foi vista com frequência nos discursos proferidos pelos vereadores. O país vivia um momento de restabelecimento da ordem democrática e da organização das questões políticas dentro de uma nova estrutura. Os vereadores da Câmara Municipal pareciam, portanto, preocupados em garantir e preservar o funcionamento da instituição de acordo com os parâmetros legais. Nas falas, percebemos que eles aparecem debatendo sobre democracia na tentativa de legitimar o poder legislativo e afirmar a importância da instituição. O discurso do autoritarismo, presente no Estado Novo, não

estava mais em voga e era visto pelos membros do legislativo local com maus olhos. Na fala do vereador Oliveira Lima, registrada na ata da vigésima quinta reunião extraordinária realizada no dia 26 de janeiro de 1948, vemos um exemplo disso:

A câmara municipal – órgão legislativo, mas essencialmente político que é – não foge a competência de protestar contra qualquer medida de ofensa a autonomia constitucional e às liberdades públicas. **As autoridades precisam saber que nesta câmara há vigilância na defesa da democracia.** (Ata da CMJP, 1948. Grifos nossos).

A preocupação em expor a importância do poder legislativo local como forma de preservar a constituição e a democracia representa o mote das discussões sobre política da época. Para os políticos, era importante manter as instituições funcionando e, em um contexto de defesa da democracia por parte da sociedade civil, era fundamental se mostrar defensor dos direitos e das liberdades públicas. Os vereadores se colocavam como exímios protetores da democracia, além disso, faziam severas críticas à ditadura varguista. A fala do vereador Damásio Franca (UDN) ilustra essas críticas: “Afirmou o orador que a retenção dos gêneros de 1ª necessidade feita cavilosamente pelos grandes comerciantes, a que chamou de tubarões de lucros extorsivos, **constituía uma política, eminentemente, estadonovista a qual merecia inteira reprovação da casa**” (Ata da CMJP, 1947. Grifo nosso). A fala de Damásio Franca, ao tecer uma crítica aos grandes comerciantes locais, representa o discurso dominante na Câmara Municipal: a defesa constante das instituições e do regime democrático e a negação do Estado Novo. Para os vereadores, parecia ser importante se desvincular sempre que possível do regime ditatorial.

2.2 Atendimentos às demandas públicas

O novo regime inaugurou uma nova forma de se fazer política. Como vimos no primeiro capítulo, o apelo às classes populares e a tentativa de conquistar o eleitorado através do discurso populista marcaram as eleições da época. Em campanha, os candidatos proferiam discursos em defesa dos mais pobres, aqueles que eram vistos como “desprotegidos” e mais necessitados da atenção dos poderes públicos. Após eleitos, a atuação dos vereadores era pautada nessa prerrogativa: defender os menos favorecidos.

Nesse sentido, conforme observamos nas atas, os vereadores dedicavam grande parte do seu tempo ao atendimento e discussões sobre demandas públicas ou pedidos de caráter pessoal dos seus eleitores. “Os atendimentos respondem às expectativas dos eleitores, já que o

político é a pessoa legitimamente encarregada de realizar a distribuição de benesses públicas, uma vez empossado” (LOPEZ, 2004, p. 162). A relação dos vereadores com seu eleitorado começava na campanha e era consolidada no momento após a posse, quando estes passavam a atuar em defesa dos seus, ou do coletivo.

Há uma nítida associação entre sucesso político e capacidade de dar assistência e atender às demandas dos eleitores. Essa relação permite-nos pensar a Câmara Municipal como *locus* de atuação de políticos travando uma disputa pela generosidade, uma disputa em que todos concorrem incessantemente para maximizar a distribuição de favores aos seus demandantes, pois sabemos que o seu prestígio político está vinculado ao volume de seu atendimento. (LOPEZ, 2004, p. 164).

O bom vereador era aquele que atendesse às demandas do povo. Sendo assim, a atuação dos vereadores estava pautada no atendimento e defesa da população pessoense. Era a partir do atendimento às demandas públicas que os vereadores consolidavam o seu nome na política local e garantiam o apoio popular para as próximas eleições. Não à toa, vereadores como Cabral Batista (UDN) e Mário da Gama e Melo (PSD), tidos como defensores das classes populares, foram reeleitos por mais sete e oito mandatos para vereador, respectivamente⁵⁸. Observamos que constantemente esses vereadores proferiam discursos em defesa dos menos favorecidos, se colocando prontamente como exímios representantes dos mesmos.

Observamos que a população local recorria à Câmara através de ofícios ou memorandos para fazer diversos tipos de solicitações. No segundo dia de funcionamento da instituição, constam os seguintes requerimentos:

O sr. Presidente determinou ao primeiro Secretário que procedesse a leitura do expediente em mesa, constando o seguinte: ofício do sr. Prefeito encaminhando uma petição firmada pelo Presidente e Assistente Eclesiástico do Círculo Operário Católico, desta Capital, solicitando a doação de um terreno para construção de sua sede [...]. Petição do funcionário, em disponibilidade, do antigo Conselho Municipal, Francisco Nunes do Rego, solicitando a sua inclusão no quadro do pessoal da Secretária desta Câmara. (Ata da CMJP, 15 de novembro de 1947).

Algumas vezes as solicitações eram feitas por vereadores específicos, que levavam os pedidos da população local para serem discutidos em plenário:

⁵⁸ Cabral Batista foi eleito vereador nos anos de 1947, 1959, 1963, 1968, 1972, 1976, 1982 e 1985. Mario da Gama e Melo foi eleito vereador nos anos de 1947, 1951, 1955, 1959, 1963, 1968, 1972, 1976 e 1982.

Facultada a palavra, usa da mesma o vereador Cabral Batista para levar ao conhecimento da Casa um memorial recebido dos moradores da av. da Pedra, em Cruz das Armas em que apelavam para os poderes públicos no sentido de serem construídas galerias para o escoamento de águas pluviais que durante o inverno inundam as casas daquela artéria. Reputando justa aquela reivindicação, requereu o vereador Cabral Batista o encaminhamento do memorial ao sr. Prefeito para o devido estudo. (Ata da CMJP, 12 de dezembro de 1947).

.....
 O vereador Cabral Batista, com a palavra, leu para o conhecimento do plenário, um memorial dos habitantes de Jaguaribe sobre os preços de passagem dos bondes na Linha Circular, ficando acertado, numa troca de ideias entre os srs. Vereadores, ser o mesmo remetido, com ofício da Presidência ao exmo. sr. Governador do Estado. (Ata da CMJP, 10 de dezembro de 1947).

Há também, com frequência, a solicitação de melhorias nos serviços públicos, tais quais: iluminação pública, calçamento de ruas, transporte público, limpeza urbana, entre outros.

[...] o vereador Gama e Melo apresentou um requerimento pedindo abertura do Posto Médico da Torre que, posto em votação, foi aprovado. O vereador Cabral Batista apresentou um requerimento encarecendo ao Prefeito a necessidade da limpeza de algumas ruas da Vila de Cabedelo (Ata da CMJP, 22 de janeiro de 1948). [...]

A seguir passou-se a discutir o requerimento do vereador Damasio Franca solicitando a iluminação do bairro Rogers. O vereador Clementino Junior [...] passou a relatar as inúmeras dificuldades por que vem passando os seus serviços públicos, quando a própria iluminação do centro da cidade é a mais deficiente (Ata da CMJP, 22 de janeiro de 1948).

.....
 A seguir [o vereador José Betamio] apresentou ainda um requerimento pedindo a reparação da ladeira que conduz ao Varjão, para tornar possível o acesso de veículos, inclusive da Assistência Pública na sua faina de socorrer os doentes pobres daquele lugar (Ata da CMJP, 26 de janeiro de 1948. Adendo nosso).

.....
 [...] foi facultada a palavra, fazendo uso da mesma o vereador Moacyr Soares. Ocupando-se o orador das péssimas condições das nossas ruas e salientando que na Av. Aristarco Pessoa há um rio perene, que facilita a criação de porcos bravios, o que torna impraticável, além do acúmulo de lama, o tráfego naquela área. Nesse sentido, requereu que fosse aprovado um apelo ao Prefeito da Capital, solicitando as providências cabíveis (Ata da CMJP, 11 de dezembro de 1950).

Nas discussões do plenário, os vereadores se afirmavam enquanto representantes do povo e buscavam ter aprovados os seus projetos em benefício da população. No entanto, a maioria das propostas dependia primeiro da aprovação da Casa e, depois, da Prefeitura Municipal.

Embora a forma de realizar o atendimento seja peculiar a cada Vereador, o objetivo de “amarrar” o eleitor e conseguir sua adesão é a razão motivadora de grande parte da disputa que se observa na arena política municipal, seja na própria Câmara – pela formação dos grupos políticos e facções –, seja na relação entre os vereadores e o Poder Executivo. Assim, **o sucesso dos vereadores em atender às demandas encaminhadas depende de seu acesso à administração pública** (LOPEZ, 2004, p. 162. Grifo nosso).

Sendo assim, ter uma boa aliança dentro da instituição e também com o executivo municipal significava uma maior possibilidade de atendimento às demandas do eleitorado. Os vereadores da UDN eram maioria na Câmara, o que facilitava a votação de propostas dentro da instituição. No entanto, o prefeito eleito pertencia ao PSD, fato que fez com que muitas vezes os vereadores da UDN apelassem aos colegas do PSD para que estes fizessem determinadas solicitações na tentativa de facilitar um retorno positivo por parte do prefeito.

Através das atas, notamos que os vereadores possuíam redutos eleitorais. Observando os dados do TRE-PB, não tivemos acesso aos resultados eleitorais de acordo com cada região do município, no entanto, vemos a partir das atas que, nas sessões, era comum que determinado vereador fizesse solicitações de melhorias para bairros específicos da cidade. Além disso, nos relatos de Wills Leal, quando entrevistado no documentário em comemoração aos setenta anos da Câmara, ele diz que na capital havia um tipo de vereador: aquele que era líder do bairro. Tanto nos relatos quanto nas atas, evidenciamos a ligação do vereador Cabral Batista (UDN) com o bairro de Cruz das Armas, por exemplo. Segundo relato do seu filho⁵⁹, os votos do bairro de Cruz das Armas já garantiam a vitória a Cabral Batista.

O reduto eleitoral de cada vereador “indica a importância da representação política em termos espaciais [...]. Em larga medida, os eleitores passam a ver em determinado Vereador o representante do seu bairro, de sua localidade, de sua comunidade” (LOPEZ, 2004, p.158). Nesta perspectiva, o que se observa, através da fala dos vereadores, é que frequentemente os pedidos de eleitores e representantes de comunidades eram conduzidos pelos vereadores que os representavam. Se era um momento novo para as instituições políticas, era também para a população, que viu na Câmara Municipal, através da representação dos vereadores, um espaço para ter atendidas as suas demandas.

Se considerarmos o contexto político e populacional da cidade de João Pessoa, mesmo que tenhamos uma forte ligação dos bairros com determinado vereador, ainda podemos perceber que essa vinculação segue relativamente diluída, pois a dinâmica, mesmo ruralizada,

⁵⁹ Ver Câmara: 70 Anos de História. Direção: Lúcio César Fernandes. Produção: TV Câmara. João Pessoa, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kpUnKFTNzrk>>. Acessado em: 15 de março de 2019.

inferia à capital paraibana ecos de mobilidade gradativamente acelerada. Desta feita, os redutos mesmos que não tenham perdido a característica clientelista, se processavam em grupos, por meio de conjuntos organizados de moradores para fazer valer suas demandas junto ao poder legislativo municipal.

Conforme pudemos observar, os vereadores eram constantemente procurados e vistos como figuras de referência perante a população. Os pedidos diversos de atendimento às demandas da população nos mostram que:

A prática do atendimento aos eleitores é uma busca de solução para questões pontuais e nela a interação face-a-face com o eleitor (no gabinete ou na rua) e com os problemas que o afetam no dia-a-dia é muito importante. O atendimento é a atividade em torno da qual se desenvolve o trabalho diário dos vereadores no município. Do ponto de vista da racionalidade eleitoral, maximizadora de votos, esse comportamento é coerente, dado que o capital político do Vereador é medido por sua capacidade de atender aos pedidos que lhe são encaminhados (LOPEZ, 2004, p.156).

Para os vereadores da Câmara Municipal de João Pessoa, os pedidos mais comuns eram aqueles de caráter pessoal, tais como: um pedido de emprego, de auxílio financeiro ou o calçamento de uma rua específica. Já na segunda sessão, por exemplo, vemos uma petição do senhor Francisco Nunes do Rego, ex-funcionário do Conselho Municipal em disponibilidade, solicitando sua inclusão no quadro de pessoal da secretaria da Câmara. Neste mesmo dia, houve uma solicitação do presidente do Círculo Operário Católico para que a Câmara providenciasse um terreno para a construção de uma sede para a instituição.

Além dos ofícios e memorandos com pedidos da população em geral, os vereadores colocavam em pauta demandas públicas coletivas. Na ata da quarta sessão ordinária, realizada em 04 de dezembro de 1947, por exemplo, o vereador Damásio Franca (UDN) fez uma solicitação à prefeitura para que esta realizasse uma drenagem nas boeiras do Parque Solon de Lucena, por conta do surto de muriçocas. Na mesma ocasião, o vereador falou sobre o atraso do abono de família dos servidores municipais. Pautas como essas eram muito comuns durante as sessões. Na ata da décima primeira sessão, realizada no dia 16 de dezembro de 1947, Cabral Batista pediu a interferência da Câmara junto à repartição dos serviços elétricos no sentido de prorrogar o horário de funcionamento dos bondes nos bairros de Jaguaribe e Oitizeiro. Apoiando o pedido do colega, todos falaram em favor da necessidade e melhoria na qualidade dos transportes públicos.

Eram muito comuns as falas sobre a regulamentação dos transportes públicos, o preço de itens alimentícios, a qualidade das carnes dos açougues, iluminação pública, preços de

aluguéis, entre outros. O calçamento e a limpeza das ruas eram também as pautas mais comuns no plenário. A saúde pública também aparecia como preocupação dos vereadores, quando estes falavam na abertura de postos de saúde nos bairros ou solicitavam verbas para os hospitais e instituições de saúde pública.

Conforme pudemos observar, nos primeiros meses de funcionamento da Câmara, um dos temas que rendeu diversos debates foi a adoção da “Semana Inglesa”⁶⁰. Durante consecutivos dias, a Casa legislativa discutiu sobre o projeto da Semana Inglesa e essas discussões, registradas em atas, chamaram nossa atenção na medida em que nos mostraram como funcionavam os trabalhos dentro da Câmara e como, em algumas vezes, esse debate tomava uma proporção para além do institucional, envolvendo a imprensa local e a sociedade civil.

Dias após a inauguração da Câmara Municipal, na ata da quarta sessão ordinária, realizada em 04 de Dezembro de 1947, o vereador José Clementino de Oliveira Júnior (PSB) leu um memorial dirigido à Câmara que solicitava a adoção da “Semana Inglesa”⁶¹. Tal solicitação pretendia regulamentar a jornada de trabalho, trazendo benefícios aos trabalhadores urbanos locais. No dia que o memorial foi apresentado, discutiram sobre o assunto os vereadores Janson Guedes, Moacir Soares, Damasio Franca e Cabral Batista, que reclamou dos abusos nos subúrbios⁶². José Clementino Júnior foi, portanto, o encarregado de apresentar à Casa o anteprojeto a respeito da pauta. Dias depois, na sexta sessão ordinária,

o vereador José Clementino, conforme havia prometido, apresentou à consideração do plenário, o ante projeto instituindo a semana inglesa, que assinado pelos membros da Comissão de Comércio, nos termos do Regimento Interno, dispensava prévia audiência da mesma, devendo figurar em ordem do dia da próxima sessão (CMJP, 05 de dezembro de 1947).

Submetido o projeto, já na oitava sessão ordinária, ocorrida no dia 11 de dezembro de 1947, foi lido o requerimento do vereador Orlando Moura, que solicitou o adiamento da discussão do anteprojeto da Semana Inglesa e pediu uma prévia audiência com a Prefeitura e com a Associação Comercial para que fosse discutida a matéria. José Clementino e outros

⁶⁰ A expressão semana inglesa se refere à jornada de trabalho limitada às 8 horas por dia, da segunda-feira a sexta-feira e aos sábados, meio dia livre. Nas atas a grafia do nome Inglesa está registrada como “Ingleza”.

⁶¹ O documento não faz referência ao autor desse memorial. Na ata consta apenas que o pedido foi intermediado pelo vereador pessebista. Acreditamos, conforme a análise de todo o material de pesquisa, que se tratou de uma reivindicação dos trabalhadores locais.

⁶² O vereador Cabral Batista não fez referência a que tipo de abusos eram esses, nem por parte de quem. No entanto, pela análise das discussões que se prosseguem nas próximas sessões, acreditamos que ele se referia aos trabalhadores suburbanos.

vereadores se posicionaram contra a proposta do colega Orlando Moura. Logo depois, durante a sessão, Damásio Franca apresentou à Câmara o resultado de um inquérito feito entre diversos chefes de firmas comerciais, “onde ficou patente que a esmagadora maioria dos mesmos era favorável à Semana Inglesa” (CMJP, 11 de dezembro de 1947). Os vereadores começaram então a discutir os artigos do anteprojeto. Graciano Medeiros, Cabral Batista e Damásio Franca apresentaram emendas ao primeiro artigo, que foi aprovado com as restrições de Janson Guedes e Orlando Moura. A discussão em torno do conteúdo do projeto ocorreu durante toda a sessão. Alguns vereadores estavam ao lado de Clementino Júnior e outros pediam cautela na análise do mesmo, como foi o caso do vereador Orlando Moura, que julgou necessário consultar a Prefeitura e a Associação Comercial antes da Câmara aprovar o projeto. Por conta das divergências, mais discussões foram travadas em relação aos artigos do anteprojeto e, pelo adiantar da hora, os trabalhos se encerraram com o adiamento das discussões para a sessão seguinte.

Após alguns dias, os vereadores continuaram discutindo o anteprojeto da Semana Inglesa, e somente no dia 12 de dezembro de 1947 ele foi aprovado. No entanto, mesmo após ter sido aprovado, o projeto rendeu algumas discussões dentro e fora da instituição:

Pedi a palavra, o vereador Janson Guedes, em longas considerações se reportou a sua posição quanto ao caso da “semana inglesa”, reconhecendo no memorial em debate, o acerto de sua atitude anterior e após concluiu por afirmar que esta Câmara ainda poderia resolver o assunto, nomeando uma comissão de vereadores para exame da questão. (CMJP, 16 de dezembro de 1947).

O vereador Janson Guedes, que era favorável ao projeto, mas havia sugerido algumas alterações no mesmo, insistiu em discuti-lo novamente. Sua proposta gerou mais discussões na casa, pois alguns vereadores apoiaram tal ideia, enquanto outros se opuseram justificando que o tema já havia sido discutido o suficiente e que deveria ser caso encerrado. O vereador pessedista Gama e Melo alegou que “para esta Câmara não existe mais solução para o caso e que a lei deve ser cumprida só podendo este Órgão se manifestar outra vez a respeito do assunto, caso a Lei seja vetada pelo Executivo Municipal” (CMJP, 16 de dezembro de 1947). As discussões continuaram e o Presidente teve que intervir, “fazendo soar os tímpanos, reclamando ordem e respeito” (CMJP, 16 de dezembro de 1947). No entanto, os vereadores continuaram a discutir sobre a pauta, sem chegar a um consenso. Houve, inclusive, a interferência do público presente nas galerias, que se manifestou e fez com que o Presidente exigisse novamente ordem

na Casa, apelando para que os policiais presentes tomassem as devidas providências para assegurar o respeito na instituição.

Observando a movimentação que a discussão causou durante a sessão, o autor do projeto da Semana Inglesa solicitou a fala:

[...] aproveitando o vereador Clementino Junior [autor do anteprojeto] para tecer considerações a respeito do incidente de há pouco, reafirmando a sua responsabilidade no projeto da Semana Inglesa e nada temendo contra a sua vida particular ou pública e não temia ameaças de quem quer que fosse. Ainda permanecendo as galerias em forte algazarra [...] intervindo a polícia que restabeleceu a ordem, fazendo retirar os mais exaltados. (CMJP, 16 de dezembro de 1947).

Logo após, foi lido em plenário um ofício do Sindicato dos Empregadores do Comércio agradecendo à Câmara a instituição da Semana Inglesa. Dias mais tarde, em 23 de dezembro de 1947, o Jornal *A União* publicou uma nota escrita pelo vereador do PSB, Clementino Júnior – autor do projeto. O texto do vereador fala do projeto e elucida a problemática em torno da aprovação do mesmo. Vejamos na íntegra:

Ainda a Semana Inglesa

Quando apresentei a consideração da Câmara Municipal o projeto instituindo a Semana Inglesa já antevia a reação que o mesmo iria despertar no seio da classe que se julga prejudicada com a citada medida.

Não me surpreende, pois, a atitude de alguns comerciantes que combatem lealmente aquela reivindicação dos empregados, porque suponho que só com o tempo é possível demonstrar a esses elementos, embora discordantes mas bem intencionados, que a sua lógica é falha, que não precedem os seus argumentos de supostos prejuízos e, portanto, não podem prevalecer sobre os interesses, as aspirações humanas e oportunas de toda a numerosa e sacrificada classe dos comerciários.

Entretanto, é preciso que se saiba distinguir o direito de discordar, da violação que representa o apelo à desordem, no suposto interesse em defesa daquele direito. Porque uma coisa é advogar com serenidade e elevação numa causa, como admito que o façam no momento alguns empregadores, e outra muito diferente é invadir, turbulentamente, uma Casa de Congresso, no preconcebido propósito de intimidar representantes do povo, ali reunidos no desempenho de suas mais nobres atribuições.

Quem assistiu o espetáculo deponente provocado na Câmara Municipal pelos que se dizem empregadores de Cruz das Armas, aparteando ostensivamente os vereadores e quase depredando os móveis da Assembléia, não pode ver nisso uma empolgante demonstração de vitalidade democrática e sim uma flagrante, injustificável e grosseira violação dos princípios liberais de constituem a base do regime.

Contra esse atentado à democracia é que se levantou toda a Câmara Municipal, inclusive o vereador Janson Guedes, que tão acolhedoramente recebera o apelo do Sindicato dos Comerciantes de Gêneros Alimentícios, a

ponto de propor até a Casa uma comissão especial para opinar sobre o mérito do memorial respectivo. Agindo como o fizeram, violentamente, desrespeitosamente, tentando o achincalhe e a desmoralização da Câmara, praticaram os pseudos representantes do comércio varejista uma ação condenável, merecedora de formal repulsa e, como tal, não deveria essa atitude receber o apoio de um órgão que se diz esclarecido, e independente, como o “Estado da Paraíba”.

Infelizmente, porém, o mesmo jornal, talvez por não ter o seu redator presenciado aquelas cenas canibalescas, resolveu apoiar com o seu prestígio os elementos perturbadores da ordem dos nossos trabalhos e que se relevaram francamente policiáveis. E não ficou nisso: o seu editorial alterou medularmente o ocorrido naquela tumultuosa sessão, afirmando que “a Câmara havia reconhecido o seu erro, quando aprovava o projeto da Semana Inglesa”.

Ora, não havia erro de que nos devêssemos penitenciar. O que se nos impunha era a defesa intransigente de uma medida humanitária e justa, que consubstanciava uma nobre aspiração de classe, além do mais já debatida e ratificada pela maioria da Câmara, nas duas discussões regulamentares.

O projeto já não podia, portanto, sofrer na Câmara Municipal nenhuma modificação e isto é que foi comunicado àqueles alucinados cidadãos, que, tão impropria e desastrosamente, se intitularam porta-vozes autorizados da honrada e civilizada classe dos comerciantes retalhistas da cidade, que consta em seu seio tantos elementos equilibrados, inteligentes e progressistas.

O meu aparte, que tanto melindrou o redator do Estado da Paraíba, e no qual corroborava a estranheza do Sr. Damasio Franca pela nota daquele jornal, foi motivado pela inverdade veiculada, na citada reportagem, que, convenhamos, feria mesmo, pelo seu falso conteúdo, as boas normas democráticas, uma vez que espelhava não um fato verídico, mas uma gritante e maliciosa deturpação do ocorrido.

Não foi nem podia ser meu intuito tentar restringir o direito de crítica honesta, que reconheço não só àquele jornal, mas a toda a Imprensa e a todos os cidadãos. Apenas quis apelar, indiretamente, para que a citada folha, mantendo o prestígio que em pouco tempo conseguiu nesta Capital, evitasse servir de propagadora de notícias mentirosas, o que só poderia comprometer a pureza do regime democrático.

Quanto ao que possa eu entender de democracia, acho que o redator do “O Estado” não tem autoridade para uma pergunta desse porte, mas, em todo caso, digo que julgo conhecer o suficiente para conduzir-me com Independência, honestidade e patriotismo, pugnando não só intransigentemente pelos meus direitos, como desempenhando corretamente as minhas obrigações, combatendo com ardor e sem medir sacrifícios pelas justas reivindicações do povo; respeitando as leis do País, defendendo a soberania da minha Pátria e acatando as suas autoridades constituídas; batalhando enfim pelo respeito as quatro liberdades, em holocausto a qual se ofereceu o grande Roosevelt.

E se o Sr. Redator não achar suficiente a explicação e quiser se dar ao incômodo de assistir a uma demonstração prática do que eu entendo por democracia, compareça a Câmara Municipal onde os representantes do povo pessoense, sem distinção partidária, se entregam à tarefa de legislar para o município, com a única preocupação do bem público.

É a isso que eu chamo de democracia.

Talvez a concepção do redator de “O Estado da Paraíba” seja diferente, influenciada e modificada por ideias exóticas, oriundas de regiões

onde, decerto para justificar os monstruosos atentados à liberdade, tanto se fala, e tão impropria e criminosamente, em nome da Democracia.

Mas disso não me cabe a culpa. Quanto à ridícula nota de Domingo, a propósito da troca de nomes, tenho a dizer que nasci nesta Capital, aqui me criei e aqui exerço há dez anos uma profissão liberal e honesta, sendo portanto bastante conhecido.

Assim já não podem fazer certos e levianos indivíduos, “ilustres desconhecidos” que talvez por terem fracassado em outras profissões, vivem iludindo a boa fé de empresas de publicidade, intitulado-se jornalistas.

José Clementino Junior. (Jornal A União, 23 de dez., 1947, p.02)

A nota acima é significativa pois apresenta uma série de elementos que davam a tônica da política local. No texto, o vereador pessebista aparece respondendo a uma suposta nota publicada pelo Jornal *O Estado da Paraíba* sobre o projeto da Semana Inglesa. Clementino Júnior alega que já tinha conhecimento de que o projeto iria causar a reação da classe dos patrões, os comerciantes locais. No entanto, reclama da ação dos representantes do comércio varejista, que estiveram na Câmara para protestar contra o projeto. Consta na ata que foi preciso a interferência dos guardas para conter os ânimos do público presente, a nota escrita por Clementino Júnior traz à tona quem eram esses sujeitos: parte dos empregadores do comércio, que segundo o vereador, eram do bairro de Cruz das Armas. Além da crítica aos empregadores, Clementino Júnior teceu críticas ao jornal *O Estado da Paraíba*, pela nota publicada em apoio aos comerciantes. Para o vereador, a adoção da Semana Inglesa era justa e o jornal havia deturpado o ocorrido na Câmara no dia da sessão em que discutiam o projeto. Para o vereador tal notícia seria, portanto, um atentado à democracia. Ao final da nota, o vereador defende a importância da democracia e da Câmara Municipal como uma representação do regime democrático.

Pelo que pudemos observar, o projeto da Semana Inglesa representou um conflito de interesses entre os empregadores e os trabalhadores locais. Ambos procuraram a Câmara porque enxergavam nela um espaço de discussão e atendimentos de suas demandas. A instituição legislativa funcionou, portanto, como um palco de decisões sobre temas e interesses distintos. No caso da Semana Inglesa, rendeu debates calorosos, chegando até a imprensa local e envolvendo classes distintas.

O exemplo das discussões que circundavam o projeto da Semana Inglesa nos chama a atenção pelo fato de a proposta ter sido apresentada à Câmara através do vereador do PSB, José Clementino, sendo ele o único socialista da Casa. Como não tivemos acesso à identidade de quem enviou o memorando solicitando a adoção da Semana Inglesa, podemos apenas conjecturar que foi uma solicitação de alguma representação dos trabalhadores – pela natureza do pedido, que regulamentava a jornada de trabalho.

Cabe observar também como o projeto movimentou opiniões dentro da Câmara. Sendo adiado por algumas sessões e muito discutido na instituição, ele acabou sendo aprovado quando o vereador Damásio Franca apresentou à Câmara um inquérito que mostrava que a maioria dos chefes de firmas comerciais era favorável à adoção do mesmo. O inquérito representando a decisão dos chefes de firmas comerciais mostra que a instituição também se preocupava com os interesses privados. Talvez os calorosos debates tenham sido travados justamente por que envolviam interesses distintos. Sobre os debates acirrados, nos chama a atenção a referência que a ata faz às pessoas que estavam assistindo as sessões, chamados de “galerias”. A presença da polícia no ambiente, retirando aqueles mais exaltados, nos mostra que a instituição seguia um conjunto de regras e um comportamento padrão, reprimindo aqueles que não se adequassem ao espaço.

A questão da “Semana Inglesa” insere neste conjunto discursivo a lógica organizativa do comércio local, que tinha como elemento do cotidiano dos trabalhadores urbanos, a não consideração da regulação da jornada de trabalho, mas buscavam: “prevalecer sobre os interesses, as aspirações humanas e oportunas de toda a numerosa e sacrificada classe dos comerciários”. Quando argumentaram os supostos prejuízos, o fizeram na tentativa de prevalecer o entendimento para os poderes públicos, de que o setor já vinha de crises subsequentes e precisava se recuperar economicamente. Alegavam que os prejuízos da balança comercial paraibana em detrimento do deslocamento da economia regional para o Sudeste e a queda nos lucros do comércio interno (AMORIM, 1987) acumulavam uma espiral de perdas crescente.

Esses argumentos não se sustentam, pois, a economia paraibana sempre esteve subordinada aos centros comerciais do polo dinâmico nacional e do regional (AMORIM, 1987, p. 176), portanto, as alegações de prejuízo, com a implantação da “Semana Inglesa” não traria grandes mudanças na dinâmica de lucro dos comerciantes. Se considerarmos ainda que na capital paraibana: “o conjunto do movimento comercial [...], ao nível das principais praças internas [...] podem ser percebidas através da organização e estabelecimento de firmas dedicadas à exportação/importação, atacado/varejo ou misto”(AMORIM, 1987, p. 181), as alegações contra a “Semana Inglesa” se diluem, haja vista que o problema do comércio local não estava na regulação da jornada de trabalho, mas na crise dos produtos comercializados pela praça da capital, considerando a predominância de mercadorias como algodão, óleo de algodão, tecidos etc. Mas, por outro lado, as querelas da Câmara de Vereadores da capital paraibana com os comerciantes só colocou em evidência o autoritarismo dos patrões e a exploração dos trabalhadores locais.

Na resposta do vereador José Clementino aos questionamentos, também fica evidenciada a defesa incontestada que a câmara faz em favor da democracia, ao contrário do que pressupõe o redator do jornal “O Estado da Paraíba” quando: “decerto para justificar os monstruosos atentados à liberdade, tanto se fala, tão imprópria e criminosamente, em nome da Democracia”. Esse posicionamento nos permite auferir o quanto a Câmara de vereadores de João Pessoa estava empenhada em defender o seu lugar social dentro da democracia pós Estado Novo, atrelada a uma tentativa de se fazer presente institucionalmente, como necessária à população pessoense e aos trabalhadores. Ainda que essa assertiva esteja repleta de ajustes, de prática clientelista ou discursos populistas, o posicionamento do vereador José Clementino inseriu as ações da Câmara no cotidiano da cidade, com embates e querelas que mais tarde se tornaram cada vez mais presentes.

2.3 Embates Políticos/Relação entre Legislativo e Executivo

Os embates internos dentro do legislativo municipal por conta da representação partidária também davam o tom dos trabalhos na instituição. As discussões em torno de questões partidárias foram constantes, sejam dentro da dinâmica da própria Câmara ou a partir da relação do legislativo com os executivos municipal e estadual.

No que tange aos discursos proferidos no plenário, a partir das informações registradas nas atas durante o período de tempo estudado, percebemos certa dificuldade dos vereadores que não eram da UDN em se pronunciar ou ter atendidos os seus pedidos. Os vereadores do PSD e o único vereador do PSB eram interrompidos em determinados momentos de fala ou não tinham suas ideias acatadas pelos demais, algo que remete à força partidária da UDN dentro da instituição. Havia, portanto, uma relação de poder entre as bancadas partidárias, na qual a bancada do PSD e o vereador do PSB precisavam da oposição para aprovar seus projetos por estar em menor número. Nesse sentido, notamos um amplo jogo de forças, no qual um dependia do outro, uma vez que os vereadores do PSD tinham melhores relações com o prefeito Oswaldo Pessoa (PSD).

Percebemos também a defesa que cada bancada fazia aos seus correligionários, incluindo o próprio prefeito, quando se tratava da bancada do PSD. Durante essa primeira legislatura, as discussões foram frequentes, “com debates quase sempre acirrados e reveladores de um sistema partidário municipal atuante neste período de democratização” (SILVA, 2017, p.99). Em uma das atas registrou-se a seguinte discussão:

A seguir, foram submetidos à discussão os dois pareceres da Comissão de Finanças sobre o projeto de Lei concedendo a pensão de trezentos cruzeiros à viúva e filhos do ex servidor municipal João Ferreira Campelo, um, de autoria do vereador Moacir Soares, opinando a quantia acima e outro, do vereador Janson Guedes reduzindo a pensão para duzentos cruzeiros, em face da situação precária das finanças municipais. (Ata da CMJP, 16 de dezembro de 1948).

Vemos que enquanto o vereador da UDN, Moacir Soares, estava defendendo um valor maior para pensão da viúva, Janson Guedes, do PSD, propõe que o valor pago seja menor, justificando sua proposta na situação financeira da prefeitura. Os vereadores do PSD, partido do prefeito Oswaldo Pessoa, representavam a voz do prefeito na Câmara. Quando a bancada de oposição propunha algo que dependesse dos recursos do executivo local, os vereadores possedistas argumentavam contra, defendendo o executivo com base na “situação precária da Prefeitura”. O mesmo ocorreu na quadragésima sétima sessão extraordinária realizada aos vinte e sete de fevereiro de 1948, quando a principal discussão foi sobre a permanência de uma feira no bairro de Cruz das Armas:

A hora do expediente constou de um memorial dos habitantes de Cruz das Armas, apelando para continuação de uma feirinha que se realiza no bairro há mais de cinquenta anos, beneficiando os operários, extinta há poucos dias por ordem do senhor prefeito da capital. Sobre o requerimento assinado por mais de quatrocentos habitantes daquele arrabalde, usou da palavra o vereador Cabral Batista [...] a favor do memorial. O vereador Graciano Medeiros sugeriu que a Câmara apelasse ao Prefeito, afim do mesmo restabelecer a antiga feirinha. O vereador Gama e Melo explicou as razões porque o Sr. Oswaldo Pessoa mandara extinguir aquela feira, por motivos de higiene e também para salvaguardar os interesses da prefeitura quanto aos impostos. (Ata da CMJP, 27 fev., 1948).

Houve uma discussão a respeito da permanência ou não da feira: enquanto os vereadores da UDN alegavam defender o interesse dos trabalhadores e da população ao pedir a permanência da feira, Gama e Melo, vereador do PSD, justificou a ação do prefeito e se mostrou preocupado com a situação financeira da prefeitura.

Em outro momento, salientando as disputas partidárias dentro da instituição, o vereador Cabral Batista fez um apelo para resolução da situação de funcionários municipais demitidos pelo prefeito Oswaldo Pessoa por motivos políticos. Janson Guedes, do PSD, defendeu novamente o prefeito, alegando que não foi por motivos políticos tal demissão, pois segundo ele, dentre os funcionários demitidos havia vários possedistas. Enquanto os vereadores da UDN acusavam o prefeito, os do PSD tentavam amenizar a situação, demonstrando apoio e tentando justificar as suas atitudes. Abaixo vemos mais um dos casos em que isso aconteceu:

Falou ainda o orador [Cabral Batista] das remoções verificadas na Prefeitura, tendo citado o caso de D. Naylde Sobral, sua própria irmã de criação, que fora removida para a Assistência Pública, onde ameaçaram-na dos mais baixos serviços. Declarou, a seguir, o vereador udenista não esperar fizesse o Sr. Oswaldo Pessoa uma política tão rasteira na Prefeitura, onde certas pessoas ouvem conversas atrás das portas para fazer mexericos poucos sensatos contra os correligionários da UDN. (Ata da CMJP, 23 fev., 1948. Adendo nosso).

Na fala acima, proferida pelo vereador udenista Cabral Batista, que novamente acusava o prefeito Oswaldo Pessoa de adotar uma política de perseguição contra os servidores municipais e os correligionários da UDN, vemos o caráter partidário que as discussões tomavam. Nesse caso, Cabral Batista se referia a um familiar, dando ênfase à citada perseguição política por parte do prefeito. Logo após a sua fala, o vereador pessedista Janson Guedes rebateu tais acusações, defendendo o Prefeito alegando “ser intenção do Sr. Oswaldo Pessoa reabilitar as finanças do município, embora tenha que fazer novas demissões” (Ata da CMJP, 23 fev., 1948). A discussão entre os dois vereadores aqueceu os debates no plenário e causou tumulto na sessão. Enquanto os vereadores da UDN acusavam o Prefeito de tomar decisões arbitrárias que prejudicaram as famílias dos modestos servidores, Janson Guedes defendia as atitudes do Prefeito.

Dados os entraves partidários entre as instituições, os vereadores da bancada udenista questionavam em vários momentos as ações da prefeitura. O prefeito Oswaldo Pessoa (PSD), inclusive, foi acusado pela oposição de “espalhar na prefeitura um regime de terror e violência” (CMJP, 12 jan., 1948). Diante dessas discussões, notamos que os vereadores pareciam preocupados em defender seus correligionários, muitas vezes tomando decisões que beneficiassem seus colegas de partido e não em função do bem comum ou de uma ideologia partidária.

Uma das discussões calorosas no plenário, travada em torno das disputas partidárias locais, ficou registrada na ata da vigésima segunda sessão extraordinária, ocorrida em 21 de janeiro de 1948, o vereador udenista Damásio Franca,

em longo e incisivo discurso, combateu as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, onde se aplica diferentemente e de modo oposto a Lei em casos iguais, numa distribuição de uma justiça calcada em interesse subalterno e caudatária da politiquice dos chefes da copa e da cozinha do Catete. Afirmou ainda o representante udenista que o esbulho do Deputado Luís de Oliveira Lima, candidato udenista à Prefeitura da Capital, decorreu da pusilanimidade de alguns juizes do Tribunal Superior Eleitoral, que espoliou um direito líquido e certo do povo de João Pessoa. Concluiu as suas palavras, requerendo

uma moção de protesto ao Tribunal Superior Eleitoral como desagravo da Câmara Municipal (CMJP, 21 de janeiro de 1948).

O discurso de Damásio Franca referia-se à decisão do TSE em impugnar a votação das urnas de Cabedelo – principal reduto político de Oliveira Lima, candidato ao cargo de prefeito na eleição de 1947 em oposição a Oswaldo Pessoa. Essa manobra política foi arquitetada pelo vereador pessedista Janson Guedes e resultou na vitória de Oswaldo Pessoa (PSD) por uma estreita margem de votos. Janson Guedes foi, inclusive, o primeiro vereador a se manifestar após o discurso de Damásio Franca, defendendo o TSE e desaprovando a proposta de moção de protesto. Com a palavra, Orlando Moura, declarou que “o Tribunal Superior Eleitoral era uma dependência do Partido Social Democrático dado sua escandalosa preferência pelos pupilos do Catete, variando levianamente suas decisões, de acordo com os conchavos e ordens dos chefêtes políticos” (CMJP, 21 de janeiro de 1948). Disse ainda que “a indignação do eleitorado era tamanha que ouviu dizer de um popular enérgica declaração de que não votaria mais, pois de nada adianta votar num país onde não valia a vontade do povo, mas só a arbitrariedade dos poderosos.” (CMJP, 21/01/1948, fl. 137). Logo após, o vereador Mario da Gama e Melo, afirmou que defendia o TSE, por ser a favor do direito. Gama e Melo era do PSD e fez essa defesa ao TSE para apoiar seus correligionários. A discussão continuou na Casa, com os vereadores udenistas criticando o TSE, chamando-o inclusive de tribunal “indecente e criminoso” e alegando que a soberania popular era um mito no Brasil, já que o TSE não respeitava a escolha da maioria dos eleitores.

Essa discussão a respeito da decisão do TSE em anular a votação de algumas urnas nos mostra que os vereadores das distintas bancadas se preocupavam com as questões partidárias. Enquanto os vereadores da UDN faziam questão de protestar contra a arbitrariedade na decisão do TSE, os pessedistas, privilegiados com a impugnação das urnas, legitimavam o poder de decisão do órgão. A crítica ao modo como funcionavam as instituições democráticas, feita pelos vereadores da UDN, aponta para uma fragilidade no regime recém-instaurado. Era de fato um regime novo, balizado pela nova Constituição, no entanto, obstaculizado pelas alianças políticas locais, que utilizavam de artimanhas distintas para garantir o acesso e permanência no poder.

Ainda sobre a relação do legislativo com o executivo municipal, percebemos que os vereadores questionavam o prefeito em vários momentos, pedindo-lhe satisfação sobre a situação financeira do município, sobre os orçamentos, pagamentos, entre outros. A prefeitura apresentava constantemente relatórios sobre os aspectos financeiros da capital, bem como a justificativa de suas ações. Notamos que ambas as instituições – o legislativo e executivo local

– dependiam uma da outra e que na maioria das vezes a Câmara fiscalizava as ações do prefeito, condenando-as quando não estavam de acordo com determinada medida.

Com base no material analisado, pudemos perceber algumas questões sobre a dinâmica da política local, que iam desde a discussão de assuntos de interesses gerais e o funcionamento da instituição à disputa política partidária pelo lugar de fala e por interesses das bancadas distintas. Em um contexto de redemocratização, a Câmara Municipal atuou, portanto, como palco das decisões políticas locais.

Se compararmos esse momento (1947-1951) aos regimes anteriores, esse período foi mais democrático no sentido de permitir à população o acesso, ainda que limitado, à vida política, seja por meio do voto ou através da solicitação de demandas públicas, como é o caso dos vários memorandos de moradores dos bairros da capital solicitando melhorias e benefícios para as suas comunidades.

As discussões dos agentes políticos analisados, travadas no interior da instituição, nos mostram que em determinados momentos os debates foram acalorados por conta de questões partidárias. Percebemos também certa preocupação dos políticos em atender algumas demandas sociais, talvez pela pressão da população ou mesmo para fortalecer os seus redutos eleitorais, visando futuras reeleições.

Notamos que a questão partidária determinava as ações dos sujeitos analisados, fazendo com que a atuação dos vereadores fosse baseada na defesa dos seus correligionários e nas pautas que estes se propunham a defender. Além disso, percebemos na fala dos vereadores uma ação paternalista, de assistencialismo à população, quando estes muitas vezes se colocavam como “os defensores dos direitos dos mais pobres”.

Foi através dessas práticas que o espaço de atuação das classes populares aumentou significativamente. Existia uma relação de poder desigual entre os políticos e a população em geral, mas os políticos entendiam que essa estrutura poderia ser ameaçada. Nesse sentido, como vemos nas atas, alguns vereadores aparecem defendendo questões sociais reivindicadas pela população. Notamos a presença de alguns setores da sociedade reivindicando melhorias nos seus bairros, empregos, entre outros. No próximo capítulo, pretendemos entender as práticas políticas a partir da atuação específica de alguns vereadores, destacando aqueles que mais se encaixaram na política de defesa dos direitos dos trabalhadores.

CAPÍTULO 3 – “O POVO TEM PROCURADO ESTA CÂMARA JUSTAMENTE PORQUE AQUI EXISTEM OS SEUS REPRESENTANTES CAPAZES DE DEFENDÊ-LOS”: PAUTAS DOS TRABALHADORES E REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA NA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA

Um dos avanços significativos da experiência democrática (1945-1964) no Brasil foi o aumento do engajamento e da participação popular no processo político. Sujeitos que antes estavam alijados do jogo político oficial, emergiram no contexto da democratização com direito a voz e voto. Para Lucília de Almeida Neves, o período inaugurado em 1945:

Foi um tempo em que parte importante da população constituiu-se como ator de um processo, que, apesar de contraditório, pois marcado por resquícios do autoritarismo paternalista intrínseco ao “populismo”, proporcionou, simultaneamente, a expansão de manifestações participativas, qualitativamente novas, posto que definidas por um forte potencial de autonomia em relação ao Estado. (NEVES, 2010, p. 174).

O momento foi marcado por mudanças na estrutura da política brasileira. Essas mudanças significaram uma readaptação na forma de exercício da dominação política. Práticas políticas autoritárias que apelavam para a coerção, violência e fraude eleitoral, características da política coronelística da Primeira República, se tornaram inviáveis nesse novo cenário. Isso porque, como já dissemos, estava em pauta o discurso em defesa da democracia e das liberdades, além disso, o sistema eleitoral passara por um processo de modernização, o que dificultava as fraudes eleitorais.

Nesse contexto, emergiu a chamada política populista como instrumento das novas relações entre os agentes políticos e o seu eleitorado. Diante disso, “os métodos tradicionais de controle do eleitorado baseados na violência e opressão passam a ser substituídos pela cooptação do eleitor e conquista dos votos” (CITTADINO, 1998, p.17). No âmbito das relações políticas entre os agentes políticos e o eleitorado, apesar dos citados resquícios autoritários, destacamos a ação dos trabalhadores brasileiros que emergiram como figuras cada vez mais mobilizadas politicamente.

Com base na discussão conceitual de GOMES (1994) e FERREIRA (2001), que evidenciam a importância e a autonomia na ação dos trabalhadores nesse novo cenário nacional, acreditamos que a adoção da política dita populista favoreceu a participação e o engajamento dos trabalhadores, a partir de sua organização política, sendo ela institucional ou não.

Apesar de todas as limitações, o espaço institucional no pós-1945 permitiu, em geral, a expressão da diversidade de correntes políticas e, em particular, a

atuação de lideranças representantes dos trabalhadores. A grande prova desse fato foi a eleição de Vargas de 1950, pelo voto popular, mostrando que setores populares tornaram-se eleitores de peso – situação bastante diversa dos “currais eleitorais” da Primeira República. De 1946 a 1964, a sociedade brasileira viveu uma experiência liberal-democrática e o ponto de partida foi o *queremismo* com os trabalhadores atuando no cenário político da transição democrática. (MACEDO, 2013, p.163).

Embora as elites políticas tivessem domínio sobre a política nacional, esse domínio não estava mais tão seguro como em outros momentos da história do país. A mobilização dos trabalhadores significava certa ameaça aos dirigentes da política nacional. Era preciso, portanto, ouvir suas reivindicações e fazer as devidas concessões. No cenário da transição democrática, portanto, a luta em prol da defesa dos direitos dos trabalhadores ganhou destaque e mudou os rumos do processo político de então. O *queremismo* foi o ponto de partida dessa luta, que teve início na defesa da permanência de Getúlio Vargas no poder e representou “valores e crenças identificados na cultura política popular construída a partir dos ideais do trabalhismo” (MACEDO, 2013, p. 163). Para Macedo:

Se a partir dos anos de 1930 os trabalhadores aprenderam o que eram direitos sociais, no decorrer do ano de 1945 eles tiveram que aprender a lidar, muito rapidamente, com os direitos políticos para defender as leis trabalhistas. Frente à irreversibilidade do processo democrático, **o discurso queremista transformou-se qualitativamente ao reconhecer a importância da cidadania política.** [...] O *queremismo* chamou às ruas trabalhadores e populares, que, aos poucos, foram se reconhecendo como indivíduos políticos e como eleitores. Nesse sentido, o movimento foi também um instrumento de pedagogia política, ensinando setores populares a lidar com os direitos políticos. Na demanda pela Constituinte, [*os trabalhadores*] perceberam a importância da atuação política para defender a cidadania social. (MACEDO, 2013, p.162. Adendo nosso).

O trecho acima ratifica a importância da luta dos trabalhadores no processo político inaugurado em 1945. Entendendo a necessidade da ação coletiva, os trabalhadores foram protagonistas na política desenhada a partir de 1945. Tudo o que fora conquistado nos anos 1930, precisava agora ser defendido e colocado em prática. Para isso, os trabalhadores perceberam a importância de sua participação na política institucional.

O período da redemocratização (1945-1947) se abria para os trabalhadores com esperança de justiça e liberdade. Esperança de justiça não era o mesmo que esperar justiça. A volta à democracia implicava invenção de direitos, que por sua vez implicava exigência de seu cumprimento, que dependia da organização e participação dos trabalhadores. (FERREIRA; DELGADO, 2011, p. 51)

Para analisarmos a relação entre trabalhadores, Estado e política a partir da democratização de 1945, é preciso considerar antes de tudo o discurso forjado durante todo o primeiro governo Vargas (1930-1945). Esse discurso, que representa uma cultura política construída com base no trabalhismo, ecoou após a deposição de Vargas e propunha a convivência harmônica entre os trabalhadores e os patrões mediada por um Estado regulador e protetor.

Após 1930, a investida no modelo econômico que privilegiava o setor industrial mudou o perfil do trabalhador brasileiro, que paulatinamente migrava para as cidades e assumia os novos postos de trabalho disponíveis no incipiente setor industrial. Nesse contexto, ao entender a importância política da classe trabalhadora, entre os anos de 1930 e 1945 Getúlio Vargas buscou consolidar uma política social embasada pelos seguintes elementos:

a) legislação previdenciária, que generalizou as primeiras experiências dos anos de 1920 com as caixas de aposentadorias e pensões, mais tarde chamadas de institutos, que, com contribuições do Estado, dos patrões e dos trabalhadores, iriam garantir um mínimo em termos de seguridade social – aposentadorias, pensões, indenizações e assistência médica; b) as leis trabalhistas propriamente ditas, que regulavam jornadas e condições de trabalho, férias, descansos semanais remunerados, pisos salariais etc; c) a legislação sindical, que instituiu o modelo do sindicato único por categoria e região (monopólio da representação), a estrutura vertical por categorias (sindicatos locais, federações regionais e confederações de abrangência nacional), e a tutela do Ministério do Trabalho sobre as entidades sindicais, com poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções; d) as leis que instituíam a Justiça do Trabalho, encarregada de arbitrar os conflitos de natureza trabalhista. (MATOS, 2009, p. 62)

Da estrutura citada acima, destacamos os chamados sindicatos oficiais, criados a partir do Decreto nº 19.770, de 1931, sob a influência do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). Segundo o Decreto que regulamentava a sindicalização, os sindicatos oficiais:

Art. 1º Terão os seus direitos e deveres regulados pelo presente decreto, podendo defender, perante o Governo da Republica e por intermedio do Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio, os seus interesses de ordem economica, juridica, higienica e cultural, todas as classes patronaes e operarias, que, no território nacional, exercerem profissões idênticas, similares ou connexas, e que se organizarem em sindicatos, independentes entre si, mas subordinada a sua constituição ás seguintes condições: a) reunião de, pelo menos, 30 associados de ambos os sexos, maiores de 18 annos; b) maioria, na totalidade dos associados, de dois terços, no minimo, de brasileiros natos ou naturalizados; c) exercício dos cargos de administração e de representação, confiado á maioria de brasileiros natos ou naturalizados com

10 annos, no mínimo, de residencia no paiz, só podendo ser admittidos estrangeiros em numero nunca superior a um terço e com residencia effectiva no Brasil de, pelo menos, 20 annos; d) mandato annual em taes cargos, sem direito a reeleição; e) gratuidade absoluta dos serviços de administração, não podendo os directores, como os representantes dos syndicatos, das federações e das confederações, accumular os seus cargos com os que forem remunerados por qualquer associação de classe; f) abstenção, no seio das organizações syndicaes, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectarias, de caracter social, politico ou religioso, bem como de candidaturas a cargos electivos, extranhos á natureza e finalidade das associações. (Decreto 19.770 de 1931).

Para o governo, esses sindicatos deveriam servir de interlocutores nas relações entre os trabalhadores e o governo. Essa foi a estratégia encontrada para submeter os trabalhadores às suas diretrizes e reconhecê-los somente se estes estivessem sob sua tutela. Como vimos no trecho do decreto acima, o governo ainda proibia qualquer relação dos sindicatos com os partidos políticos.

Tal estrutura sindical não agradou aos trabalhadores, que reivindicaram a autonomia sindical. No entanto, buscando a adesão dos trabalhadores aos sindicatos oficiais, o governo atrelou estas adesões ao acesso aos direitos trabalhistas. Para que um trabalhador pudesse usufruir dos benefícios da lei, o governo exigia que ele fosse registrado no sindicato oficial de sua categoria. Tal exigência fez com que muitos trabalhadores cedessem à exigência governamental e se registrassem nos sindicatos oficiais, muito embora as lideranças sindicais mais combativas tenham mostrado resistência e se manifestado em favor da liberdade em gerir seus sindicatos⁶³.

A disputa em torno da estrutura sindical que envolvia os trabalhadores e o governo entre os anos de 1930 e 1945 foi marcada por fases distintas, conforme aponta Marcelo Badaró Matos (2009). De um lado, o governo exigia a participação nos sindicatos oficiais para conceder as benesses da legislação trabalhista; do outro, os trabalhadores se mobilizavam para resistir às exigências governamentais e lutar em busca da sindicalização autônoma. Durante o período entre 1930 e 1945 registrou-se a intercalação entre as mobilizações sindicais e as greves, e a repressão e desmobilização dos trabalhadores através dos mecanismos do Estado. Entre conflitos e tensões, ao final da ditadura do Estado Novo, Vargas buscou endossar o discurso político trabalhista, que ecoou nos anos seguintes e incentivou lutas operárias de maiores dimensões.

⁶³ Segundo Matos (2009), os sindicatos influenciados pelos comunistas, trotskistas ou anarquistas resistiram à oficialização imposta pelo MTIC. Para mais informações sobre a resistência dos trabalhadores através de sindicatos e associações autônomas, ver MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Para se aproximar dos trabalhadores urbanos e lançá-los no cenário político nacional, o trabalhismo era a sua maior invenção [de Vargas]. Essa estratégia teve início a partir de 1942, quando o ministro do Trabalho Marcondes Filho empenhou-se em fortalecer o sindicalismo corporativista por meio de orientações transmitidas à classe operária em programas radiofônicos – esforço provocado pelos baixos índices de sindicalização. Assim, era necessário apelar à agremiação em massa, trazer os trabalhadores para dentro dos sindicatos, incentivá-los a conhecer seus direitos e a criar grêmios representativos, com líderes capazes de reconhecer e divulgar as qualidades do corporativismo sindical. Só assim os trabalhadores se transformariam em cidadãos, tornando trabalhismo e getulismo faces da mesma moeda. (GOMES, 1988 citada por FERREIRA 2011, p. 53)

Com a democratização de 1945, alguns mecanismos e instituições do Estado Novo permaneceram de pé após a queda de Vargas. Um deles foi a estrutura sindical, que se manteve intacta pela Constituição de 1946. Após o fim da ditadura do Estado Novo, procurou-se manter a estrutura de controle dos sindicatos, mas, apesar dos obstáculos impostos pelo governo, os trabalhadores apareceram cada vez mais organizados politicamente. “No período compreendido entre 1945 e o golpe de 1964, vivenciaram-se diversas fases da mobilização sindical crescente. [...] Nessas fases, os limites legais ao direito de greve foram rompidos pela força dos trabalhadores organizados” (MATOS, 2009, p.77).

No cenário nacional, o momento inaugurado em 1945 foi repleto de tensões entre os trabalhadores organizados e o governo. Segundo Matos (2009), a partir da queda do Estado Novo, houve uma retomada das atividades sindicais, com um número significativo de novos sindicatos e de novas filiações. “Ainda nessa conjuntura, e aproveitando os ventos democratizantes, as lideranças comunistas buscaram aliados fora das fileiras do PCB para criar uma organização intersindical à revelia da legislação. Assim, em abril de 1945, nascia o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT)⁶⁴” (MATOS, 2009, p. 79). Nesse cenário, o MUT foi importante, pois lutava pela liberdade sindical, estimulando a sindicalização dos trabalhadores e apoiando as suas reivindicações. Além disso, tinha o objetivo de criar organismos intersindicais regionais e comissões de trabalhadores nos locais de trabalho. O momento, portanto, foi marcado pela organização dos trabalhadores em torno dos sindicatos em contraposição à tentativa do governo de controlá-los⁶⁵.

⁶⁴ Além do MUT, foram criadas diversas outras organizações e realizadas mobilizações dos trabalhadores que contestavam os limites da estrutura sindical oficial e lutavam pela autonomia dos sindicatos. Ver MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

⁶⁵ Na tentativa de controlar a ação dos trabalhadores e sindicatos mais combativos, o Estado brasileiro manteve a atuação da política do Estado Novo, que mantinha a vigilância constante sobre as organizações e os militantes sindicais.

Semelhante ao período anterior, os anos da experiência democrática foram marcados por uma série de momentos distintos envolvendo Estado e trabalhadores. Nessa conjuntura, elementos como a expansão da atividade sindical, os partidos políticos, as greves e a alternância entre adequação e confronto com os sindicatos oficiais foram significativos. Nos anos de 1945 e 1946, observou-se a retomada da movimentação política em torno da defesa da democracia pela mobilização sindical⁶⁶ e também pela criação dos movimentos dos trabalhadores. Já entre 1947 e 1950, no governo Gaspar Dutra, observou-se uma repressão aberta contra os movimentos sindicais, dada a repressão aos “comunistas” amplamente desenvolvida pelo governo. Em 1951, com a volta de Vargas ao poder, observou-se a retomada das mobilizações dos trabalhadores. Entre conflitos e tensões, os trabalhadores ganharam cada vez mais espaço na arena política e, apesar da repressão em alguns momentos, obtiveram avanços significativos no que tange aos seus direitos.

Então, ainda de acordo com os autores, percebe-se que o movimento sindical do período 1945 até o golpe civil-militar de 1964, apesar da vinculação com a maioria dos governos do período – a exceção foi o do General Dutra – não foi simplesmente manipulado por líderes ‘populistas’, sem inserção nas bases cupulistas, enfim, ‘pelegos’, mas ao contrário, “ao fazerem suas escolhas segundo sua experiência de classe, demonstraram sua independência, atuando como classe distante dos patrões e ciente de sua identidade e desejo. (NUNES, 2015, p.188).

Observando o cenário nacional e toda estrutura trabalhista desenhada nesse momento, voltamos nossa análise para a capital paraibana, onde percebemos que os trabalhadores locais também davam as caras nesse novo cenário. Com o novo regime democrático, e influenciada por uma cultura política trabalhista forjada desde a década de 1930, a população pessoense enxergou a Câmara Municipal como um canal para pautar as suas reivindicações. Ao longo da análise das atas da Câmara Municipal de João Pessoa, percebemos que alguns vereadores levavam para o plenário questões que diziam respeito aos direitos dos trabalhadores, atuando na defesa destes e debatendo melhorias para a classe trabalhadora.

De acordo com o que observamos, tornou-se evidente a atuação parlamentar do vereador João Cabral Batista (UDN), que atuando nesse cenário, defendeu com frequência os direitos dos trabalhadores. Cabral Batista, conhecido como o “comunista da UDN”, foi o vereador mais

⁶⁶ Segundo o índice de sindicalização (MATOS, 2009), até 1945 foram criados 873 sindicatos. Em 1946, foram mais 66 novos sindicatos. Em 1945, eram 474.943 trabalhadores filiados aos sindicatos e em 1946, esse número passou para 797.691.

votado no pleito de outubro de 1947, eleito pela UDN com 974 votos⁶⁷. Foi fundador e presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de João Pessoa e iniciou a sua vida política nas eleições municipais de 1947. Atuou na política por 38 anos. Foi presidente da Câmara por oito vezes e, enquanto esteve na presidência, foi empossado prefeito provisório da capital paraibana, em julho de 1974. Foi também vice-prefeito de João Pessoa na década de 80, Secretário de Turismo e presidente do Instituto de Previdência do município. Militante do Partido Comunista no início de sua vida política, o vereador participou ativamente de comícios, organizações políticas e greves em defesa dos trabalhadores. Além disso, participou dos quadros do *Jornal do Povo*, importante meio de comunicação proletário na cidade de João Pessoa-PB. Em uma das suas campanhas, o *slogan* político do vereador era “*Trabalhador, vota em ti mesmo votando em João Cabral Batista*”.⁶⁸

Dada sua origem política, em sua trajetória como vereador, sobretudo considerando o período em análise neste estudo, as pautas defendidas por Cabral Batista eram sempre relacionadas aos trabalhadores. Diversas vezes ele apareceu defendendo os direitos dos trabalhadores ou propondo algum projeto em benefício destes. Nesse sentido, buscamos neste capítulo analisar a atuação dos vereadores da Câmara Municipal de João Pessoa, sobretudo do vereador João Cabral Batista, na defesa das questões trabalhistas e a participação política desses sujeitos no cenário político local. Pretendemos, com isso, entender a relação dos vereadores com os trabalhadores paraibanos e o exercício da democracia a partir da participação política destes trabalhadores. A análise empreendida tem por base as atas da Câmara Municipal de João Pessoa, alguns jornais impressos e a legislação trabalhista vigente à época.

3.1 “A Câmara Municipal é a casa dos trabalhadores”⁶⁹

⁶⁷ O vereador era um militante ativo do PCB, mas, dada a cassação do partido em maio de 1947 e a constante perseguição que o governo Dutra fazia aos comunistas, Cabral Batista precisou se candidatar pela UDN. Embora impedido de se candidatar pelo seu partido, o vereador se afirmava enquanto comunista corriqueiramente nos debates travados na Câmara Municipal. Além disso, sua atuação nessa primeira legislatura esteve sempre alinhada ideologicamente com os comunistas.

⁶⁸ É importante ressaltar que essa postura do vereador aliada aos trabalhadores e ao Partido Comunista não fez parte de toda sua trajetória política. Embora participando ativamente das mobilizações populares, chegando até a ser fichado e preso algumas vezes, em 1955 o vereador foi expulso das fileiras do PCB. Em notícia veiculada em um dos únicos exemplares disponíveis do *Jornal do Povo*, Cabral Batista foi expulso do partido por questões de cunho pessoal, ao cometer “sérios erros e vícios inadmissíveis nas fileiras de um partido revolucionário” ao “seduzir” a filha de um dos integrantes do partido. Ao sair do PCB, o vereador integrou o PTB e anos mais tarde, adotou uma postura mais conservadora, ao fazer parte da Aliança Renovadora Nacional – ARENA, partido que deu sustentação política a Ditadura Civil-Militar de 1964.

⁶⁹ Fala proferida pelo vereador Henrique Bernardo Cordeiro na sessão realizada no dia 20 de dezembro de 1948.

Desde a sua abertura em novembro de 1947, a Câmara Municipal de João Pessoa se constituiu como uma instituição atuante no cenário político local. Os vereadores se reuniam cotidianamente para deliberar sobre os mais variados assuntos. Questões sobre saúde pública, instrução, limpeza e mobilidade urbana sempre estiveram entre os pontos a ser discutidos pelos vereadores presentes. Era raro, inclusive, que os vereadores faltassem às sessões, fato que contribuiu para a consolidação da instituição perante a comunidade. Os diálogos travados na arena da Casa legislativa, na maioria das vezes eram sobre questões práticas de ordem pública, que influenciavam no dia a dia da população pessoense. Como a questão dos trabalhadores estava em pauta no cenário nacional, dada a influência do trabalhismo varguista e a crescente mobilização política dos trabalhadores, a Câmara Municipal de João Pessoa não deixou de discuti-la.

Nossa análise nos permite dizer que a Câmara Municipal de João Pessoa se constituiu como um amplo espaço de debates, onde as atividades legislativas ocorriam próximas das demandas da população, haja vista a frequência com que a comunidade pessoense se fazia presente nas sessões. Essa configuração, imersa na conjuntura política de volta do processo democrático com o fim do Estado Novo (1937-1945), movimentou o cenário político local e, de certa forma, estabeleceu uma cultura de movimentação política interessante na cidade, quando da relação estabelecida da Câmara com a população.

Ao analisar qualitativamente as atas das sessões da Câmara Municipal, notamos que era comum que os trabalhadores locais procurassem a instituição para que esta lhes servisse como um árbitro nas querelas entre patrões e empregados. Ao longo da nossa pesquisa, percebendo a frequência com que os trabalhadores viraram pauta em plenário, foi imprescindível analisar a relação entre a Casa legislativa e os trabalhadores locais. Trouxemos, portanto, trechos dos debates travados na Câmara para ilustrar a dinâmica da política local e com isso refletirmos sobre a participação e a mobilização dos trabalhadores da capital paraibana.

No dia 23 de fevereiro de 1948, ocorreram as seguintes discussões iniciadas pelos vereadores udenistas Cabral Batista e Damásio Franca⁷⁰, com foco nas reivindicações dos trabalhadores locais:

⁷⁰ Damásio Franca foi eleito vereador em 1947 pela UDN. Nascido em João Pessoa, iniciou sua vida política como líder estudantil do Lyceu Paraibano e profissionalmente atuou como tabelião. Além disso, foi presidente da Casa do Estudante da Paraíba e participou da diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE). Como vereador, chegou a ser presidente da Câmara, além de ser eleito vice-prefeito e por três vezes prefeito de João Pessoa. Segundo memorial da Câmara Municipal de João Pessoa, gozava de grande apoio popular e era um democrata, antifascista ferrenho, atuando ao lado das esquerdas na Câmara. Como udenista, pertencia à ala de Argemiro Figueiredo e João Agripino.

[O vereador] protestou veementemente contra a falta de pagamento de aviso prévio de operários demitidos, o que constituía um atentado às leis da República e as próprias leis humanas. Falou ainda o orador das remoções verificadas na prefeitura, tendo citado o caso de D. Naylde Sobral, sua própria irmã de criação, que fora removida para a assistência pública, onde ameaçaram-na dos mais baixos serviços. [...] O vereador Cabral Batista apresentou um requerimento apelando ao Sr. Governador no sentido de restabelecer as refeições fornecidas pelo Estado aos guardas da Cadeia, em vista do novo diretor haver cortado as mesmas. O vereador José Betâmio votou a favor do requerimento, defendendo sua oportunidade, afirmando que tinha sido médico da cadeia e que ali conhecera de perto a miséria em que vivem os modestos guardas. [...] O vereador Damásio Franca, com a palavra, fez um apelo ao Sr. Governador do Estado para renovação dos contratos de centenas de moças, que lecionavam no curso noturno e que estavam ameaçadas de corte por serem adversárias da situação. (Ata da CMJP, 23 de fevereiro de 1948. Adendo nosso).

Na citação acima, percebemos que ao debater questões práticas da vida dos trabalhadores, os legisladores acreditavam exercer o seu papel enquanto representantes da população. Nos primeiros trechos, observamos que as condições de trabalho eram questionadas e o plenário discutia a necessidade de melhorias. Além disso, no apelo feito pelo vereador Damásio Franca, há uma denúncia de que o Governo do Estado estava perseguindo adversários políticos ao demitir as professoras. A denúncia do vereador é significativa, pois coloca a Câmara ao lado das trabalhadoras em detrimento do governo estadual.

O ambiente legislativo da CMJP interpelou um conjunto bem específico de problemas sociais. As demandas se faziam presentes como pautas recorrentes e, ao mesmo tempo, com uma intenção sutil de se construir como atuante para que a percepção fosse favorável e de acordo com o que a população estava a reivindicar. Ademais, o tom dos debates soa muito mais como questionador do que como propositor de soluções; a casa do povo trouxe, nos momentos iniciais da volta da constitucionalidade das instituições políticas, o estabelecimento de quadros de problemas enfrentados pela população e pelos trabalhadores.

No dia 17 de outubro de 1949, o vereador Cabral Batista fez o seguinte protesto:

O segundo orador, representante Cabral Batista, relembra casos focalizados em sessões anteriores, quando teve a oportunidade de protestar com veemência contra a atuação do Dr. Manoel Tavares Cavalcanti, no campo experimental de Espírito Santo, e sua sistemática mania de espoliar e matar de fome os trabalhadores rurais daquele campo. Afirma que nas galerias se encontravam vinte trabalhadores que vieram solicitar a interferência desta Câmara junto ao Sr. Governador do Estado a esse respeito a fim de que cessem essas perseguições desumanas e impatrióticas e assim requer a designação de uma comissão desta Casa para se entender com o Sr. Governador do Estado a esse respeito. (Ata da CMJP, 17 de outubro de 1949).

A fala de Cabral Batista em defesa dos trabalhadores do campo e contra o proprietário de terras Manoel Tavares Cavalcanti ilustra a tentativa do vereador em representar na Câmara os trabalhadores rurais. Ao levar para o debate a querela dos trabalhadores do campo experimental de Espírito Santo e cobrar alguma providência do governador do estado, o vereador colocava estes sujeitos na arena política. Cabral Batista citou, inclusive, que os referidos trabalhadores estavam acompanhando a sessão no plenário, aguardando alguma interferência da Câmara no caso. A ida dos trabalhadores à instituição legislativa simboliza o grau de confiança que estes depositavam na Casa e o entendimento de que aquele espaço político tinha esta finalidade. Ao procurar a Câmara Municipal, os trabalhadores acreditavam que somariam mais forças na tentativa de conquistar os seus direitos.

No caso dos trabalhadores rurais do campo experimental do Espírito Santo, não foi só Cabral Batista que manifestou apoio aos trabalhadores. No referido dia, houve uma discussão na Casa em torno dessa questão. “Continuando, o vereador Henrique Cordeiro estuda a sua parte em assuntos proletários, citando não ser comunista, mas preferir os trabalhadores aos poderosos” (Livro de Atas da CMJP, 17 outubro de 1949). O que nos chama atenção na fala do vereador Henrique Cordeiro é a ressalva de que “não sou comunista”, ou seja, a defesa dos trabalhadores, empiricamente, estava associada a ideia de ser comunista e embora a Câmara de Vereadores da capital paraibana se posicionasse, neste caso, ao lado dos trabalhadores, procuravam se distanciar da ideia de que não tinham afinidades com o ideário comunista. Algo recorrente nos discursos dos políticos desse período: a defesa dos trabalhadores deveria ser pautada longe de qualquer percepção de aproximação com o comunismo, pois a cultura política brasileira havia construído um padrão de aproximação comunista com os defensores dos trabalhadores, que deveria ser combatido a todo custo.

No dia seguinte, Cabral Batista afirmou ter levado os trabalhadores envolvidos na questão aos Jornais “*A União*” e “*A Imprensa*”, para que estes tornassem público as suas reivindicações, “e [segundo ele] com surpresa geral nenhum deles publicou qualquer nota a respeito. Verberou essa conduta, principalmente de “*A União*”, jornal feito com o dinheiro do povo, censurando ainda o procedimento da “*A Imprensa*” que esta casa tantas vezes tem elogiado.” (Livro de Atas da CMJP, 18 de out., 1949. Adendo nosso). Aliás, ao longo da nossa pesquisa, nos deparamos com a dificuldade em encontrar, nos jornais locais disponíveis para consulta, vestígios das discussões travadas em plenário que envolviam os trabalhadores.

Ainda sobre a questão dos trabalhadores rurais, observamos as seguintes discussões em dias alternados:

O vereador José Alves com a palavra, disse que os proprietários da zona do Abiá, criaram um dízimo, cobrando, dez cruzeiros por cada animal que o morador criar, pelo que requeria que fosse feito um apelo ao Sr. Governador afim de mandar proibir tal atitude, como também exigir o proprietário que o trabalhador, trabalhe cinco dias na semana, ficando apenas com um disponível (Livro de Atas da CMJP, 27 de março de 1951).

[Cabral Batista] foi à tribuna denunciando dos proprietários, que expulsam de suas terras pobres homens, soltam gados dentro das lavouras e se recusam a indenizar o que é devido. **Disse que os pobres miseráveis, procuram as autoridades competentes e estas se recusam a recebe-los.** Protestou energicamente contra o proprietário Alfredo Ferreira que tendo suas rezes estragado as lavouras de um velho que estava na sala e se negava a indenizar. Requereu que fosse enviado ao Sr. Governador um apelo, no sentido que seja amparado o camponês Francisco Pedro Nunes, cuja lavoura foi destruída pelo gado do proprietário Alfredo Ferreira. (Livro de Atas da CMJP, 10 de abril de 1951. Grifos e adendo nosso).

Ocupou a tribuna o vereador Cabral Batista que mais uma vez lançou o seu enérgico protesto contra o abuso dos senhores proprietários de terras, que expulsam os pobres camponeses, sem indenizar suas lavouras. Relembrou um fato ocorrido, e que mereceu atenção desta Casa, de um pobre homem do campo que se apresentou nas galerias, solicitando medidas contra o seu patrão que sem nenhum motivo o expulsou de duas terras, sem ao menos indenizar as suas lavouras, acrescentando ainda que já havia recorrido as autoridades policiais e que nenhuma medida a seu favor havia sido tomada e que estava a morrer de fome e desempregado. **Foram feitos vários apelos inclusive um a Ordem dos Advogados, o que é de lamentar que tenha sido debaldes as medidas solicitadas e que o pobre camponês continue discrente dos homens do governo.** (Livro de Atas da CMJP, 04 de maio de 1951. Grifos nosso).

Os trechos acima nos mostram que as tensões entre trabalhadores rurais e os proprietários de terras também chegavam ao legislativo local. Na maioria das vezes, era o vereador Cabral Batista quem fazia tais denúncias. É interessante perceber que eram os trabalhadores quem procuravam a ajuda da Câmara Municipal através dos vereadores. Um dos trabalhadores, inclusive, estava presente na Casa quando seu problema foi posto em pauta. Além disso, observa-se nas referidas citações que outras instituições eram acionadas, a exemplo da Ordem dos Advogados. A ida dos trabalhadores rurais à Câmara rompe com a ideia de que esses sujeitos eram passivos e sem consciência dos seus direitos. Pelo contrário, esses trabalhadores tinham ciência de que aqueles espaços, sobretudo a Câmara, os representariam na defesa de suas pautas. De outro modo, ainda podemos perceber nesta conjuntura pós Estado Novo que a movimentação dos trabalhadores ocorria de forma diversificada e consciente, embora não possamos percebê-la em plena expansão no que diz respeito a uma crescente mobilização que se fizesse perene.

Na defesa dos trabalhadores urbanos, a Câmara Municipal teve uma atuação expressiva. Em outubro de 1949, Cabral Batista fez um protesto contra os proprietários da fábrica de Tibiri⁷¹ acusando-os de não terem feito o pagamento aos trabalhadores pelos seus dias de serviço. Alguns dias depois:

O vereador Cabral Batista, reportando-se a Fábrica de Tibiri, comunica à Casa que a direção da empresa, em face do movimento organizado pelos trabalhadores, resolveu pagar os três dias indevidamente cortados. Frisa S. Excia. que a situação foi resolvida porque os trabalhadores devidamente orientados souberam defender os seus direitos. Reporta-se ao caso da Matarazzo, que vai fechar, deixando sem trabalho mais de trezentos trabalhadores, vistos que os trustes americanos tomaram conta do mercado de caroço de algodão, e assim vão prejudicar os nossos trabalhadores. Faz uma completa exposição dos motivos, reconhecendo nos mesmos o imperialismo americano, na sua ânsia incontida de dominar o mundo. Informa o vereador Cabral Batista que esta Câmara tem a obrigação de defender os trabalhadores, procurando meios para que a empresa Matarazzo não cerre suas portas, podendo-se até solicitar-se do Sr. Governador a requisição do caroço. Ainda científica que os trabalhadores procurarão esta Câmara, se se positivar o fechamento, não numa demonstração comunista, mas, num apelo para não morrerem de fome. [...] Com a palavra, o vereador José Alves Sobrinho considera justo esta Câmara defender os interesses dos trabalhadores espoliados nos seus legítimos direitos. (Livro de Atas da CMJP, 26 out., 1949).

Na transcrição acima, vemos que o vereador fala dos operários da fábrica de Tibiri, comunicando que a referida empresa fez o devido pagamento aos trabalhadores. Cabral Batista alegou que o pagamento só fora feito porque esses trabalhadores foram orientados – talvez por ele – a defender os seus direitos. O vereador lembrou ainda do caso da fábrica Matarazzo⁷², que estava prestes a demitir mais de trezentos trabalhadores, que sem emprego morreriam de fome. Para Cabral Batista, era fundamental que a Câmara pensasse em algumas medidas para evitar o fechamento da fábrica e a conseqüente demissão dos trabalhadores. Em outro momento, a Fábrica de Tecidos voltou a ser pauta no legislativo municipal:

O vereador Cabral Batista, indo à tribuna, protestou energicamente, contra a atitude de perseguição da Fábrica de Tecidos de Rio Tinto, que vem rebaixando salários e fazendo transferências, sem ouvir sequer os empregados. Fez um requerimento no sentido de que fosse feito um apelo ao Dr. Juiz

⁷¹ A Fábrica Tibiri pertencia à Companhia de Tecidos Paraibana (CTP), fundada em 1892 e localizada no município circunvizinho de Santa Rita-PB, foi a primeira fábrica de tecidos da Paraíba e concentrou um número significativo de trabalhadores, fazendo parte da história dos trabalhadores e da cidade.

⁷² A Fábrica Matarazzo pertencia às Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo e foi uma das mais importantes do estado paraibano. Inaugurada nos anos 1930, a filial paraibana pertencente ao industrial italiano Francesco Matarazzo produzia óleo de semente de algodão, margarinas, velas e sabão.

Presidente da Junta de Conciliação e Julgamentos deste Estado⁷³, solicitando fazer cumprir as sentenças daquele Poder Judiciário, por parte da Companhia Rio Tinto. Da tribuna, ainda, lançou um protesto veemente a Fábrica Matarazzo, que proíbe até os trabalhadores tomarem banho nos banheiros da fábrica, além de outras medidas repugnantes contra os seus operários. (CMJP, 06 de abril de 1951).

Por desrespeitar os direitos dos trabalhadores, a Fábrica Matarazzo, uma das principais fábricas do estado da Paraíba, foi duramente criticada pela Câmara Municipal:

A câmara recebe um requerimento dos trabalhadores pedindo que o delegado do trabalho instaure uma comissão afim de **fiscalizar as leis trabalhistas na fábrica de Cimento desta capital**. (Livro de Atas da CMJP, 15 de fevereiro de 1951. Grifo nosso).

O vereador Cabral Batista, da bancada, trouxe novamente para o plenário, o caso das desapropriações das casas da pobreza por parte da Companhia Matarazzo que já destruiu cinco ruas em Cruz das Armas, prejudicando centenas de famílias e o progresso da cidade. Encerrando apresentou um Projeto de Lei, proibindo a demolição de ruas no perímetro urbano, a não ser que o demolidor se obrigue a construir outras em melhores condições, apresentando com antecedência à Prefeitura a planta das novas construções. (Livro de Atas da CMJP, 30 de março de 1951).

O vereador Damásio Franca, requereu que ouvido o plenário **em caráter de urgência fosse denunciado ao Delegado do Trabalho as irregularidades, praticadas pela fábrica de Cimento Matarazzo**. O vereador Cabral Batista, hipotecou solidariedade ao requerimento, trazendo fatos ali praticados, de encontro as leis do trabalho. Foi o mesmo aprovado (Livro de Atas da CMJP, 30 março de 1951. Grifo nosso).

Os trechos acima nos mostram que a fábrica do grupo Matarazzo não estava respeitando as leis trabalhistas e que, por isso, os vereadores fizeram apelos à Junta de Conciliação e ao Delegado do Trabalho para que este tomasse a frente do conflito e fizesse valer a lei. Nos meses seguintes, as tensões na Fábrica voltaram a ser pauta dos debates da Câmara. Dessa vez, o conflito estava ainda mais acentuado:

Apresentou ainda o vereador Cabral Batista um requerimento conseguindo apoio do plenário, no sentido de que **fosse denunciado ao sr. Delegado do Trabalho Industria e Comércio que a Fábrica de Cimento desta Capital está exigindo dos trabalhadores em pedreiras doze horas de serviços**

⁷³ A Junta de Conciliação e Julgamento foi um órgão criado por Getúlio Vargas em 1932 que tinha como objetivo a aplicação das recém-criadas leis trabalhistas e a conciliação das querelas entre trabalhadores e patrões. Sua função era apaziguar os conflitos trabalhistas, embora não tivesse poder de executar nenhuma decisão, pelo fato de não pertencer ao poder judiciário. Também não tinham autonomia em relação ao Ministério do Trabalho, que, a depender do caso, poderia intervir e tomar para si o conflito. As juntas eram compostas por representantes classistas – indicados pelos sindicatos laborais e patronais – e um juiz presidente nomeado pelo governo federal.

diários, desrespeitando assim o que dispõe a Legislação Trabalhista. Falaram ainda sobre o requerimento hipotecando solidariedade os vereadores Damásio Franca e Moacyr Soares, tendo o primeiro apresentado uma sugestão ao autor no sentido de que levasse ao conhecimento daquela autoridade de que na quinta e sexta-feira Santa, a Fábrica Matarazzo funcionou normalmente e obrigou o operariado a trabalhar naqueles dias Santificados. (Livro de Atas da CMJP, 07 de maio de 1951. Grifo nosso).

Um mês depois dessa denúncia, aconteceu o que seria um dos maiores conflitos envolvendo os trabalhadores da Fábrica Matarazzo:

O vereador Cabral Batista, trouxe novamente ao plenário **o caso da greve dos operários da Fábrica de Cimento, dizendo que os grevistas já estão passando fome**, por falta de recursos sem que os dirigentes daquele Parque Industrial, resolva a situação e conforme estava informado o Conde de Matarazzo estava disposto a esperar trinta dias, procurando desse modo matar de fome aqueles bravos operários, pelo que **faziam um apelo à população para cooperar com os grevistas, porque somente assim será vencido o todo poderoso Conde de Matarazzo.** O vereador Moacyr Soares, hipotecou solidariedade ao apelo do seu colega Cabral Batista e fez um outro ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que procure intervir junto a direção central da Fábrica em São Paulo, afim de que com brevidade seja resolvido satisfatoriamente o caso em apreço, pois o Sr. José Américo, goza de grande prestígio e tem muitos amigos na esfera federal. Estando presente o ilustre colega José Bethamio, fazia o apelo ao Sr. Governador por seu intermédio, pois além de ser membro da família daquele, pertence ao mesmo partido político. O vereador José Bethamio, disse que o Sr. Governador já havia intercedido no assunto, mas que infelizmente foram debaldes os seus esforços, e que achava por demais justo o aumento pleiteado. O vereador José Alves, após hipotecar solidariedade ao apelo, disse que estava disposto a cooperar e esperava que os seus colegas seguissem a sua atitude. **O vereador Damásio Franca, requereu que fosse enviado apelos aos líderes das bancadas da Assembleia Legislativa Estadual, no sentido de aprovar com brevidade o projeto de lei de autoria do deputado Firmino Silva, que concede uma ajuda de cinquenta mil cruzeiros aos operários grevistas da Fábrica de Cimento.** O vereador Orestes Gomes, disse que como moço, repudiava o regime de mando que ainda impera no Brasil, e que os tempos de escravatura já se foram para jamais voltar. Os operários da Fábrica de Cimento, estão lutando por uma coisa de que tem direito e os Galegos da Fábrica, terminarão curvando suas cabeças vencidos por uma causa justa, mas para isso **é preciso que a população se coloque ao lado dos operários, porque a união faz a força.** Em votação o requerimento Damásio Franca foi o mesmo aprovado. O vereador Cabral Batista, voltando a tribuna, disse que enquanto o Sr. Conde de Matarazzo gastava fortuna enorme, com gastos desnecessários, como aconteceu no casamento de uma sua filha, tirava da boca dos filhos dos operários o que eles tem direito, pagando um salário ridículo aqueles que trabalham dentro da lama para enriquece-los cada vez mais. Podia afirmar que a greve continuava até a vitória, custasse o que custasse, pois os operários não suportam mais tanta miséria e estavam dispostos a agir com suas próprias mãos (Livro de Atas da CMJP, 07 de junho de 1951. Grifos nosso).

As tensões entre os operários e o dono da fábrica vinham se desenrolando de muito antes. No mês de junho, após as inúmeras denúncias, os operários da Fábrica Matarazzo entraram em greve por melhores condições de trabalho. A resposta do proprietário foi cortar o salário dos grevistas e submetê-los à fome. Ao receber a demanda dos operários, os vereadores tornavam público o conflito e clamavam as demais autoridades para que o problema fosse resolvido em favor dos trabalhadores. Nos chama atenção o fato dos vereadores pedirem à população local para apoiar a luta dos operários da fábrica, entendendo que esta ganharia mais força se tivesse o apoio de todos. A postura da Câmara frente ao embate dos trabalhadores e os dirigentes da Fábrica Matarazzo foi simbólica. Além de representar o alto grau de mobilização dos trabalhadores, nos mostra que, nos conflitos entre empresários e operários, a Câmara procurou estar ao lado dos segundos.

O apoio da CMJP à greve dos operários da Fábrica Matarazzo foi significativo. No dia seguinte, registrou-se em ata a dissolução do conflito em favor dos trabalhadores:

Requerimento do vereador Orestes Gomes, solicitando o envio de congratulações aos Diretores dos Sindicatos Cimento, Cal e Gesso, pela **vitória merecida que conquistaram na greve para obtenção de salários mais justos e mais humanos**. [...] O vereador Damásio Franca pediu que o seu colega Cabral Batista, esclarecesse se os dirigentes do Sindicato dos Operários de Cimento, Cal e Gesso tinham tomado parte ativa na greve da Fábrica de Cimento, tendo o vereador Cabral Batista, respondido que foi o de menos importância, o trabalho dos dirigentes do Sindicato, dos operários do cal e gesso, como também a ação do Partido Trabalhista. **O movimento partiu diretamente do operariado e somente a esse cabe a mensagem de congratulações em apreço**. Terminando disse estar de pleno acordo com o requerimento desde que seja dirigido aos operários que de fato conquistaram a vitória, lutando contra o poderoso Conde de Matarazzo e a fome que avassalava os seus lares. Tal requerimento deve ainda ser assinado por todos os vereadores, porque todos eles emprestaram o seu apoio leal e decidido ao movimento (Livro de Atas da CMJP, 08 de junho de 1951. Grifos nosso).

Na ocasião acima, o vereador Orestes Gomes parabenizou os dirigentes do Sindicato dos Operários do Cimento, Cal e Gesso da Paraíba, mas foi corrigido pelo colega Cabral Batista, que enfatizou a luta autônoma dos trabalhadores e não a ação sindical ou partidária. O vereador udenista reconhecia que os trabalhadores tinham outras formas de resistência que não a via sindical ou partidária. Mais ainda, ele reconhecia a autonomia destes na luta por melhores condições de trabalho. O espaço político da Câmara de Vereadores de João Pessoa-PB, conforme ilustrou a fala de Orestes Gomes, pautava-se no ordenamento sindical dos trabalhadores e se referia a ele como espaço legal de lutas, o que era legítimo, dada a ênfase do Primeiro Governo Vargas nas organizações sindicais legalizadas e reconhecidas pelo Estado.

Contudo, o momento político pós 1945 não limitou a organização dos trabalhadores somente pela via sindical, tampouco partidária, como bem pontuou Cabral Batista. Essa observação se faz importante neste contexto pela lógica de uma paulatina tentativa de cooptação dos trabalhadores e de suas organizações sindicais, para se configurarem como bases de sustentação política de alguns indivíduos e/ou partidos, no bojo do que podemos chamar de “política populista”.

Em diversas outras ocasiões, Cabral Batista protagonizou debates sobre os direitos dos trabalhadores, ratificando que esta era uma pauta recorrente defendida por ele, observemos:

O vereador Cabral Batista apresentou ao plenário um requerimento, fazendo um apelo ao Sr. Delegado Regional do Trabalho neste Estado, no sentido de que obrigue as firmas Anderson Cleiton e Soares de Oliveira, a cumprir o salário mínimo, mandando para isso um fiscal daquela Delegacia aquelas firmas. (Livro de Atas da CMJP, 02 de maio de 1951).

.....
Com a palavra, o vereador Cabral Batista solicitou providências da Mêsá no sentido de fazer chegar ao plenário o Projeto que institui o repouso semanal remunerado, por ser assunto de suma importância. (Livro de Atas da CMJP, 01 de setembro de 1948).

.....
o vereador Cabral Batista apresentou um requerimento fazendo um apelo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que sejam anistiados os presos políticos e os operários grevistas brasileiros que se encontram recolhidos ao xadrez, como uma homenagem ao Dia do Trabalho. (Livro de Atas da CMJP, 30 de maio de 1951).

.....
O vereador Cabral Batista, disse ter a semana passada denunciado da firma Soares de Oliveira, em vista da mesma estar infringindo a Legislação Trabalhista, não pagando o salário mínimo as suas operárias. Sendo sabedores os dirigentes da firma infratora do pronunciamento desta Casa a esse respeito, está ameaçando dispensar mais de sessenta operárias com a fim de substituí-las por mocinhas de menor de idade e por conseguinte pagar uma diária de [cinco] cruzeiros o que é mais uma exploração daqueles senhores contra os seus operários. (Livro de Atas da CMJP, 08 de maio de 1951. Adendo nosso).

No primeiro trecho, observamos que o vereador faz um apelo ao representante do Tribunal Regional do Trabalho para que faça cumprir o pagamento do salário mínimo. Já no segundo, pede providências para que se institua o repouso semanal remunerado dos trabalhadores. Por último, apela ao Presidente da República para que este intervenha no caso dos operários grevistas brasileiros que haviam sido presos. O discurso de Cabral Batista na defesa dos direitos dos trabalhadores estava ligado à sua atuação pelo Partido Comunista, mas também porque no âmbito nacional o discurso trabalhista fez emergir uma mobilização cada vez mais intensa dos trabalhadores brasileiros. Entretanto, não pode ser pensado de forma a caracterizá-lo como plenamente independente, pois esse se configura como um momento em

que se exigiu do Brasil uma ação que buscava, da parte das forças políticas – sobretudo depois de 1945 – ser o regulador das relações sociais, que “absorve no interior de suas estruturas os interesses sociais e transforma-se a si próprio numa arena de conflitos, todos eles 'politizados', mediados e arbitrados pelos seus agentes. Debilita as instituições representativas e solapa as formas autônomas de aglutinação e expressão de interesses e conflitos” (DRAIBE, 1985, p. 9-10).

Desta feita, a organização dos trabalhadores urbanos e as defesas de suas pautas por parte dos vereadores da Câmara do município de Joao Pessoa pode ser pensada como uma tentativa de se colocar como reguladora frente aos interesses, cujos fins não podem ser percebidos de imediato no contexto das ações dos vereadores que se colocaram como porta vozes das categorias que recorriam ao arbítrio da casa legislativa. A conjuntura do pós 1945 havia impingido às casas legislativas uma espécie de reconquista dos seus espaços de atuação e, no caso, se colocar como reguladora ou porta-voz dos interesses dos trabalhadores pode ter sido uma estratégia calculada frente às transformações dos espaços sociais e políticos em evidência. Também devemos considerar neste cenário a presença de uma cultura trabalhista.

Além de questões de ordem prática sobre a vida dos trabalhadores que procuravam a Câmara Municipal, a Casa também funcionava como uma arena de debates e mediação de conflitos entre patrões e empregados. Assim como o caso da Fábrica Matarazzo, outras disputas envolvendo trabalhadores e patrões aparecem nas atas. Na ocasião, os comerciários procuraram a Câmara para mediar um conflito e evitar que ele se prorrogasse:

Esclarece S. Excia. [o vereador] haver sido procurado pelos comerciários que pediram mais uma vez o apoio desta Câmara, num apelo aos srs. empregadores para que o assunto fosse resolvido em caráter pacífico, sem necessidade de dissídio coletivo. (Livro de Atas da CMJP, 30 de julho de 1948. Grifo nosso).

No trecho acima, vemos que os trabalhadores temiam que o conflito se arrolasse por mais tempo. Ao procurar a CMJP, pretendiam evitar um dissídio coletivo – talvez por medo de perder algum direito em juízo ou de sofrer represálias por parte dos empregadores. Esses trabalhadores, além de enviar pedidos por escrito à Câmara, iam pessoalmente acompanhar os debates na instituição.

Um caso ocorrido no final do ano de 1948 acalorou os debates e fez com que os trabalhadores fossem protestar presencialmente contra os desmandos dos patrões. O ocorrido dizia respeito à falta de pão na cidade, fato que estava afetando toda a população pessoense. Ciente do problema, a Câmara não tardou em discuti-lo.

O vereador Damásio Franca trouxe ao conhecimento da Casa o fato de achar-se a cidade com a falta absoluta de pão, motivada pela greve dos padeiros. Disse o orador que o incidente se originara de não terem os panificadores cumprido a sua promessa de abonarem os seus empregados pelo Natal, conforme ficara acertado entre os Sindicatos dos Panificadores e o de Gêneros Alimentícios. Continuando, afirmou o representante udenista que não era possível faltassem os patrões a essa obrigação moral de levarem um pouco de sua riqueza àqueles que trabalham exaustivamente para o luxo de que os mesmos gozam. (Livro de Atas da CMJP, 20 de dezembro de 1948).

Os padeiros da cidade estavam em greve porque não haviam recebido o abono de Natal. Logo, após expor o problema, o vereador Damásio Franca requereu um voto de protesto da Câmara pela atitude dos panificadores. O abono de Natal havia sido prometido pelos empregadores, no entanto, estes não cumpriram com a promessa, desapontando os padeiros que, como forma de protesto, entraram em greve. A greve dos panificadores não se limitou somente à capital. Trabalhadores de Cabedelo, Santa Rita e Rio Tinto também protestaram contra a falta de pagamento do abono. Cientes do problema, os vereadores Henrique Cordeiro e Miguel Bastos falaram em defesa dos trabalhadores:

Esses panificadores não podem ser patrões, mas sim inimigos dos trabalhadores. O que não justifica é que o padeiro e os trabalhadores, que são o principal fator da riqueza dos panificadores e dos patrões, não tenham direito à modesta recompensa de um abono de Natal. Solidarizo-me com o protesto do vereador Damásio Franca, contra tais patrões. [...] [Miguel Bastos afirmou que] foram os panificadores que forçaram os padeiros a entrar em greve, em virtude de não terem assumido a atitude que prometeram. Disse ainda que “os padeiros que trabalhavam tanto para o conforto dos patrões, deviam merecer dos mesmos, pelo menos uma migalha do que lhes sobra [...] os padeiros constituem uma classe que está sendo vilipendiada e esquecida. Disse ainda que “a Câmara fizesse um apelo ao Delegado Regional do Trabalho a fim de que essa autoridade interviesse amistosamente no sentido de conseguir a paz entre os panificadores e os padeiros, através de uma solução justa e equânime (Livro de Atas da CMJP, 20 de dezembro de 1948).

Na citação acima, vemos que os vereadores discursaram abertamente contra os panificadores, culpando-os pela greve dos padeiros, uma vez que os patrões não cumpriram o que fora acordado entre ambas as partes. O vereador Miguel Bastos, inclusive, apelou para que o Delegado do Trabalho interviesse na situação. Na ocasião da discussão, é narrado que uma pequena multidão de trabalhadores acompanhava a sessão. Como era uma questão de interesse coletivo, os padeiros ocuparam a Câmara, fazendo entender que não iriam ceder às arbitrariedades dos seus patrões.

Observando a presença dos padeiros na plateia, o vereador Gama e Melo “pediu licença a Mesa para dirigir-se a eles, declarando que os grevistas **mereciam os aplausos do povo de João Pessoa pela maneira como vinham defendendo os seus interesses através da greve pacífica**” (Livro de Atas da CMJP, 20 de dezembro 1948. Grifo nosso). Após atestar sua solidariedade e a da Câmara Municipal aos padeiros, “afirmou quão injusta fora o desiderato dos panificadores, negando àqueles que fazem sua riqueza, um mínimo de conforto no dia de Natal.” Concluiu sua fala com a frase “Sede felizes, trabalhadores, sede muito felizes”. (Livro de Atas da CMJP, 20 de dezembro de 1948). Em seguida, os debates continuaram com as seguintes falas:

a Câmara não poderia ficar de ouvidos fechados ante aquela massa popular que se aglomerava nas galerias e que clamava por uma justa pretensão. Afirmou o representante udenista [o vereador Moacir Soares] que os vereadores não poderiam permitir que os Srs. panificadores deixassem de ter compaixão daqueles trabalhadores que ali estavam em nome de suas esposas e filhos.

[...] [Damásio Franca afirma que] o movimento dos grevistas que empolgava a nossa cidade, era de inteira justiça, motivo porque a Câmara lhe era inteiramente favorável. [...] Após outras considerações declarou que assinara com muita satisfação o Projeto-Lei que consigna a ajuda de dez mil cruzeiros para os grevistas. (Livro de Atas da CMJP, 20 de dezembro de 1948. Adendos nosso).

O vereador Henrique Cordeiro pediu licença para falar com os trabalhadores presentes “dizendo a estes que poderiam contar com ele, como sempre contaram, na qualidade de Presidente de um Sindicato.” Logo depois, Cabral Batista assumiu a fala dizendo que “os trabalhadores da panificação foram obrigados a entrar em greve por não terem seus patrões cumprido o trato de conceder um mês de salário para os padeiros que tivessem mais um ano de serviço e quinze dias para os que tivessem menos de um ano” (Livro de Atas da CMJP, 20 de dezembro de 1948).

Pelo desenrolar dos debates acima, percebemos que a querela entre padeiros e panificadores rendeu muitas discussões dentro e fora da instituição⁷⁴. O apoio dos vereadores à

⁷⁴ Cientes da dimensão da disputa entre padeiros e patrões, buscamos informações sobre a greve dos padeiros nos arquivos do Jornal *A União*, no entanto, em nenhuma das edições do jornal nas datas próximas ao conflito há menção a tal greve. Mesmo não sendo mencionada pela imprensa oficial – pelo menos a que tivemos acesso na pesquisa – a greve dos padeiros teve grande repercussão. Segundo depoimento do vereador João Cabral Batista, que chegou a ser preso na referida mobilização, o único órgão da imprensa que representava a classe operária na Paraíba e divulgava a luta dos trabalhadores locais era o *Jornal do Povo*. Criado pelo advogado e militante comunista João Santa Cruz, o *Jornal do Povo* era um órgão declaradamente comunista, que servia como porta-voz da classe trabalhadora, auxiliando nas suas lutas e reivindicações. Na ocasião da greve dos padeiros, o *Jornal do Povo* liderou uma campanha em defesa dos trabalhadores e teve uma participação decisiva ao noticiar a luta dos trabalhadores. Infelizmente, não há exemplares do jornal comunista disponível para consulta, sem dúvida, eles

greve dos padeiros foi unânime. Ao final da discussão, Cabral Batista explicou todo o ocorrido em torno da greve dos trabalhadores, denunciando que os mesmos foram reprimidos pela polícia. Inclusive, segundo o vereador, alguns dos grevistas chegaram a ser presos, na tentativa de desmobilizar os padeiros. O vereador:

Protestou, em seguida, pelas violências policiais, relatando em tom elogioso um ato do vereador Henrique Cordeiro, que saíra do conforto do seu lar para libertar um grevista preso. Acrescentou que os trabalhadores queriam somente o Abono de Natal, razão porque voltariam satisfeitos para o seu trabalho quando o obtivesse. Trouxe o orador para o conhecimento do plenário que os operários da Empresa Matarazzo tinham entrado em greve, em solidariedade aos padeiros e que só regressariam às suas atividades quando também tivessem conseguido o Abono de Natal. (Livro de Atas da CMJP, 20 de dezembro de 1948).

Além de chamar a atenção da Câmara Municipal para a sua causa, os padeiros grevistas mobilizaram os operários da Empresa Matarazzo, que também entraram em greve em apoio aos colegas. Depois de todas as discussões em torno da greve, os padeiros foram mandados para casa com a garantia de que a Câmara faria valer os seus direitos. A fala do vereador Henrique Cordeiro ratificou: “agradeceu a presença dos trabalhadores nas galerias, afirmando de que estes podiam ficar certos de que a Câmara Municipal era a Casa dos Trabalhadores” (Livro de Atas da CMJP, 20 de dezembro de 1948).

Podendo ter dado apoio aos empregadores envolvidos na querela, a Câmara Municipal se posicionou a favor dos empregados. Dias depois da discussão, aprovaram um fundo em benefício dos padeiros. À medida que garantiu o abono natalino aos trabalhadores, a instituição deu espaço para que estes se fizessem ouvidos. Se antes o espaço político institucional era disputado apenas pelas elites locais, agora passava a receber e atender a população em geral. Os vereadores não podiam simplesmente ignorar as demandas dos trabalhadores, pois cada vez mais eles apareciam no cenário político com força e mobilização na luta pelos seus direitos.

A estrutura sindical também foi pauta de discussão na CMJP. Observemos a discussão abaixo a respeito dos sindicatos, no dia 17 de dezembro de 1948:

O vereador Henrique Cordeiro pediu que fosse incluído na ordem do dia o “Projeto de Lei que reconhece de utilidade pública todos os Sindicatos desta Capital e os isenta de impostos.” [...] “entrou em discussão o parecer favorável da Comissão de Legislação ao Projeto de Lei que reconhece de utilidade pública e dispensa de impostos os Sindicatos desta Cidade. [...] Referiu-se

seriam muito importantes para nossa análise. Para ver mais sobre o *Jornal do Povo* consultar BARBOSA, João Batista. **Santa Cruz e o Jornal do Povo**. Gráfica Santa Marta: João Pessoa, 1985.

ainda o orador [Moacir Soares] aos benefícios que os Sindicatos vinham prestando às classes de que eram órgãos, representando os seus interesses e defendendo os seus direitos, motivo porque não poderia negar a um Projeto de Lei que os ajuda, o seu inteiro apoio. [...] o vereador Miguel Bastos, dizendo do seu contacto com o comércio e as classes trabalhistas, elogiou o mérito do Projeto, em virtude do mesmo atingir, em seus fins, a todos os Sindicatos. “E estes [...] merecem todo o amparo da Municipalidade, em reconhecimento da ação dinâmica e do trabalho construtor que vêm emprestando à causa pública.” [...] **Teve ensejo o orador de reportar-se a situação dos Sindicatos no Brasil, salientando a necessidade imediata da liberdade sindical, afim de que, de melhor forma, tais órgãos representem a vontade de seus associados, sem injunções governamentais.** [...] A Casa aprovou ainda os seguintes projetos: em primeira discussão, o que autoriza à Prefeitura a doação de um terreno destinado à construção da sede da Associação dos Trabalhadores Sindicalizados. (Livro de Atas da CMJP, 17 de dezembro de 1948. Grifos e adendo nosso).

A Câmara Municipal estava atenta ao que se desenhava no país em relação à estrutura sindical. Como dissemos, a lei garantia a livre organização sindical, mas estabelecia prerrogativas e deveres dos sindicatos filiados à Comissão Nacional de Sindicalização. Os sindicatos deveriam estar atrelados ao Estado, o que fazia com que as lideranças mais combativas fossem reprimidas pela Lei. Nos trechos acima, percebemos que a Câmara estava preocupada em oficializar as organizações sindicais locais, isentando-as de impostos e reconhecendo a sua importância. Na parte destacada, vemos que os vereadores salientavam a importância da liberdade sindical como forma de representar melhor os trabalhadores. Ao adotar essa postura, a CMJP ia contra o desejo do Estado de manter os sindicatos sob o seu controle. Naquele ano de 1948, os trabalhadores brasileiros viviam um momento de desmobilização por parte do governo Dutra, logo, o fato da CMJP se apresentar como defensora da autonomia dos movimentos sindicais foi bastante considerável.

Em outros momentos, o assunto voltou a ser pauta novamente no plenário. Foi aprovado um requerimento de Cabral Batista pedindo que a Câmara enviasse um telegrama ao Ministro do Trabalho:

protestando contra a portaria que instituiu o atestado de ideologia ao mesmo tempo que apoia as declarações de V. Excia feitas a imprensa contra existência fascista desse atestado. (Livro de Atas da CMJP, 16 de fevereiro de 1951).

[...]

O vereador Damásio Franca, justificou mais dois requerimentos de sua autoria conseguindo a aprovação de ambos, um deles fazendo em caráter de urgência, um apelo ao Delegado do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, afim de que o mesmo de posse a todos os diretores dos sindicatos de João Pessoa de vez que nenhum impedimento legal, entrava o exercício dos operários eleitos para a direção em nossos sindicatos. (Livro de Atas da CMJP, 16 de fevereiro de 1951).

Mais uma vez os vereadores defendiam a autonomia sindical, sendo contra os obstáculos legais impostos pelo governo às lideranças sindicais. Essa postura era um sinal de que as portas institucionais estavam abertas para as lideranças operárias locais. Ainda que percebamos a abertura da Câmara Municipal de João Pessoa aos trabalhadores, não podemos deixar de considerar que as transformações no cenário político nacional impulsionaram a posturas mais populares e, ao mesmo tempo, mais atenta aos interesses da cidade. Se a regulação sindical estava atrelada a uma normativa nacional, o acompanhamento e a aplicabilidade dessa normativa se faziam por meio de um jogo duplo. Ou seja, se por um lado se percebem atuações atentas aos interesses da população local, como foram os recorrentes discursos em favor dos trabalhadores da capital paraibana discutidos neste texto, por outro, havia um jogo de interesses políticos que passava pelos partidos – as bancadas presentes na Câmara de Vereadores (PSD e UDN) também nutriam interesses em se consolidar com ampla margem de apoio popular, então, não seria novidade que as pautas refletissem esses jogos, ainda que em escala reduzida.

Nesse contexto, diversos outros trechos fazem alusão aos direitos dos trabalhadores pessoenses. Ilustramos abaixo alguns desses momentos:

Um requerimento no sentido de que fosse oficiado ao Delegado do Trabalho e ao Prefeito Municipal pedindo atenção dos mesmos quanto a abertura e fechamento do comércio desta cidade, pois não está o mesmo respeitando o horário” (Livro de Atas da CMJP 16 de março de 1951).

O vereador Damásio Franca requereu que a Câmara fizesse ao Senador Epitácio Pessoa, um pedido afim de que aquele paraibano, na Câmara Alta, tome todo interesse do decreto que dá direito ao trabalhador ao lucro das empresas. O vereador Janson Guedes apresentou um aditivo pedindo que se estendesse o mesmo aos Senadores Rui Carneiro de Werginaud Wanderley. O vereador Cabral Batista, apresentou um outro aditivo, anistiando os trabalhadores dos sindicatos e empossando diretorias eleitas (Livro de Atas da CMJP, 30 de março de 1951)

.....
[O vereador Gama e Melo requereu] que fosse renovado o apelo ao Sr. Delegado do Trabalho, solicitando fiscalização do mesmo aos horários de trabalho e abertura do comércio desta Capital. [...] voltou a tribuna e disse que várias viúvas de servidores municipais tem o procurado pedindo uma pensão para os seus filhos e como chegou ao seu conhecimento de que já havia projetos neste sentido, requeria que fossem postos em votação os mesmos na Ordem do dia (Livro de Atas da CMJP, 05 de abril de 1951. Adendo nosso).

.....
O vereador Cabral Batista apresentou e obteve do plenário um requerimento, fazendo um apelo ao Sr. Delegado Regional do Trabalho neste Estado, no sentido de que obrigue as firmas Anderson Cleiton e Soares de Oliveira, a cumprir salário mínimo, mandando para isso um fiscal daquela Delegacia àquelas firmas (Livro de Atas da CMJP, 02 de maio de 1951).

[...]

O vereador Moacyr Soares requereu e obteve do plenário que fosse enviado ao Sr. Delegado do Trabalho, Indústria e Comércio uma denúncia contra a “The Texas Company” uma vez que a referida companhia está concedendo apenas uma hora para o almoço dos seus funcionários, infringindo a Legislação Trabalhista que assegura as duras horas. (CMJP, 02 de maio de 1951)

No ano de 1951, a defesa dos direitos trabalhistas é tema recorrente na ordem do dia da casa legislativa. As citações acima revelam que cotidianamente se falava dos trabalhadores. As empresas que não cumpriam os direitos trabalhistas eram denunciadas pelos vereadores, que buscavam repassar as denúncias para outras instituições no intuito de resolver as querelas trabalhistas e punir os patrões infratores. A Justiça do Trabalho era constantemente citada e acionada. Pelas denúncias, vemos que os empresários ignoravam a Legislação Trabalhista ao negar os devidos direitos aos funcionários, mas a Câmara Municipal de João Pessoa não era conivente com os desmandos desses patrões, adotando o lado do trabalhador e apaziguando os conflitos que surgiam.

Levantamos a hipótese de que a postura de alguns vereadores perante a mobilização dos trabalhadores estava intimamente ligada à posição que estes ocupavam na sociedade. Cabral Batista e Henrique Cordeiro, por exemplo, eram de origem popular e foram sindicalistas, daí essa identificação com os operários pessoenses. Outrossim, também afeito ao movimento dos trabalhadores por identificação, destacamos o suplente de vereador Joaquim Pereira do Nascimento⁷⁵, empossado em abril de 1951.

“humilde operário, mas trabalhador incansável em prol da democracia, e dos problemas da província, onde é radicado e goza de estima e consideração da gente modesta dos bairros desta urbe. [...] Saudaram ainda o suplente do vereador Henrique Cordeiro, os vereadores José Alves, Gama e Melo, Cabral Batista, José Bethamio e Damásio Franca todos fazendo comentários em torno de seus esforços desprendidos em benefício dos trabalhadores e das organizações das Sociedades Benéficas desta Capital. [...] O vereador José Alves requereu o levantamento da sessão em homenagem ao vereador Joaquim Pereira do Nascimento, tendo o vereador Gama e Melo apoiado e requerido que fosse extensivo a homenagem aos trabalhadores presentes e que vieram assistir a posse do Sr. Joaquim Pereira. O Sr. Presidente, agradeceu o comparecimento dos vários representantes de sociedades operárias, e de todos que vieram abrilhantar com as suas presenças a solenidade de posse do novo vereador (Livro de Atas da CMJP, 09 de abril de 1951).

⁷⁵ Na eleição de outubro de 1947, Joaquim Pereira do Nascimento foi eleito suplente de vereador pela UDN. Teve um total de 149 votos. Nas atas, não se registra quem o vereador substituiu. Ele atuou na primeira legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa por um curto espaço de tempo, mas sua presença foi significativa na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Joaquim Pereira era uma liderança representante dos trabalhadores e das comunidades pessoenses. Sentindo-se representados pelo vereador, os trabalhadores foram até a Câmara assistir à sua posse, o que indica que Joaquim Pereira tinha o apoio dos operários locais. Poucos dias após a sua posse, o vereador fez valer a confiança depositada pelos trabalhadores e encaminhou alguns projetos de lei que reconheciam as organizações e sindicatos:

doze projetos de lei, encaminhados a Mesa pelo vereador Joaquim Pereira que reconhece de utilidade pública a Sociedade União dos Retalhistas ambulantes de João Pessoa; considerando de utilidade pública a Sociedade União Beneficente das Senhoras e dá outras providências; reconhece de utilidade pública a Sociedade Beneficente Dr. José Novais e dá outras providências; considera de utilidade pública a Sociedade União Beneficente dos Barbeiros e dá outras providências; reconhece de utilidade pública a Sociedade União Gráfica Beneficente Paraibana e dá outras providências; reconhece de utilidade pública a Sociedade Beneficente Dois de Setembro e dá outras providências; Considerando de utilidade pública o Centro Proletário Alberto de Brito e dá outras providências; reconhece de utilidade pública a Aliança Proletária Beneficente Elísio de Souza e dá outras providências; reconhece de utilidade pública a Sociedade União Operária Beneficente e dá outras providências; subvenciona a Sociedade Beneficente Doze de Outubro; considera de utilidade pública a Sociedade dos Artistas e Operários de Mecânicos Liberais e dá outras providências e reconhece de utilidade pública a Sociedade União Beneficente de Operários e Trabalhadores e dá outras providências (Livro de Atas da CMJP, 11 de abril de 1951).

A posse de Joaquim Pereira enquanto suplente, embora ele tenha passado pouco tempo na CMJP, foi importante na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores. O vereador ocupou um papel central na oficialização e reconhecimento das instituições operárias e esteve a favor da classe quando necessário.

Não foram somente os trabalhadores que ocuparam espaço nas discussões da Câmara Municipal. Representantes no movimento estudantil também conseguiram espaço para as suas pautas serem vistas em plenário, através da influência do vereador Damásio Franca, que havia sido líder de movimento estudantil. Em setembro de 1948:

fazendo o uso da palavra o vereador Damásio Franca que se referiu à péssima situação da Casa do Estudante da Paraíba, cuja alimentação era precaríssima. Continuando, o orador disse da dificuldade que sofriam os estudantes do interior para ingressar nos educandários da Capital, onde se observa maior facilidade de acesso no setor da instrução. Afirmou ainda que a melhor forma de incentivar o ensino secundário no Estado era possibilitar o conforto necessário aos rapazes que se abrigam na Casa do Estudante, concluindo por apresentar um requerimento afim de que se fizesse um apelo ao Governador do Estado no sentido de ser providenciado o fornecimento de vinte litros de leite diários aos moradores da instituição. (Livro de Atas da CMJP, 03 de setembro de 1948).

Nesse mesmo dia, o Presidente da União Nacional dos Estudantes, Genival Barbosa Guimarães⁷⁶, esteve presente na instituição. Saudando o líder estudantil, o vereador Damásio Franca:

disse que se sentia imensamente satisfeito em dirigir sua palavra ao orientador dos destinos da mocidade brasileira, especialmente nesta época em que a juventude “deseja e conseguirá, pelas mãos firmes de Genival Barbosa, a marcha para os laboratórios, onde um mundo espantoso de experiências e reações precisa ser captado, dirigido e aproveitado. Disse ainda o orador do entrelaçamento que existe entre os problemas coletivos e a conduta da mocidade, afirmando que a vitalidade desta desapareceria se perecessem os valores democráticos do mundo, isto porque “cultura, para nós, quer dizer vida, vida quer dizer liberdade, liberdade quer dizer democracia. (Livro de atas da CMJP, 03 de setembro de 1948).

Além de proferir discursos saudando o estudante, os vereadores deram a ele o direito de fala. O líder estudantil proferiu, portanto, a seguinte fala em plenário:

Agradecendo a homenagem que a Câmara lhe prestara, usou da palavra o universitário Genival Barbosa Guimarães teve a oportunidade de referir-se a política estudantil do país, voltada não só a sua própria sorte, como ao esclarecimento do povo brasileiro para a compreensão dos seus problemas mais agudos. Concluindo o seu improvisado, o Presidente da União Nacional dos Estudantes parabenizou os vereadores que apoiaram a tese Horta Barbosa⁷⁷, dizendo que tal atitude da maioria dos representantes da Capital era bem uma prova de que os moços podiam e deviam acreditar em vários de seus interpretes nas Casas do Povo. (Livro de Atas da CMJP, 03 de setembro de 1948).

A fala do líder estudantil, registrada nos anais da Câmara, representa o espaço que os diversos setores da sociedade civil tinham na instituição. Recém-inaugurada, a casa legislativa tomou posição nas principais disputas de caráter nacional e local. Essa posição foi muito importante no cenário de estruturação do regime democrático.

⁷⁶ O acadêmico Genival Barbosa Guimarães foi presidente da UNE entre os anos de 1948-1949. Nascido em João Pessoa, foi aluno do Liceu Paraibano, onde concluiu em 1944 o curso de pré-engenharia. No ano de 1941, iniciou as suas atividades políticas no Centro Estudantil da Paraíba. Participou da campanha de democratização do país, sendo um dos fundadores da UDN na Paraíba. No partido, integrou o quadro da Esquerda Democrática, que mais tarde, em 1946, deu origem ao PSB. Em 1948, foi eleito Presidente da União Nacional dos Estudantes, onde defendeu, além de questões estudantis, a emancipação econômica do país através da exploração do petróleo. Ver Verbete GUIMARÃES, Genival Barbosa. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV.

⁷⁷ A chamada “tese Horta Barbosa” tinha caráter nacionalista e baseava-se na defesa do monopólio estatal do petróleo e da soberania nacional através do controle do petróleo. O movimento em defesa da tese agregou vários setores da sociedade e impulsionou a campanha “O petróleo é nosso” e posteriormente a criação da Petrobrás. Para mais informações, ver COHN, Gabriel. **Petróleo e Nacionalismo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

Os episódios envolvendo os trabalhadores são representativos do novo momento da política brasileira inaugurado em 1945. Apesar dos obstáculos inerentes a uma democracia que acabara de florescer, a ida dos trabalhadores ao espaço institucional representado pelo poder legislativo local simbolizou um avanço na participação política de então. Pelo que pudemos observar, os trabalhadores depositavam confiança na Câmara e nos vereadores ali presentes. Não era possível que o poder local simplesmente os ignorasse, como fizera em outros períodos mais remotos de nossa história, pois eles tinham consciência da sua importância e estavam cada vez mais mobilizados politicamente.

3.2 Câmara Municipal e os trabalhadores: uma reflexão

Discutir a questão da participação política no contexto do período de nossa pesquisa não é tarefa fácil. A relação entre os trabalhadores e a política institucional é, de fato, complexa. Durante décadas, vigorou nos estudos históricos e sociológicos a ideia de que no período democrático (1945-1964) a participação política das massas ocorrera sob tutela dos representantes dos grupos dominantes. Sob essa perspectiva, no nosso caso, os citados trabalhadores estariam sempre sob a interferência dos vereadores da Câmara Municipal e não teriam conseguido participar do processo político com a devida autonomia. Como dissemos, discordamos dessa perspectiva.

A constante presença dos trabalhadores na Câmara Municipal de João Pessoa contraria a ideia de manipulação e ratifica o grau de mobilização política desses sujeitos. Cientes de que tinham direitos e de que estes estavam sendo violados, os trabalhadores entendiam a Casa legislativa como um espaço de intermediação dos conflitos cotidianos ou coletivos. Mas porque esses trabalhadores procuravam a Câmara Municipal nesse momento? Levantamos a hipótese de que essa ida ao plenário se deu pela abertura e identificação que os trabalhadores tiveram com os vereadores ali presentes, sobretudo aqueles mais ligados às pautas populares. Havia também o entendimento de que aquele espaço serviria como porta-voz na defesa dos direitos trabalhistas. Ainda que consideremos as questões relativas ao contexto partidário e da política nacional, sem está desconectado, a atuação de alguns vereadores refletiu muito mais a proximidade com as especificidades da cidade e as mobilizações dos trabalhadores urbanos.

Na verdade, a ida dos trabalhadores à Câmara e a constante reivindicação dos seus direitos são frutos da construção de uma cultura política que tem como base o trabalhismo⁷⁸.

⁷⁸ Ver GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 2. Ed. – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

Construído desde a década de 1930, o trabalhismo varguista baseou-se na criação de órgãos públicos como o Ministério do Trabalho, na legislação trabalhista, na criação de datas festivas e no Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. A construção de todo esse aparato trabalhista foi responsável pela criação de uma consciência coletiva em torno dos direitos dos trabalhadores e fomentou a participação política desses sujeitos, que traziam consigo um “[...] um conjunto de experiências econômicas, políticas, ideológicas e culturais, vividas e partilhadas” (FERREIRA, 2005, p. 87)

Toda essa construção em torno do trabalhismo e dos direitos trabalhistas ecoou na ação dos trabalhadores locais e também na atuação dos vereadores da Câmara Municipal. A ida à Câmara não foi à toa. A partir da investida na construção do trabalhismo, os trabalhadores apareciam cada vez mais mobilizados. Ao conceber a ideia de dominação e manipulação política, a chamada tese do populismo ignora a luta dos trabalhadores no processo de participação política. É preciso que se reconheça a importância política desses trabalhadores no processo de reestabelecimento do regime democrático. Segundo Ângela de Castro Gomes, citada por FERREIRA (2011), ao tratar a relação entre Estado e classe trabalhadora:

houve uma combinação com a lógica simbólica embutida no discurso estatal, cujas mensagens, fundamentadas na ideologia trabalhista, resgataram ideais, crenças, valores e a autoimagem construída pelos próprios trabalhadores na Primeira República. Para a autora, o Estado varguista não surgia apenas como produtor de bens materiais, mas como formulador de um discurso que tomava componentes simbólicos da identidade construída pelos próprios operários no período anterior a 1930, articulava demandas, valores e tradições da classe e os apresentava como seus. [...] Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos de reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto. (GOMES, *Apud* FERREIRA, p. 32, 2011).

Embora o Estado brasileiro tenha construído todo um aparato simbólico e se colocado como protetor e representante dos trabalhadores brasileiros, estes não estiveram unicamente sob o seu domínio e, a partir dos ganhos obtidos através de uma luta coletiva – não pela benevolência do Estado – avançaram paulatinamente na mobilização pela conquista dos seus direitos.

Ao analisar as atas e observar as pautas sobre os trabalhadores entre os anos de 1947 e 1951, entendemos a CMJP diante das relações políticas estabelecidas no âmbito local como uma arena de conflitos e interesses distintos, sem silenciar a figura do trabalhador, que, como vimos, estava ativamente inserido no jogo político e aparecia nos debates da Casa legislativa.

Neste momento, portanto, não era mais possível governar ou legislar sem levar em conta os seus interesses.

Tomando o lado dos trabalhadores nos conflitos ilustrados, os vereadores apelavam para as demais instâncias institucionais na tentativa de garantir a aplicabilidade das leis trabalhistas. Órgãos como a Ordem dos Advogados Brasileiros, o Tribunal Regional do Trabalho e as Juntas de Conciliação eram citados quando os legisladores tratavam das disputadas entre patrões e empregados. Embora houvesse a legislação trabalhista e todo um discurso em defesa da Lei, as constantes denúncias apresentadas nas atas nos mostram que a legislação não estava sendo de fato cumprida. Há acusações sobre o não cumprimento da jornada trabalhista, o não pagamento de abono ou dos salários e até abusos nas condições de trabalho no geral. É interessante perceber que os trabalhadores não ficavam em silêncio ao sofrer os desmandos de seus patrões. Pelo contrário, procuravam a ajuda da Câmara para fazer ecoar sua voz.

Na primeira legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa houve uma tendência dos vereadores em defender os direitos dos trabalhadores locais frente aos embates entre patrões e empregados. De um lado, tínhamos os vereadores atentos às demandas populares, impulsionando a mobilização e participação política dos trabalhadores e do outro, patrões desrespeitando toda estrutura trabalhista legal. Nesse contexto de transição para o período democrático, diante da ação da CMJP, é possível dizer que houve uma aproximação da instituição legislativa com as pautas dos trabalhadores.

Não à toa, os vereadores que adotaram uma postura mais alinhada aos trabalhadores locais tinham relações com sindicatos, organizações ou com partidos de esquerda, como o PCB e o PSB. João Cabral Batista era um operário gráfico, foi militante do PCB no início de sua vida política, tendo participado ativamente do quadro do *Jornal do Povo*, de comícios, conferências, mobilizando greves e atos públicos na cidade de João Pessoa. Damásio Franca, vereador da UDN, tinha todo um histórico de luta no movimento estudantil e de relação com as camadas populares da capital paraibana. Henrique Bernardo Cordeiro, do PSB, era presidente do sindicato dos motoristas da capital. Miguel Bastos, o presidente da Câmara, coordenou a Associação dos Empregados do Comércio. Mais do que afeição com a luta dos trabalhadores locais, esses vereadores tinham experiência enquanto trabalhadores e dirigentes de movimentos populares, isso gerava uma identidade com os empregados que procuravam a Câmara. Além disso, garantia para esses vereadores uma boa base eleitoral.

Além de receber os trabalhadores, os vereadores criticavam a falta de ação do executivo municipal em relação aos direitos dos trabalhadores locais. Pelo que observamos, o Prefeito Osvaldo Pessoa não ratificava as decisões da Câmara, e por conta disso, eles recorriam na

maioria das vezes ao governo do estado, entendo que o Governador auxiliaria os trabalhadores envolvidos em querelas trabalhistas. Nesse caso, a questão partidária falava mais alto, uma vez que o prefeito pertencia ao PSD e o governador à UDN.

Com base na nossa análise:

Entendemos que o conceito trabalhismo, desenvolvido por Ângela de Castro Gomes, no livro *A invenção do trabalhismo* explica melhor que populismo o período da política brasileira entre 1945 e 1964, no sentido de compreender as ações dos trabalhadores no período e seu apoio ao projeto que buscava atender, de alguma forma, às suas demandas. (NUNES, 2011, p. 211).

Baseados na perspectiva de NUNES (2011), observamos que as relações de poder estabelecidas no seio da Câmara Municipal foram representadas pela dicotomia entre permanências de práticas políticas tradicionais – é o caso do olhar paternalista que alguns vereadores tinham em relação à população – e o avanço na inserção das classes populares na política institucional, observado na medida em que os trabalhadores eram representados na CMJP. Acreditamos que, apesar dos obstáculos inerentes a uma democracia que acabara de entrar em vigor, a participação política foi fortalecida, conforme pudemos observar a partir do livre acesso que a população da Capital obteve à Câmara.

A herança do trabalhismo varguista ecoava na política local. A atuação dos vereadores pessoenses nesse momento de retomada do processo democrático esteve muito próxima dos trabalhadores. Os vereadores levavam ao plenário pautas oriundas das demandas latentes dos empregados locais. Ademais, atentos ao período por nós estudado, em um contexto de consolidação das leis trabalhistas, podemos dizer que, a partir da ação de alguns vereadores e da pressão da mobilização operária, os trabalhadores foram representados e lograram êxito em uma série de conquistas pontuais ou coletivas.

Não só as falas dos vereadores em defesa dos trabalhadores faziam parte do cotidiano da casa legislativa, mas também a ida desses trabalhadores ao plenário ou até a eleição de uma de suas representações para o cargo de vereador.

Numa sociedade tão habituada a esconder e vigiar diferenças de etnia, gênero e classe – na esfera pública e na intimidade –, a invenção do trabalhismo serviu para que as **classes subalternas ampliassem suas interferências na vida do país, abrindo brechas para o acerto de contas com a velha questão social**. E mais: sua reinvenção permitiu-lhes almejar a sua própria independência, sem o que o trabalhismo seria apenas mais um plano imposto de cima para baixo. (FERREIRA, 2011, p. 92. Grifos nosso).

No plano geral, a política inaugurada em 1945 não afastou as elites políticas do poder, muito menos questionou a lógica econômica vigente. No entanto, fortaleceu as oportunidades de participação política na medida em que enalteceu o discurso de que o eleitor era parte importante do processo político. Pelo que pudemos observar nesse capítulo:

O operariado não se deixou reduzir à subserviência e ao apadrinhamento. [...] Ao fazerem suas escolhas segundo sua experiência de classe, demonstraram sua independência, atuando como uma classe distante dos patrões e ciente de sua identidade e desejo. [...] Nas lutas, os trabalhadores [...] acreditam na autonomia dos movimentos sociais e na sua construção de baixo para cima. (FERREIRA, 2011, p. 91)

Sabendo que os candidatos dependiam deles para se elegerem, os trabalhadores utilizaram o voto como uma arma que garantiria o atendimento de suas demandas. Dada a constante presença do operariado pessoense nos debates da Câmara Municipal de João Pessoa, podemos dizer que, sob a ótica local e salvo alguns de seus limites, a democracia era, de fato, praticada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após desbravarmos uma ampla bibliografia relacionada à história política nacional e local, além da significativa documentação que subsidiou esta pesquisa, especialmente as atas das reuniões da Câmara Municipal de João Pessoa, fazemos aqui alguns apontamentos e reflexões finais sobre nosso objeto de estudo.

Na análise feita sobre o estabelecimento da experiência democrática no âmbito nacional, pudemos perceber que a partir do ano de 1945 o país vivenciou uma série de mudanças na sua estrutura política. Naquele momento, o discurso político em voga pretendia se distanciar do viés autoritarista ao defender o regime democrático. Como vimos, as manifestações populares que culminaram com a queda da ditadura varguista foram encabeçadas por diversos setores da sociedade. Naquele novo cenário, os trabalhadores brasileiros apareciam cada vez mais organizados. O regime inaugurado em 1945 representou uma série de novidades na vida política do país, dos quais destacamos a organização e liberdade partidárias, a modernização do sistema eleitoral e a crescente mobilização e engajamento político de setores antes alijados do jogo político oficial.

No rol das disputas políticas, partidos políticos como o PTB, a UDN, o PSD e o histórico PCB foram protagonistas do processo, estando envolvidos nas principais disputas políticas do período democrático. Foi imprescindível perceber a conjuntura política processada no âmbito nacional, para evidenciar os seus reflexos na política local.

Notamos que apesar do novo regime pretender se distanciar da ditadura varguista, muitos dos nomes políticos eram lideranças egressas do Estado Novo. Além disso, apesar do surgimento de novas lideranças autônomas, a estrutura política esteve atrelada às grandes famílias de tradição política. Marcadas por permanências, a exemplo da pouca mobilidade política na esfera estadual e da recorrência de velhos nomes nas disputas eleitorais, as transformações gestadas no pós 1945 inauguraram um jogo de poder mais amplo, que se deu a partir da crescente movimentação popular e da tentativa de se diversificar a representação política de então.

O quadro político do município de João Pessoa, estabelecido logo após a primeira eleição municipal em 1947, ratificou a influência dos grandes partidos nacionais com a vitória quase que unânime de candidatos da UDN e do PSD. No entanto, apesar da força desses dois partidos, a capital pessoense também elegeu nomes intimamente ligados ao viés progressista, a exemplo de José Clementino, que se elegeu pelo PSB, e do vereador João Cabral Batista, que apesar de eleito pela UDN, tinha histórico de militância pelo Partido Comunista. A eleição

desses vereadores naquele momento foi representativa, pois nos mostrou que apesar dos grandes partidos serem hegemônicos no estado da Paraíba, havia alguns “pontos fora da curva”. Com seu histórico de militância, no primeiro momento, esses vereadores exerceram um papel importante na Câmara Municipal ao levar para o plenário questões sociais em defesa dos direitos dos trabalhadores.

A partir da análise do grande volume de documentos da Câmara Municipal, conseguimos aferir a atuação dos sujeitos políticos ali presentes, bem como as relações de poder local observando o cotidiano da instituição legislativa. Foi possível perceber que, dadas as divergências políticas entre Prefeitura Municipal e Câmara, esta adotou uma postura de embate em relação àquela, criticando sempre que possível a falta de ação do executivo local. Os debates políticos, inclusive, não deixaram de aparecer na documentação estudada. Muitas vezes, as questões e disputas partidárias eram motivos de embates no seio da instituição legislativa.

Além disso, pudemos observar que questões do cotidiano da população pessoense chegavam até a arena do poder legislativo. Havia uma preocupação com a vida prática da cidade, sendo a saúde pública, o saneamento, a iluminação e o transporte coletivo constantemente debatidos nas sessões diárias. Buscando encabeçar o processo de modernização da cidade, os vereadores estavam vigilantes na organização da vida pública. Além disso, os moradores cobravam constantemente ações do poder público no sentido de fiscalizar e trazer melhorias para a cidade. O preço do pão, das passagens de transporte coletivo, a limpeza de ruas e canais eram uma preocupação dos moradores de João Pessoa, que iam até a Câmara quando algum desses serviços deixava de ser prestado dignamente. As reclamações constantes envolvendo saúde e saneamento básico por parte da população dos bairros mais pobres escancara as diferenças sociais entre a população pobre do município e aqueles mais abastados.

A Câmara Municipal foi, sem dúvida, uma importante instituição no momento de estabelecimento do regime democrático no município de João Pessoa. Funcionando como um espaço público oficial de representação popular, a casa legislativa movimentou a vida política da cidade e foi palco dos mais variados debates, além disso, promoveu ações importantes para a capital paraibana. E nem podia ser diferente. A função legislativa da Câmara Municipal de João Pessoa, mais do que nunca deveria responder aos anseios da população local, devendo ser percebida como elemento garantidor dos interesses dicotômicos em disputa, para que pudesse ser percebida como uma estrutura formal de atuação política e social.

Não por acaso, a atuação do legislativo local frente aos problemas dos trabalhadores ganhou destaque nesse estudo. Como vimos, os trabalhadores procuravam a Câmara quando necessitavam de ajuda na luta pela efetivação dos seus direitos. Com uma postura em defesa da

classe trabalhadora, a Câmara exerceu um importante papel nas querelas que envolviam trabalhadores locais e seus patrões. Além disso, esteve atenta ao cumprimento da legislação trabalhista. Nesse cenário, a atuação do vereador João Cabral Batista na defesa dos trabalhadores foi muito importante e ganhou especial atenção no nosso trabalho. Não à toa, o udenista foi o vereador mais votado do pleito eleitoral de 1947.

Vimos que a história política do município foi construída a partir de paradoxos que marcaram o funcionamento do regime recém instaurado. De um lado, uma reestruturação de todo o processo eleitoral, a volta dos partidos políticos, o aparato que garantia o sigilo do voto, a volta do poder legislativo e a crescente mobilização popular em torno do jogo político. Do outro, velhos costumes ligados à cultura política autoritária e paternalista, além da tentativa de se burlar as regras do jogo e de controlar as demandas da população local.

As práticas políticas do coronelismo não se esgotaram em 1930 e mesmo após a instauração do novo regime apareceram com uma nova roupagem, disputando espaço com as novas práticas recém estabelecidas. De novidade, tínhamos a adoção e a defesa do discurso democrático numa tentativa de se distanciar do antigo regime autoritário. Além disso, nas falas dos agentes políticos analisados, vemos o apelo popular e o enaltecimento da importância dos trabalhadores no processo político.

Diante do exposto, é possível dizer que, em relação aos regimes anteriores, o período aqui estudado foi mais democrático no sentido de permitir à população o acesso, ainda que limitado, à vida política, seja por meio do voto, das mobilizações populares ou mesmo através do livre acesso ao legislativo municipal para reivindicar direitos individuais e coletivos. É evidente que o regime democrático apresentava diversas fragilidades e heranças de tempos mais remotos de nossa vida política. No entanto, simbolizou o início de uma vida democrática para as instituições brasileiras e para grande parte da população. Além disso, os avanços nas mobilizações populares foram tão significativos, que anos mais tarde, em 1964, haveria outro golpe de estado para novamente instalar um regime autoritário no país, na tentativa de conter e silenciar a luta de populares, trabalhadores e partidos políticos comprometidos com o regime democrático.

Nossa análise foi pautada a partir da perspectiva renovada da História Política, sob a qual buscamos entender a atuação dos agentes políticos locais, sua relação com o restante da sociedade e a sinalização do seu discurso com as questões democráticas. Com o auxílio das discussões historiográficas e a partir da análise do *corpus* documental, buscamos entender como aconteceu a experiência democrática no município, levando em consideração questões como a

participação popular, as relações de poder e o processo eleitoral, com vistas aos impactos desta experiência na vida dos cidadãos pessoenses.

Com base nas reflexões feitas nesse trabalho, pudemos responder a alguns dos questionamentos sobre a problemática da construção da democracia local, levando em consideração as relações de poder e participação política. Esse é um campo em aberto, que ainda tem muito a ser explorado, logo, nosso estudo inicial pode servir de mote para novas pesquisas sobre a história política do município de João Pessoa. Fizemos aqui a tentativa de elucidar alguns aspectos do momento imediato da queda da ditadura varguista e do estabelecimento de um novo regime que se pretendia democrático. Acreditamos que esta e outras análises historiográficas do passado político de João Pessoa podem nos render elementos essenciais para a compreensão e enfrentamento dos desafios da construção de uma democracia plena no município e no país, sobretudo, em meio ao atual contexto de fragilidade do Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

Fontes

BRASIL. **Decreto nº 19.770**, de 19 de março de 1931. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: janeiro de 2020.

CÂMARA dos Deputados. **Legislação**. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-7586-28-maio-1945-417387-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: janeiro de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **História**. Disponível em: < <http://cmjp.pb.gov.br/historia/> > Acesso em: 15 de março de 2019.

Câmara Municipal de João Pessoa. Livros de Atas vol. 01 1947.
 Câmara Municipal de João Pessoa. Livros de Atas vol. 03 1948.
 Câmara Municipal de João Pessoa. Livros de Atas vol. 04 1949.
 Câmara Municipal de João Pessoa. Livros de Atas vol. 05 1949-1950.
 Câmara Municipal de João Pessoa. Livros de Atas vol. 06 1951.
 Câmara Municipal de João Pessoa. Livros de Atas vol. 07 1951.

Câmara: 70 Anos de História. Direção: Lúcio César Fernandes. Produção: TV Câmara. João Pessoa, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kpUnKFTNzrk>> Acesso em: 15 de março de 2019.

Jornal A TRIBUNA, 27 de novembro de 1946.
 Jornal A TRIBUNA, 29 de novembro de 1946.
 Jornal A TRIBUNA, 28 de dezembro de 1946.
 Jornal A UNIÃO, 14 de outubro de 1947.
 Jornal A UNIÃO, 13 de novembro de 1947.
 Jornal A UNIÃO, 14 de novembro de 1947.
 Jornal A UNIÃO, 15 de novembro de 1947.
 Jornal A UNIÃO, 02 de dezembro de 1947.
 Jornal A UNIÃO, 03 de dezembro de 1947.
 Jornal A UNIÃO, 04 de dezembro de 1947.
 Jornal A UNIÃO, 16 de dezembro de 1947.
 Jornal A UNIÃO, 24 de dezembro de 1947.
 Jornal CORREIO DA MANHÃ, 22 de fevereiro de 1945.
 Jornal CORREIO PAULISTANO, 31 de outubro de 1945.
 Jornal DO POVO, 11 de setembro de 1955.

PARAIBA, Governo do Estado da. **Constituição do Estado da Paraíba – 1947**. João Pessoa: Divisão de Imprensa Oficial, 1947.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. **Perfil do município de João Pessoa**. Disponível em < <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/seplan/perfil-joao-pessoa/> > Acesso em: janeiro de 2019.

TRIBUNAL Regional Eleitoral da Paraíba – TRE-PB. **Resultados das Eleições na Paraíba**. Disponível em <<http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/resultados-de-eleicoes/>>. Acesso em: janeiro de 2019.

TRIBUNAL Superior Eleitoral – TSE. **Resoluções**. Disponível em < <http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/>>. Acesso em: janeiro de 2019.

Bibliografia consultada:

AGUIAR, Wellington; MELLO, José Octávio. **Uma Cidade de Quatro Séculos**. Evolução e Roteiro. Estado PB Ed, 1985.

AIRES, José Luciano Queiroz. **A fabricação do mito João Pessoa: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945)**. 1. ed. Campina Grande: EDUFPG, 2013.

ALMEIDA Jr., Antônio Mendes de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In GOMES, Angela Maria de Castro... [et al.]; introdução geral de Sergio Buarque de Holanda; sob direção de Boris Fausto. **O Brasil Republicano: sociedade e política (1939-1964)**, vol. 10. - História geral da civilização brasileira - tomo III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. Construções e concepções sobre a cultura política na Paraíba republicana: reflexões historiográficas. In: GUEDES, Paulo; NETO, Faustino; NETO Martinho. (Orgs.) **Cultura e poder político: historiografia, imaginário social e representações da política na Paraíba republicana**. João Pessoa: Editora Universitária- UFPB, 2012, p.47-81.

BARBOSA, Jivago Correia. **Política e assistencialismo na Paraíba: o Governo e José Américo de Almeida (1951-1956)**. 2012. 320 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba.

BARBOSA, João Batista. **Santa Cruz e o Jornal do Povo**. Gráfica Santa Marta: João Pessoa, 1985.

BEIGUELMAN, Paula. O processo político-partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) **Brasil em perspectiva**. 16ª Ed - São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENEVIDES, Maria Vitória. Manifesto dos Mineiros. In: ABREU, Alzira Alves De, e outros (coord.) **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV.

BERNSTEIN, Serge. “Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997: 349-363.

BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ João Pessoa: Assembleia Legislativa/ A União, 1994[1957].

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 12, Nº 23/24, 1991, pp. 7-18.

BRASIL. Constituição (1946) **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições no Brasil: uma história de 500 anos**. Ane Ferrari Ramos Cajado, Thiago Dornelles, Amanda Camylla Pereira. – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime (Orgs.). **História da Cidadania**. Contexto, 2003.

CARONE. Edgar. **A Terceira República (1937-1945)**. Coleção corpo e alma do Brasil: 2ª ed. São Paulo: Difel, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba. (1945/1964)**. João Pessoa: Universitária/UFPB/Ideais, 1998.

COHN, Gabriel. **Petróleo e Nacionalismo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

DRAIBE, Sonia Miriam. **Rumos e Metamorfoses - Estado e Industrialização No Brasil: 1930/1980**. 2. ed. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1985.

DIJK, Teun A. (org.) **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2012.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. **As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso**. IN: Educação Unisinos. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Vol. 11, número 2, maio/agosto 2007.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história – Debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. O Brasil Republicano vol. 03. 4ª. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GOMES, Angela Maria de Castro Gomes. **A invenção do trabalhismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Estrutura de Poder na Paraíba**. João Pessoa-PB: Editora Universitária, 1999.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012 [1985].

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Vol. XVII, 1960. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>> Acesso em: janeiro de 2019.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: Jacques Le Goff e Pierre Nora. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995: 180-196.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 4ª Ed - São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1948].

LE GOFF, Jacques. “A Política Será Ainda A Ossatura Da História?”. In LE GOFF, Jacques. **O Maravilhoso E O Quotidiano No Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 221-242.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba** – Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LOPEZ, Felix G. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba [22]; jun. 2004, p. 153-177.

LUCA, Tania Regina de. **Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos**. In PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MACEDO, Michelle Reis de. **O movimento queremista e a democratização de 1945: trabalhadores na luta por direitos**. 1.ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

MAIA, Benedito. **Prefeitos de João Pessoa**. João Pessoa, Editora Local, 1992.

MAIA, Doralice Sátyro; MARTINS, Paula Dieb. **O caminho que leva ao mar: a Avenida Epitácio Pessoa, via de expansão e de estruturação da cidade de João Pessoa-PB**. Disponível em: <http://xviananpur.com.br/anais/?wpfb_dl=677> Acesso em: março de 2019.

MARTINY, Carina. **Das presenças e ausências: as Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí (1875a 1892) como fonte de pesquisa**. Disponível em: <<file:///C:/Users/carla/Downloads/Daspresenaseausncias.pdf>> Acesso em: julho de 2019.

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Sociedade e poder político no Nordeste: o caso da Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

MONTEIRO, Lorena Madruga. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa? In: **Revista Pensamento Plural**. Pelotas [14]; janeiro-junho 2014, p.11-21.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) **Cultura Política na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009: 13-37.

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores Sindicatos e política (1945-1964). In: FERRERIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (org.). **O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 49-96.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. Golpe civil-militar e repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe no estado da Paraíba. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. (org.). **Trabalho e Trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Campina Grande: EDUEPB, 2015, p.179-214.

PORFÍRIO, Waldir. **Bandeiras Vermelhas: A presença dos comunistas na Paraíba (1900-1960)**. João Pessoa: Textoarte, 2003.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003 [1988].

SANTANA, Martha. M. Falcão de Moraes. **Poder e Intervenção Estatal**. Paraíba – 1930/1940. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2000

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SÊGA, Rafael Augustos. História e Política. In: **História: questões e debates**, ano 19, n.37. Dossiê Instituições e Poder no Medievo. Curitiba: UFPR, jul./dez. 2002, p.183-195.

SEGAL, Myraí Araújo. **Espaços de autonomia e negociação: a atuação dos deputados provinciais paraibanos no cenário político imperial (1855-1875)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2017.

SILVA, Aline Marques da. **Poder local na Paraíba durante a experiência democrática: política e relações de poder no município de Mamanguape (1947-1963)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, 2017.

SILVA, Bárbara Bezerra Siqueira. **O poder político de José Américo de Almeida: a construção do americanismo (1928-1935)**. 2012. 158 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba.

SILVA, Carla Schayane Costa. **Partidos e Eleições em João Pessoa (1947-1963): Elementos para uma crítica historiográfica**. 2016. 57p. Monografia (Licenciatura em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

SILVA, Jean Patrício da. **A construção de uma nova ordem: Análise da interventoria de Ruy Carneiro no estado da Paraíba. (1940-1945)**. 2013. 16 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba.

SILVA, Jean Patrício da. **A dupla face do Estado Novo na Paraíba: o argemirismo e o ruysmo**. 2008. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2002%20-%20Jean%20Patr%C3%ADcio%20da%20Silva%20TC.PDF> Acesso em: 01 de jun. 2019.

SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. **Os comunistas e a democracia: A “nova política” do Partido Comunista Brasileiro na Paraíba (1954-1964)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal da Paraíba, 2002.

SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho, org. **Paraíba 2000-2013**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

SILVA, Waniery Loyvia de Almeida. **Autoritarismo, repressão e propaganda: A Paraíba de Argemiro de Figueiredo (1937-1940)**. 2017. 163 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Reconstrução histórica das eleições na Paraíba (1945-1978)**. João Pessoa: UFPB, 1986. (Textos NDIHR, n. 15).

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. **Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. 2ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1983.

STONE, Lawrence. Prosopografia. In: **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n.39, jun 2001, p.115-137.